

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CENTRO SÓCIO ECONÔMICO

DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**A LUTA DOS MOVIMENTOS SÓCIO-COMUNITÁRIOS,
NA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS,
PELA IMPLEMENTAÇÃO DO ESTATUTO DA CIDADE.**

ISABEL ADRIANA BOTECA HOLTZ

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO

EM: 11/03/03


Prof.ª Krystyna Matys Costa
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE/UFSC

FLORIANÓPOLIS, MARÇO DE 2003.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

**A LUTA DOS MOVIMENTOS SÓCIO-COMUNITÁRIOS,
NA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS,
PELA IMPLEMENTAÇÃO DO ESTATUTO DA CIDADE.**

DEPTO. SERVIÇO SOCIAL
DEFENDIDO E APROVADO
EM: 11/02/03

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao
Departamento de Serviço Social da Universidade de Santa
Catarina, para a obtenção do Título de Bacharel em
Serviço Social, orientado pelo Professor Dr. Raúl Burgos.

Profª. Krystyna Matys Costa
Chefe do Depto. de Serviço Social
CSE/UFSC

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL - 2003

ISABEL ADRIANA BOTECA HOLTZ

A LUTA DOS MOVIMENTOS SÓCIO-COMUNITÁRIOS,
NA CIDADE DE FLORIANÓPOLIS,
PELA IMPLEMENTAÇÃO DO ESTATUTO DA CIDADE.

Esta monografia foi apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço
Social à Universidade Federal de Santa Catarina.

BANCA EXAMINADORA

Professor Dr. Raúl Burgos
Presidente da Banca

Professor Mestrando Carlos Magno Nunes
Examinador

Professor Dr. Lino Peres
Examinador

FLORIANÓPOLIS, MARÇO DE 2003.

Não precisa ser herói para lutar pela Terra, porque, quando a fome dói, qualquer homem entra em guerra. É preciso ter cuidado para evitar essa luta, pois cada pai é um soldado quando é o pão que se disputa. Se somos todos irmãos, se todos somos amigos, basta um pedaço de chão para vitória do trigo. Basta um pedaço de terra para a semente ser pão. Enquanto a fome faz guerra, a paz espera no chão.

Dante Ramom Ledesma

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, por ter destinado a mim a missão de lutar, junto com muitos companheiros, para garantir a sobrevivência digna e cidadã aos nossos demais semelhantes. Assim como está comigo todos os dias de minha vida, deixando-me forte.

Agradeço ao meu namorado amado, amigo e companheiro Jean, pelo amor, pela imensa paciência e ajuda na concretização deste trabalho.

Agradeço, também, aos meus pais, Arno e Ilce, que, mesmo distantes, sempre me deram apoio e forças para não desistir nas horas em que o desespero e o desânimo chegavam. Ao Moacir e à Geane, por todos os empurrões que me deram e por serem, muitas vezes, meu pai e minha mãe, que não estão aqui.

Um agradecimento especial aos meus amigos, que me incentivaram e, nas várias festas, me empurravam e acompanharam para agora chegarmos juntos a dar um primeiro passo na nossa vida profissional. O meu muito obrigada à Cristiane, às Fabianas, ao Jean, à Maram, à Maurina e a todos os demais que estiveram comigo nesses anos.

Agradeço a todos do Sinjusc, que souberam me incentivar, ajudar, discutir e, acima de tudo, compreender. Obrigada, Sivandra, Breno, Josemar, Andersom, meus colegas de trabalho, Alcides, Volnei, Alesandro, meus chefes que sempre foram muito mais amigos. Muito obrigada.

Agradeço aos professores que me ajudaram a concretizar um de meus sonhos, especialmente ao NESSOP, pela experiência e o encontro de um caminho árduo, mas de muitas realizações, e ao Raul por não ter desistido de mim. Agradeço a todos que me incentivaram e deram forças para construir este trabalho e sonhar com um mundo mais justo para todos.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	4
SUMÁRIO	5
LISTA DE SIGLAS	7
INTRODUÇÃO	8
CAPÍTULO 1. O MOVIMENTO DA REFORMA URBANA E O ESTATUTO DA CIDADE NO ÂMBITO NACIONAL	11
1.1. A EVOLUÇÃO DA QUESTÃO SOCIAL E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL	11
1.2. A EVOLUÇÃO DA PROBLEMÁTICA SOCIAL URBANA E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS	14
1.3. A EVOLUÇÃO DO MOVIMENTO DE REFORMA URBANA COMO REAÇÃO ÀS PROBLEMÁTICAS APRESENTADAS.....	21
1.4. NASCE UM NOVO BRASIL	23
1.5. O ESTATUTO DA CIDADE E O CAMINHO PERCORRIDO ATÉ A SUA SANÇÃO COMO LEI.....	25
CAPÍTULO 2. O MOVIMENTO COMUNITÁRIO E A LUTA PELA IMPLEMENTAÇÃO DO ESTATUTO DA CIDADE EM FLORIANÓPOLIS.....	32
2.1. A EVOLUÇÃO DO MOVIMENTO COMUNITÁRIO EM FLORIANÓPOLIS ...	32
2.2. O ESTATUTO DA CIDADE EM FLORIANÓPOLIS, O CONHECIMENTO PELO MOVIMENTO COMUNITÁRIO E O SURGIMENTO DO FÓRUM DA CIDADE	39
2.3. OS SEMINÁRIOS REGIONAIS	42
CAPÍTULO 3. AS FALAS DOS DIVERSOS ATORES ENVOLVIDOS NO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO ESTATUTO DA CIDADE.....	48
3.1. AS EXPECTATIVAS QUANTO À LEI DO ESTATUTO DA CIDADE	49
3.2. O FIO DA MEADA: QUAL O ITEM DE MAIOR NECESSIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO DO ESTATUTO, SEGUNDO OS ENTREVISTADOS?	51
3.3. CONHECIMENTO E PARTICIPAÇÃO: AS RESPOSTAS DOS ENTREVISTADOS À PERGUNTA: QUAL É A IMPORTÂNCIA DE AS PESSOAS TEREM CONHECIMENTO SOBRE A LEI DO ESTATUTO DA CIDADE?.....	54
3.4. OS OBSTÁCULOS PARA A APLICAÇÃO DO ESTATUTO DA CIDADE: AS RESPOSTAS DOS ENTREVISTADOS À QUESTÃO: QUAIS OS PRINCIPAIS EMPECILHOS ENCONTRADOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO ESTATUTO DA CIDADE?	57
3.5. ZERO EM DIÁLOGO COM A COMUNIDADE; AS RESPOSTAS DOS ENTREVISTADOS À PERGUNTA: QUAL A NOTA QUE VOCÊ DARIA AO PROCESSO DE DIÁLOGO HOJE ENTRE A PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS E O MOVIMENTO?.....	61
3.6. O MOVIMENTO DE REFORMA URBANA NA MEMÓRIA DOS ATORES	63
3.7. SOBRE A REGULARIZAÇÃO MUNICIPAL DO ESTATUTO DA CIDADE....	65
3.8. O NOVO CENÁRIO BRASILEIRO: EXPECTATIVAS.....	66
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	69
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA.....	73

ANEXO 1 – LISTA DE ENTIDADES PARTICIPANTES DO I FÓRUM DA CIDADE	76
ANEXO 2 – PROPOSTA INICIAL DE GRUPOS DE TRABALHO DO I FÓRUM DA CIDADE.	103
ANEXO 3 – DOCUMENTO FINAL DO I FÓRUM DA CIDADE	111
ANEXO 4 – CARTA À CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS.....	126

LISTA DE SIGLAS

AMOLA - Associação de moradores da Lagoa
APP - Associação de Pais e Professores
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BIRD - Banco Interamericano Regional do Desenvolvimento
BNDS - Banco Nacional Desenvolvimento Social
CASAN - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento
CEF - Caixa Econômica Federal
CEBs - Comunidades Eclesiais de Base
CEFID - Centro de Educação Física e Desportos da UDESC
CETAI - Centro de tecnologia em automação e informática
CONFEA – Confederação Nacional dos Engenheiros e Arquitetos
CREA - Conselho Regional dos Engenheiros e Arquitetos
E C - Estatuto da Cidade
FAMESC - Federação das Associações de Moradores do Estado de Santa Catarina
FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador
FGTS - Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
FUCADESC - Fundação Catarinense de Desenvolvimento de Comunidade
IAB - Instituto de Arquitetos Brasil
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPTU - Imposto Predial Territorial Urbano
IPUF - Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis
LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social
NESSOP - Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organizações Populares
ONGs - Organização Não Governamental
PC do B - Partido Comunista do Brasil
PDT - Partido Democrático Trabalhista
PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PPS - Partido Progressista Social
PT - Partido dos Trabalhadores
PTB - Partido do Trabalhador Brasileiro
PV - Partido Verde
RBS- TV- Rede Brasil Sul de Televisão
SAC - Supervisão da Ação Comunitária
SAL - Sociedade Amigos da Lagoa
SUS - Sistema Único de Saúde
UFECO - União Florianopolitana de Entidades Comunitárias
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
SINJUSC - Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário de Santa Catarina

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso apresenta, como objeto de estudo, *os Movimentos Sócio-Comunitários na cidade de Florianópolis e as dificuldades na implementação da Lei 10257/2001, denominada de Estatuto da Cidade, na cidade de Florianópolis.*

Focamos os movimentos sociais, as organizações de bairro e as diversas manifestações de necessidades, interesses e representações da sociedade civil, por considerá-los a semente que busca crescer e se tornar uma árvore, árvore esta que denominamos “cidadania”, enquanto é construída sua autonomia no interesse da coletividade.

Por outro lado, buscamos verificar quais as práticas realizadas pelo poder público, que vão ao encontro dessa cidadania, aqui centrada na implementação dessa Lei, cujas diretrizes, reafirmam direitos já concedidos pela Constituição Federal de 1988. e que não saíram do papel, tais como o direito à moradia digna, à saúde, à segurança, ao trabalho, dentre tantos outros.

Nessa direção, resgatamos um pouco da história dos movimentos sociais em âmbito nacional e, em particular, na cidade de Florianópolis. Para isso, baseamos nossos estudos na prática de estágio desenvolvida no NESSOP, e com a participação no Fórum da Cidade, assim como utilizamos entrevistas para levantar dados sobre a realidade do movimento, tanto do ponto de vista do associativismo civil, quanto do poder público.

Diante do fato de termos detectado vários empecilhos na implementação da Lei, as entrevistas realizadas visam, com as falas dos diversos atores, elencar as várias perspectivas sobre a implementação do Estatuto da Cidade, assim como fazer proposições, na medida de nossas possibilidades.

Para isso, dividimos o presente estudo em três capítulos. No primeiro capítulo, contextualizamos o Movimento de Reforma Urbana e o Estatuto da Cidade em âmbito nacional, buscando colocar as problemáticas urbanas existentes assim como dos próprios movimentos sociais. Também as formas de reação dos movimentos sociais, tendo como pano de fundo a história de construção do nosso país, as lutas dos setores menos favorecidos da sociedade, que atingem um ponto alto com a chegada de um governo popular no poder central e, por último, a sistematização do histórico caminho que as leis relacionadas à questão urbana levaram para chegar à sanção da lei 10257/2001 - Estatuto da Cidade e suas especificidades.

No segundo capítulo, está posta a evolução do movimento comunitário em Florianópolis, chegando à criação do Fórum da Cidade, como forma de unir todas essas entidades sócio-comunitárias, incluindo a Universidade e a busca do conhecimento do Estatuto da Cidade, assim como da sua implementação.

No terceiro capítulo, apresentamos sistematicamente as falas dos diversos atores envolvidos com o processo de implementação do Estatuto da Cidade e o registro dos empecilhos por eles enunciados.

Metodologicamente, trabalhamos uma pesquisa qualitativa, pois, entendemos ser este o caminho adequado para um estudo que envolve significados, motivos, aspirações, fenômenos, relações dificilmente traduzíveis em números e variáveis. Nesse sentido, utilizamos técnicas de observação participante, de análise documental e de entrevistas não diretivas.

Utilizamos, como marco teórico o paradigma histórico-estrutural, analisado, aqui, por Gohn. Os fundamentos básicos do paradigma histórico estrutural advêm da teoria marxista. Ela atribui às contradições do capitalismo um lugar central na eclosão e no desenrolar das lutas dos movimentos. Toma-se como pressuposto a existência de uma racionalidade do sistema capitalista, organizada segundo certas leis e determinações, cujo desenvolvimento é

profundamente contraditório. Preocupa-se sempre com a tonalidade mais ampla e busca-se captar a lógica das determinações das contradições.

Nesse paradigma, as categorias básicas de análise são as necessidades do sistema de acumulação, as estruturas da sociedade e os processos sociais.

Manuel Castells é um dos autores que seguem essa linha, dentro de uma corrente que diz que a emergência dos movimentos sociais é vista em função da incapacidade estrutural do Estado de atender as demandas coletivas no urbano, particularmente as relativas aos bens e equipamentos de consumo coletivo. Os movimentos sociais seriam a resposta dos grupos e das organizações à situação de carência e de necessidades não atendidas (GOHN, 1991, p.21-23).

CAPÍTULO 1. O MOVIMENTO DA REFORMA URBANA E O ESTATUTO DA CIDADE NO ÂMBITO NACIONAL

1.1. *A EVOLUÇÃO DA QUESTÃO SOCIAL E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL*

No final do século XIX, quando as aglomerações urbanas assumem maior presença no país e apresentam um ritmo de crescimento mais acelerado, associado às reformulações de nossa economia e à exploração do trabalho livre, os problemas sociais são vinculados a dois elementos básicos: carência de recursos (materiais e intelectuais), que possibilitassem a sobrevivência dos indivíduos por sua própria conta, e, conseqüentemente, a pobreza, considerada um problema individual, sendo valorizado, sobretudo, o caráter voluntário das ações então implementadas para sua solução. Problemas sociais eram da esfera da responsabilidade da filantropia, à época, estreitamente associada à Igreja Católica. O exemplo mais clássico a respeito são as Santas Casas de Misericórdia, que recebiam os abandonados na Roda dos Excluídos.

À esfera pública e, portanto, ao Estado ou, na época, mais propriamente, aos Estados, dada a autonomia dessas esferas sub-nacionais, no então recém-instaurado regime republicano, pertencia a responsabilidade por controlar e prevenir exatamente aqueles episódios e eventos que ameaçassem a ordem pública, vale dizer, a segurança dos cidadãos. E quem eram estes? Exatamente a elite econômica e política do país, a oligarquia agrária.

Em resumo, a questão social era tida e havida como objeto da filantropia (mais uma vez, das elites que dispunham de recursos para tanto), à qual se associava prestígio social; era desvinculada do trabalho; pobre era o criminoso, o violento, o que ameaçava a ordem pública e ia de encontro aos bons costumes, dada sua situação de “carência”, no sentido absoluto do termo: A uma situação de privação de recursos materiais associava-se a ausência de recursos

intelectuais e culturais próprios, que permitissem ao indivíduo superar por si mesmo tal estado de privação. Àquela época, portanto, questão social era algo pertinente à esfera privada, devendo, nesse âmbito, ser tratada.

Iamamoto (2002, p 6-18) nos diz que questão social é mais do que a pobreza e a desigualdade social: são manifestações dessa inversão mais profunda, que demarca uma forma de constituição da sociabilidade em nossa sociedade; é a banalização do humano. Têm dimensões econômicas, políticas e passa por diferenças sociais, culturais e de gênero, entre outras, e não podemos reduzi-la exclusivamente à pauperização.

Nas primeiras três décadas do século XX, até a Revolução de 1930, a questão social, no país, é encarada como um fenômeno excepcional e episódico, demandando iniciativas pontuais do Estado e largamente sob a responsabilidade da filantropia e, portanto, uma vez mais, como algo pertinente à esfera privada. Recorde-se, no entanto, que as décadas de 10 e 20 foram marcadas por profundas mudanças econômicas e sociais, no país, acelerando-se o processo de urbanização, intensificando-se o comércio exterior, alavancado pelo café, e emergindo as primeiras iniciativas, nos grandes centros urbanos da época (São Paulo, em particular), dos embriões do que seriam, posteriormente, grandes unidades industriais produtivas. Esse processo de acelerada modernização da sociedade foi acompanhado, também, de um vigoroso movimento dos segmentos sociais, então emergentes, nesse novo cenário social em constituição: as classes assalariadas urbanas. Associados a sucessivas políticas e medidas de incentivo à imigração, os primórdios desse setor industrial passam a contar com a força de trabalho européia, com fortes raízes na luta operária em seus países de origem, em especial, de inspiração anarquista.

Assiste-se, então, nos “centros nervosos” desta nação, a um período marcado por grandes movimentos de luta operária, reivindicando um conjunto mínimo de direitos básicos

no âmbito do mundo do trabalho. A síntese do teor das inúmeras greves, ocorridas nesse período, poderia ser: luta por melhores condições de vida e trabalho.

É a partir de então que se cristaliza, no país, a concepção que trata da “questão social”, da ótica da responsabilidade pública por um patamar mínimo de bem-estar dos cidadãos, como um fenômeno que passa a ser estreitamente associado ao trabalho. Cidadão, portanto, distingue-se agora dos pobres; a questão social dos trabalhadores, ou das classes assalariadas urbanas, passa a constitui-se, a partir de 1930, como uma questão da cidadania, enquanto a questão da pobreza, dos desvalidos e miseráveis, exatamente por não estarem inseridos no mercado de trabalho, continua sendo uma questão social de responsabilidade da esfera privada, da filantropia.

Apoiada na teoria social de Marx, Iamamoto (2002, p.2) diz que é a partir do trabalho que determinados problemas sociais da realidade brasileira transformam-se em questão social e como algo pertinente à esfera pública. Vale dizer, passa ao âmbito da política, uma vez que começa sistematicamente a ser remetida para a responsabilidade do Estado. Isso significa, em outros termos, que se assume uma diferenciação básica entre “problemas” e “questões sociais”; enquanto os primeiros exprimem mais respeito a coisas e fenômenos indesejáveis, porém aceitáveis de com eles se conviver, as segundas remetem à esfera do reconhecimento de alguns dentre esses fenômenos, como legítimos, e como tal, devendo ser enfrentados pela coletividade, constituindo-se e regulando-se, assim, determinados padrões de solidariedade social. E, mais que legítimas, as questões sociais passam a ser concebidas e decifradas não mais como fenômenos excepcionais e episódicos, mas como regulares e permanentes, assumidas como algo de caráter estrutural.

1.2. A EVOLUÇÃO DA PROBLEMÁTICA SOCIAL URBANA E DOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS

As Organizações Populares de Bairro surgem no Brasil, a partir da década de 30, principalmente em São Paulo, e se organizam em função do processo de crescimento urbano da cidade. Paul Singer (1981) afirma, sobre esse tipo de organização Paulistana, que as Sociedades de Amigos de Bairro têm sua origem inicial na Sociedade de Amigos da Cidade de 1934, organizada por liberais e pela aristocracia paulistana. Para Candido Camargo (1981), as Sociedades de Amigos de Bairro surgiram, além da consciência das carências da vida urbana, “também da consciência de que, seja pela rigidez do sistema político, seja pela perda de autonomia da municipalidade, os habitantes da cidade encontravam-se afastados dos organismos de decisão dos problemas que os atingiam”.

Os sindicatos, nessa época, também ganham força, pois Getúlio reconhecia o direito de associação sindical dos trabalhadores, embora lhes bloqueasse qualquer representação política. Getúlio Vargas queria aparecer como representante dos trabalhadores da nação. No plano econômico, a sua política possibilitou desenvolvimento industrial e multiplicou os trabalhadores, por outro lado, não admitia qualquer tipo de oposição. Por um lado, reconhecia os direitos dos trabalhadores, mesmo que de forma limitada, mas, por outro lado, comportava-se autoritariamente, tanto que, no golpe de Estado em 1937, proibiu a existência de partidos políticos.

A Revolução de 30 é definida como um marco fundamental, e Julia Petri (1992), afirma:

Um marco forte no rompimento da face liberal, no Brasil, foi a Revolução de 30, que procurou garantir a reprodução capitalista nos marcos da intervenção sobre a sociedade civil, impedindo a reivindicação livre por parte dos trabalhadores e instituiu o controle estatal às instâncias do Movimento Sindical. Reforçou o corporativismo e o avanço social foi organizado, tendo como base a ótica da colaboração entre as classes. Como era inevitável, a existência (parcialmente já constituída) de organizações populares, por força de identidade corporativa e pela forma capitalista de

produção, o Estado buscou constituir uma nova identidade social do trabalhador e do conjunto das classes populares, via produção material e produção ideológica.

Carregando as marcas do período histórico, as organizações de bairro passaram por distintos momentos desde então. O movimento comunitário, para ter sucesso teve que acompanhar essas mudanças da sociedade. Não pôde ser estático. Ele teve que se adequar às modificações sociais.

As organizações, via de regra, eram um espaço social de confraternização e de uso eleitoral, beneficiando apenas alguns. Um exemplo disso eram os freqüentes sócios de associações, que não moravam no bairro, mas que detinham alguma influência econômica ou política, dono de alguma empresa importante para o bairro, ou um vereador, considerado “amigo do rei”, detentor do poder de negociar e encaminhar as reivindicações com o prefeito. Essa característica na relação com o poder coincide com os elementos ideológicos e concepções político-partidárias, que revelam um forte teor paternalista e populista a partir da década de 30, no Brasil. Evidentemente, isso se reflete na forma de organização e na prática política das lideranças das Organizações Populares de Bairro, que podem ser verificados, ainda hoje, em todo o Brasil. As Organizações Populares de Bairro se caracterizaram pela tentativa de influenciar no processo de crescimento da cidade e, principalmente, por se constituírem como autoridade local para representar o bairro diante de autoridades municipais e ganhar as melhorias, através de uma política de boa vizinhança com as autoridades, em particular, os Prefeitos e Vereadores (SINGER, 1981, p.87 e 88). Em outras palavras, o povo passou a ser um instrumento para fins de reivindicações numa sociedade em transição. Essa foi, e ainda é, a política do amigo do rei, isto é, quanto mais condescendente e gentil for à entidade com as autoridades, o “pai Estado”, representado localmente pelo Prefeito, mais chance de conseguir a realização de melhorias no bairro. É claro que o aparelho de Estado não

deixou por menos. Passou a cobrar seus favores na campanha eleitoral, afinal, como diz o ditado popular, “uma mão lava a outra”.

No governo de Jucelino Kubtschek(1956-1960), nada foi feito em relação à questão da habitação. Quando Jânio Quadros (1961) assume o governo, várias transformações ocorreram. Com verbas destinadas à resolução do problema habitacional, vindas dos Estados Unidos, Jânio cria, em 1961, o Instituto Brasileiro de Habitação, que colocou vários critérios excludentes nos programas implantados, o que ocasionou uma reação das entidades. E perante vários outros fatores que desestabilizaram o governo, Jânio renuncia, em 25 de agosto de 1961.

João Goulart (1961-1964) é nomeado para Presidente, pelo Congresso de Deputados e Senadores, para um regime parlamentarista. Esse governo dá um novo sentido para a questão habitacional, porém pouco se avançou em ações concretas, não alcançando seus objetivos, mas seus planos avançaram em relação a outros governos, como podemos ver com Peres (1994):

Fue incentivada la creación de 75 asociaciones y fueron ejecutados 80 proyectos de urbanización en Rio de Janeiro. Sin embargo, en 1962, Arthur Rios es dimitido por el gobernador Jorge Lacerda. La política llevada a cabo por el Coordenação de Serviços Sociais do Estado no interesaba al clientelismo reinante y que necesitaba mantener los tugurios como base electoral.

Assim, nos anos de 1937 a 1964, temos uma cifra insignificante de 20 mil habitações construídas pelo governo. Portanto, podemos afirmar que os governos populistas tiveram pouca atenção com a questão habitacional, porém muitas iniciativas foram tomadas o que permitiu que o regime militar, implantado a partir de 1964, pudesse aplicar uma gestão mais centralizada na questão habitacional.

Uma outra fase da história das organizações de bairro foi marcada pela Ditadura Militar de 1964. Segundo Emir Sader (1995, p. 104):

O golpe militar de 1964 foi centralmente dirigido contra os trabalhadores e a esquerda. Aqueles viram a decretação de um arrocho salarial, além da multiplicação do desemprego e da deterioração de suas condições de vida. A esquerda foi perseguida, desde os primeiros dias do novo regime, pois encarnava precisamente o “inimigo interno”, que a doutrina de segurança nacional vitoriosa buscava erradicar.

Em 1964, o Movimento Civil/ Militar instituiu uma política baseada na força. Parte do Movimento Comunitário, nesse momento, passou a ter uma outra atitude diante do poder constituído: oposição. Ora, se por um lado, os governantes de antes de 64 foram banidos, presos, cassados e até mortos, nada mais lógico que os dirigentes se colocassem, em certa medida, no enfrentamento. A repressão política não poupou o movimento, mostra Sader:

A resistência clandestina à ditadura tinha sido o único caminho possível quando o regime militar fechou qualquer outra alternativa de oposição [...] Foi uma opção que deixou sua marca, mostrando ao país que havia gente disposta a resistir ao arbítrio, à liquidação da liberdade e da democracia, mesmo ao preço de suas vidas (SADER, 1995, p. 130 e 131).

Esse gesto ficou marcado e germinou no decorrer dos anos 70, no surgimento da terceira geração da esquerda brasileira, já com muita experiência. Aos poucos, os presos políticos que sobreviveram iam retornando e, com a anistia de 1979, os exilados voltam ao país, para mostrar a sua sobrevivência àquele regime totalmente autoritário e testemunhar o retorno da democracia.

Entre os que retornavam ao país, estavam líderes políticos, como Leonel Brizola, Luis Carlos Prestes, Miguel Arraes e líderes estudantis da época, como José Dirceu e Vladimir Palmeira, entre outros.

No Brasil, com o surgimento da Teologia da Libertação, a Igreja Católica passou a desempenhar um papel importante, pois, através da ampliação das pastorais e com a constituição das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), congregavam seus fiéis nas campanhas de solidariedade para com as vítimas da repressão. Sua contribuição foi fundamental para os Movimentos Populares, na medida em que sua visão teológica voltava-se para as camadas populares e alimentava a participação da comunidade na luta por melhores

condições de vida. As Associações de Moradores, renovadas por lideranças oriundas das pastorais, foram um instrumento poderoso para viver esse novo estilo de ser Igreja. O resultado desse processo foi o crescimento quantitativo e qualitativo de lideranças, chamadas de “combativas”, que passaram a ser, inclusive, um apoio fundamental para o Movimento Sindical nos momentos mais agudos da luta de classes, como as greves de 1977 e 1979.

Segundo Sader (1995, p.141):

Os trabalhadores e a população em geral, apoiaram as greves e os movimentos grevistas conseguiram resistir às ofensivas repressivas, que incluíram a intervenção no sindicato, a prisão de líderes dos movimentos e a dissolução à força de assembléias dos trabalhadores. Essas assembléias eram realizadas no estádio de futebol de São Bernardo do Campo, com a participação de dezenas de milhares de operários, com helicópteros sobrevoando numa tentativa de atemorizá-los. Foi dessa época que emergiu a liderança de Luis Inácio Lula da Silva, que se tornava presidente do sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo.

Com a chegada dos anos 80, e todas as transformações que vieram com essa década, entramos na terceira fase do Movimento Comunitário. Na luta pelas Diretas, vários partidos políticos se destacaram, dentre eles o PCB, PDT, PTB, PT, e o PMDB. Mas na campanha pelas eleições diretas duas figuras se destacaram Ulysses Guimarães e Lula, que cruzaram o país na pregação do direito popular de escolher pelo voto direto o primeiro presidente democrático desde 1964 (SADER, 1995, p. 146).

Nas eleições indiretas foi eleito o Presidente Tancredo Neves, que morreu antes de tomar posse, assume indo à presidência o seu vice, José Sarney.

Era o início do governo Sarney, que marcava o fim dos Militares à frente dos governos, porém transformava-os em tutores da democracia.

Os Movimentos Populares tomaram novo impulso, e surgiram também os movimentos ecológicos, de mulheres, de negros, entre outros. Esses movimentos nasceram num momento em que a classe dominante abandonava a força armada como principal meio de dominação das classes subalternas. Os soldados iniciavam sua “lenta, segura e gradual” marcha de volta

para a caserna e o aparelho de Estado passava a usar, enquanto instrumento principal, a força de ideologia, via meios de comunicação de massa. Durante a ditadura militar, a comunicação alcançou um grau de desenvolvimento tecnológico de nível internacional e de alta qualidade, conseguindo chegar a todos os cantos do país e conectar, praticamente, cada indivíduo ao resto do mundo. Esse processo ocorreu, em menor ou maior grau, em todos os países da América Latina, demonstrando que a burguesia, através dos militares, preparava-se para a internacionalização da economia e, também, para garantir, no futuro, sua dominação de classe por mecanismos ideológicos, mantendo sua hegemonia sem o uso ostensivo da força militar.

O aparelho de Estado, por várias e diferentes razões, não conseguia dar conta das crescentes demandas urbanas, confirmando o que nos diz Manuel Castells (1981), quando afirma que a crise urbana “advém da progressiva incapacidade da organização social capitalista de assegurar a produção, distribuição e gestão dos meios de consumo coletivo necessários à vida cotidiana”.

Os governos foram percebendo que, além dos Sindicatos, outras instâncias estavam se constituindo como canais legítimos, legais e formais de relação com a população de bairros e da periferia das cidades. Isso vinha se agravando desde 1985, quando ocorreram eleições para prefeitos de capitais e áreas de segurança nacional.

A mudança de conjuntura passou a exigir do Movimento Popular outras formas de relacionamento com seu principal adversário, o Estado, que adquiria nova aparência e, em alguns casos, iniciava algumas alterações mais profundas.

Assim, as questões sociais vêm à tona acirrando, ainda mais, as formas de exclusão dos indivíduos da sociedade, fenômeno exacerbado posteriormente, pela aplicação do projeto neoliberal. Contudo, surgem, no âmbito da sociedade civil, formas organizadas de lutas e proposições expressadas pelos movimentos sócio-populares, que buscam criar meios e

estratégias de resistência e sobrevivência, lutando por espaços alternativos na busca da democratização dos direitos e da cidadania.

Homens e mulheres buscam a cidade para melhorar de vida, para realizarem seus sonhos de progresso no estudo ou no trabalho. Infelizmente, as cidades brasileiras têm sido ineficientes e injustas, para com a maioria dos seus habitantes, e descuidadas do meio ambiente e da sua história. Marcadas por uma profunda desigualdade, nossas cidades abrigam, simultaneamente, áreas que permitem um padrão de vida semelhante ao das cidades do primeiro mundo, e áreas precárias, desprovidas de condições para o atendimento das necessidades mais básicas de seus moradores. Isso fica claro na fala aparecida no Jornal Comunitário Guarapuvu do Maciço do Morro da Cruz, de Florianópolis (2002), onde o menino, Djavan Nascimento Costa, de sétima série, escreve:

Para vocês vida bela, pra nós favela. Para vocês avião pra nós camburão. Para vocês carro do ano, pra nós resto de pano. Para vocês piscina pra nós chacina. Para vocês coca-cola pra nós cheirar cola. Para vocês felicidade pra nós igualdade. Para vocês imobiliárias pra nós reforma agrária. Para vocês exploração pra nós libertação.

Basicamente, todos os municípios brasileiros têm seu território ocupado em desacordo com a legislação urbanística. Não existe uma consciência coletiva ambientalista generalizada, que se preocupe com as ocupações desordenadas que geram a deterioração do meio ambiente. Assim, loteamentos clandestinos ou em áreas rurais e invasões de terras são uma constante no cenário surreal da ordem legal urbana. Notadamente, é muito grande a defasagem entre o modelo adotado pela legislação urbanística e a vida da *cidade real*. A tônica do uso do solo e das construções nas cidades é a irregularidade.

1.3. A EVOLUÇÃO DO MOVIMENTO DE REFORMA URBANA COMO REAÇÃO ÀS PROBLEMÁTICAS APRESENTADAS

Com as desigualdades sociais de várias ordens, que se foram afirmando ao longo dos anos, e com o descaso dos governos com a questão urbana, os problemas vão ficando cada vez mais, de difícil solução. Silva (2002, p. 146), de acordo com dados fornecidos por Ermínia Maricato, diz que de 1940 até 1991, a população urbana brasileira passou de 31,2% para 75,6%. Esse crescimento da mesma e o descaso do governo levam, necessariamente, à crescente exclusão da população de serviços e infraestrutura.

Como foi dito, nos anos 70 e 80, os movimentos populares ganham mais relevância, a população se organiza mais e começa a apresentar as suas reivindicações como direito. E o tema da Reforma Urbana, que já havia sido levantado nos anos 60, volta agora, no período da Assembléia Constituinte e é apresentado como necessário para alterar essa desigualdade social que encontra na cidade sua expressão mais visível.

Nesse contexto, surge o Movimento de Reforma Urbana, que foi uma soma dos movimentos de moradia, ONGs, intelectuais vinculados à temática urbana e algumas entidades classistas. Todos tinham em comum o anseio de construir uma proposta de emenda para ser incorporada na Constituição, com a direção de alterar o perfil das cidades brasileiras. Tendo base legal, os movimentos poderiam intervir junto ao poder público.

Esse movimento foi responsável pela apresentação de uma proposta de emenda à Constituição, denominada Emenda Popular de Reforma Urbana, subscrita por 150 mil pessoas em todo o Brasil. O trajeto percorrido até a Assembléia Constituinte foi bastante difícil e passou vários embates, pois era um tema que envolvia muitos interesses, principalmente imobiliários. Nessa época, o tema da Reforma Urbana, mesmo com toda a mobilização feita, não tinha alcançado ainda todos os setores da sociedade. O que esse movimento conseguiu foi

a inclusão, pela primeira vez, na Constituição, de dois artigos, 182 e 183, sobre a questão urbana, que forneciam uma orientação para que as cidades cumprissem seu papel social.

A avaliação dos autores que elaboraram a emenda popular é de que apesar de não se conseguir todo o esperado, esses dois artigos foram um grande avanço.

Nesse período, surge o Fórum Nacional de Reforma Urbana, cujo objetivo era pressionar o Congresso Nacional na regulamentação desses artigos, que dependia de projetos de lei específicos, para que daí pudessem tornar-se obrigatórios.

A partir de 1988 os municípios passaram a ter mais competências, mais responsabilidades e mais despesas, pois assumiram algumas funções que eram dos governos federal e estadual em áreas como saúde, educação, saneamento e moradia.

Muitas administrações municipais, agindo com seriedade, planejamento e inversão de prioridades na arrecadação e no gasto do dinheiro público, conseguiram melhorar a qualidade de vida de seus moradores, mas encontraram barreiras para implantar transformações definitivas no combate às desigualdades e na reestruturação urbana. Do ponto de vista exclusivamente urbano, essas barreiras dificultaram, sobretudo, o enfrentamento do déficit habitacional, a tarefa de levar saneamento para todos e, principalmente, a tentativa de organizar a cidade para que o interesse coletivo se sobrepusesse, ao interesse individual ou de um grupo.

Contudo, para serem aplicados, os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, dependiam de regulamentação em lei federal específica. Esta foi negociada por mais de 10 anos no Congresso Nacional, resultando na lei 10257, sancionada pelo Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, em julho de 2001, denominada Estatuto da Cidade. Poucas leis na história do Brasil foram construídas com tanto esforço coletivo e legitimidade social.

1.4. NASCE UM NOVO BRASIL

Nas eleições de 2002, elege-se para a Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, abrindo uma nova página na história brasileira. Forças políticas de esquerda, que representavam o movimento popular e democrático, em aliança com setores das classes dominantes, assumem o governo do maior país da América Latina. Pela primeira vez e com uma votação consagradora, um líder operário exercerá a Presidência do Brasil. O fato ganha ainda mais relevância porque se dá sob uma situação mundial marcada pelo belicismo e pela supremacia de forças reacionárias. Desse modo, são grandes as esperanças do povo brasileiro, são enormes as expectativas das correntes progressistas de todo o mundo em relação ao governo que tomou posse em janeiro de 2003.

Proporcionalmente a essa esperança, destaca-se a responsabilidade do governo eleito e dos partidos e dos movimentos sociais que o apóiam. A mudança, compromisso maior assumido por Lula com os brasileiros, significa reconstruir o país, a nação, sob a égide da soberania nacional, da democracia e do resgate dos direitos sociais. Essa reconstrução exige a retomada do crescimento da economia, tendo como base um modelo de desenvolvimento sustentado, que canalize a riqueza dele proveniente para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores e do povo e ao soerguimento da infra-estrutura nacional. Os obstáculos não serão poucos, pois será uma fase de intermediação entre os resultados destrutivos do modelo neoliberal e a implementação do modelo de desenvolvimento democrático e popular. Isso trará muitos conflitos, pois por algum tempo teremos que conviver com o continuísmo e a mudança, que ainda carece de consolidação.

A vitória de Lula para o governo federal uniu uma nação que estava dividida. Esse novo governo tomou posse com uma forte legitimidade, com uma base parlamentar razoável, um movimento social combativo, importantes camadas do empresariado e por expressivos segmentos da cultura e da intelectualidade. Mas a experiência histórica dos povos indica que

tão ou mais difícil do que vencer é fazer as mudanças que o nosso país necessita. Isso exige um feixe de ações, tarefas e iniciativas de todos que tem compromisso com o seu sucesso.

Esse governo fez algumas mudanças iniciais importantes para o tema que abordamos dentre elas, a criação do Ministério das Cidades, que tem como ministro Olívio Dutra, ex-governador do Rio Grande do Sul.

Dentre as diversas situações críticas que esse governo tem pela frente, está certamente a situação das grandes e médias cidades, muitas delas em estado de grave crise social, com altas taxas de violência, desemprego e degradação ambiental. O legado da violência urbana é em grande parte, o da ausência de políticas para as cidades nas últimas décadas.

A criação de um Ministério das Cidades traz novas perspectivas e indica o reconhecimento da importância das políticas relacionadas ao desenvolvimento urbano. Entretanto, apenas a mobilização social fará com que as novas políticas para as cidades sejam efetivadas como fator decisivo de justiça social.

O Ministério das Cidades ficou com a terceira melhor fatia do orçamento, essa superdotação orçamentária para o recém-nascido ministério tem explicação e se deve ao fato de que o novo presidente quer investir pesado para acabar com o déficit habitacional e levar para as cidades, especialmente as grandes, qualidade de vida às classes menos favorecidas. Para colocar os planos do ministério em prática, recursos do FGTS, BNDES, FAT serão utilizados, assim como incentivos às cooperativas habitacionais. Porém, nos primeiros dias de governo, houve vários cortes no orçamento e acabaram tirando também a maior fatia do Ministério das Cidades.

1.5. O ESTATUTO DA CIDADE E O CAMINHO PERCORRIDO ATÉ A SUA SANÇÃO COMO LEI

Para poder tratar melhor do Estatuto da Cidade, devemos primeiramente, situá-lo num contexto histórico para, depois, examinar seus dispositivos.

Até ser sancionada a Lei do Estatuto da Cidade, vários projetos de Lei nortearam essa questão; foram: Projeto de Lei 775/1983, do Poder Executivo, Projeto de Lei substitutivo 2.191/1989 e o Projeto de Lei 5.788/1990.

O Projeto de Lei 775/1983 surgiu sob vigência da Constituição Federal de 1967, com a redação dada pela Emenda Constitucional 1, de 17.10.1969. Foi iniciativa do Executivo Federal a apresentação ao Congresso Nacional do primeiro projeto de lei, que tinha por objetivo estabelecer normas voltadas à política urbana. Isso se deveu ao fato de que o Governo Federal compreende a urgente necessidade de criação de normas voltadas à regulação das relações urbanas das cidades, até porque até aquele momento a maioria da legislação existente fora editada quando a sociedade era fortemente rural. Era preciso então dar esse enfoque urbano, uma vez que a própria Constituição exigia que a propriedade atendesse à função social. Ele propunha as seguintes diretrizes: iguais oportunidades de acesso à propriedade urbana e à moradia; distribuição eqüitativa dos benefícios e ônus decorrentes da urbanização; correção das distorções de valorização da propriedade urbana; regularização fundiária de áreas ocupadas por populações de baixa renda; e a devida adequação às normas urbanísticas do direito de construir.

Esse projeto tramitou no Congresso Nacional até 1988, quando da promulgação da nova Constituição, sendo que, até aquele momento a ele haviam sido apensados 14 outros Projetos de Lei.

O Projeto de Lei substitutivo 2.191/1989, de autoria do deputado Raul Ferraz, foi o primeiro proposto depois da promulgação da nova Constituição de 1988. Este projeto

mostrou-se perfeitamente adaptado às novas normas constitucionais, especialmente àquelas referentes ao plano diretor.

É interessante ressaltar também que esse projeto determinava que os municípios com população inferior a vinte mil habitantes deveriam elaborar sua legislação urbanística, contendo, no mínimo, a proposta de estrutura urbana, os limites de áreas urbanas e de expansão urbana, com indicação das áreas preferenciais de urbanização, e as diretrizes de uso e ocupação do solo.

O Projeto de Lei 5.788/1990, de autoria do senador Pompeu de Souza, conhecido como Estatuto da Cidade, visava estabelecer diretrizes gerais da política urbana. Obtida sua aprovação no Senado Federal, no mesmo ano, foi enviado à Câmara dos Deputados, onde lhe foram apensadas outras dezessete proposições, entre elas o Projeto de Lei 2.191/1989. Além de apresentar os temas de maneira confusa, o projeto apresentava um enfoque exclusivamente municipal, deixando de fixar diretrizes gerais para os demais níveis de governo.

Durante uma década de tramitação legislativa, o Projeto de Lei 5.788/1990 recebeu inúmeros substitutivos, todos resultantes das discussões travadas nas Comissões Permanentes da Câmara dos Deputados.

No Projeto de Lei, em forma de substitutivos, foram apresentadas, várias alterações de peso. Entre elas, aquela que previu a “concessão de uso especial para fins de moradia”. Esse substitutivo foi aprovado no âmbito da Comissão em 1999, seguindo para a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação da Câmara dos Deputados. O substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça e de Redação foi aprovado em 2000, no âmbito da Comissão, foi aprovado em fevereiro de 2001, na câmara dos Deputados e enviado ao Senado de onde se originou. Obtida a aprovação no Senado, foi à sanção presidencial. Em 30 de junho do mesmo ano, o projeto foi sancionado com vetos, transformando-se na Lei federal 10.257, de 10.07.2001.

A Lei n 10.257/2001- Estatuto da Cidade, que regulamenta o capítulo de Política Urbana da Constituição Federal (artigos 182 e 183), obriga todos os municípios a implementarem seus dispositivos até 05 (cinco) anos após sua publicação. Os que já possuem Plano Diretor aprovado por lei municipal, deverão adaptá-los às novas exigências da Lei.

O Estatuto da Cidade reúne importantes instrumentos urbanísticos, tributários e jurídicos, que podem contribuir para dar efetividade ao Plano Diretor, visando garantir, a todos, o direito à cidade e a justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização. O Estatuto da Cidade constitui-se num avanço social sem precedentes, que tem por finalidade e objetivo promover o planejamento urbano de forma sustentável, tendo como objetivos principais a qualidade de vida das pessoas que moram em aglomerados urbanos e em cidades com mais de 20.000 habitantes, bem como busca a proteção ambiental como forma de melhorar essa qualidade de vida.

Podemos dizer que a primeira regra do Estatuto é que o interesse coletivo está acima do interesse individual ou de um grupo. A terra urbana tem de cumprir a sua melhor função em benefício da sociedade. É o que a lei chama de função social da propriedade urbana e da cidade. Ou seja, o melhor uso para cada pedaço da cidade deve ser discutido e acordado entre todos os membros da sociedade (Cap I, Art.1).

A segunda regra é que cada um é responsável pela melhoria da cidade. O Estatuto delega à Prefeitura e à Câmara de Vereadores a responsabilidade de fazer valer essa lei, mas afirma que o planejamento e a gestão das cidades, em todas as suas fases, deve incluir a participação direta da população e de suas associações, em debates, audiências, conselhos, nos orçamentos participativos, em projetos de lei de iniciativa popular etc., como está escrito no capítulo “Gestão Democrática da Cidade” do Estatuto (Art. 2, Art. 43, Art. 44 e Art. 45).

E a terceira regra é que vale o que está escrito no Plano Diretor. As decisões que interferem na cidade, na vida e no futuro de cada cidadão são tão importantes que não podem

mudar, sem fortes motivos, a qualquer hora. As cidades que já tiverem o seu Plano Diretor têm até 2006 para adaptá-lo às novas regras do Estatuto da Cidade (Cap I; Art. 2, inciso IV; Cap II, Art 4, inciso III, alínea a; Cap III, Art. 39 a 42).

O Estatuto da Cidade prevê instrumentos de combate à retenção especulativa de terras na cidade, para melhorar a oferta de lotes e reduzir o preço dos imóveis. São eles:

a) **O Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios**; diante de notificação do poder público municipal, o proprietário terá um prazo, previamente estipulado em lei, para dar uma destinação ao terreno beneficiado por benfeitoria pública, e que esteja ocioso, à espera do aumento do valor de venda (Cap II, Art. 4, inciso V, alínea I e Art. 5 e 6).

b) **Imposto Predial e Territorial Urbano Progressivo no Tempo**, para reprimir a ociosidade, os imóveis que não cumpriram, antes, as obrigações de parcelar, edificar ou utilizar, estipuladas pelo poder público, terão aumento crescente de tributo. Quanto mais tempo o imóvel ficar ocioso, mais caro será o imposto (Cap II, Art. 4, inciso IV, alínea a, e Art. 7).

c) **Desapropriação com Pagamento em Títulos**: o município poderá desapropriar o imóvel que não cumprir a obrigação previamente estabelecida de parcelamento, edificação ou utilização de compulsórios, nem mesmo diante do aumento progressivo do IPTU (Cap II, Art. 4, inciso V, alínea a, e Art. 8).

d) **Direito de Superfície**: o proprietário, sem perder a propriedade, poderá conceder a outra pessoa, por tempo determinado ou indeterminado, o direito de utilizar o solo, o subsolo ou o espaço aéreo de seu imóvel, respeitada a legislação urbana (Cap II, Art 4, inciso V, alínea I e Art. 21 a 24).

e) **O Direito de Preempção**: o município terá preferência na compra de imóvel urbano, situado em área previamente delimitada por lei municipal, assegurado seu valor de

mercado, e desde que a aquisição do terreno pelo poder público atenda à finalidade estabelecida naquela lei (Cap II, Art. 4, inciso V, alínea m, e Art 25 a 27).

Também prevê instrumentos para melhorar a distribuição dos benefícios e dos ônus do processo de urbanização.

a) **Outorga Onerosa do Direito de Construir:** muitos terrenos, sem qualquer gasto dos proprietários, ficam supervalorizados, porque a lei permite construir várias vezes a área do terreno. Com o solo criado, todos os terrenos deverão ter um coeficiente de aproveitamento básico, e quem quiser construir acima deste coeficiente terá de pagar, e os recursos serão utilizados para o bem coletivo, de acordo com as finalidades previstas no Estatuto (Cap II, Art. 4, inciso V, alínea n, e Art. 28 a 31).

b) **Operações Urbanas Consorciadas:** um conjunto de medidas e intervenção coordenadas pelo Município com a participação dos proprietários, moradores, usuários e investidores privados, operando uma transformação urbanística em uma determinada área da cidade, para atingir melhorias sociais e valorização ambiental (Cap II, Art. 4, inciso V, alínea p e Art 32 a 34).

c) **Transferência do Direito de Construir:** o proprietário de um imóvel urbano, privado ou público, poderá construir em outro local, ou alienar esse seu direito à outra pessoa, mediante escritura pública. O imóvel precisa ser considerado necessário para fins de implantação de equipamentos urbanos e comunitários, de preservação, ou que sirva a programas de regularização fundiária, urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda e habitação de interesse social (Cap II, Art. 4, inciso V, alínea o, e Art 35).

d) **Estudo de Impacto de Vizinhança:** deverão ser discutidos com a vizinhança os aspectos positivos e negativos de qualquer novo empreendimento, público ou privado, que possa trazer modificações expressivas na região, tais como as causadas pelo aumento da densidade populacional, geração de tráfego, sobrecarga nos equipamentos públicos, prejuízos

para a ventilação e a iluminação naturais, comprometimento da paisagem urbana e do patrimônio cultural e ambiental, etc (Cap II, Art. 4, inciso VI e Art 36 a 38).

E, finalmente, os instrumentos de regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda.

a) **O Usucapião Especial de Imóvel Urbano:** será concedido, para sua moradia e de sua família, o título de domínio de imóvel de até 250m², ocupado, sem oposição do proprietário, há mais de cinco anos. O beneficiário desse direito não poderá ser proprietário de nenhum outro imóvel urbano ou rural (Cap II, Art 4, inciso V, alínea j e Art 9,11 a 13).

b) **O Usucapião Especial Coletivo:** utilizado em áreas superiores a 250m², onde não for possível identificar os terrenos ocupados por possuidor, poderá ser proposta pelos interessados ou pela associação de moradores legalmente constituída e autorizada pelos representados, sendo obrigatória, nesse caso, a intervenção do Ministério Público no processo (Cap II, Art 10).

c) **Assistência Jurídica Gratuita:** perante o cartório de registro de imóveis, nas ações de usucapião especial urbano, e, ainda, a garantia de maior rapidez na solução dessas demandas judiciais, se houver, pois o procedimento será sumário (Cap II, Art. 4, inciso V, alínea r e Art 14).

d) **Concessão de Uso Especial para Fins de Moradia:** será outorgada se estiverem ocupando área pública urbana de até 250m², para fins de moradia, por cinco anos, sem interrupção e oposição, e desde que não sejam proprietários de outro imóvel urbano ou rural (Cap II, Art 4, inciso V, alínea h).

Em áreas superiores a 250m², que até 30 de julho de 2001 estavam ocupadas por população de baixa renda (como as favelas situadas em áreas públicas), onde não for possível identificar os terrenos ocupados por possuidor, a concessão de uso especial para fins de

moradia poderá ser outorgada de forma coletiva. A cada possuidor será concedida uma fração ideal do terreno, caso não haja acordo escrito entre os ocupantes.

Além desses instrumentos, o Estatuto prevê normas especiais de urbanização, de uso e ocupação do solo e de edificação, levando em conta a situação socioeconômica da população e a proteção do meio ambiente.

Sem dúvida, estamos diante de uma lei admiravelmente progressista, inovadora, com vocação democrática, autenticamente voltada para a construção de cidades, onde se pretende preservar o bem estar coletivo da população. Essa grande vitória na conquista do Estatuto, entretanto, só se efetivará na medida em que as forças sociais que o construíram busquem torná-la realidade no cotidiano das práticas administrativas de nossas cidades.

A conquista do Estatuto da Cidade não pode mesmo ser considerada uma vitória total, pois os movimentos precisam continuar firmes, unidos, democráticos, políticos, articulados, abertos, solidários, nessa longa jornada, para que possam viver em cidades mais justas, igualitárias, democráticas, cidadãs, integradoras, belas, alegres, éticas e solidárias.

Muita luta é necessária e muito conhecimento para obter e levar para a população na busca maior de fazer valer esses direitos já conquistados pelo Estatuto da Cidade. Lamentavelmente, até agora, na maioria dos municípios do país, não foi iniciada essa discussão.

CAPÍTULO 2. O MOVIMENTO COMUNITÁRIO E A LUTA PELA IMPLEMENTAÇÃO DO ESTATUTO DA CIDADE EM FLORIANÓPOLIS

2.1. A EVOLUÇÃO DO MOVIMENTO COMUNITÁRIO EM FLORIANÓPOLIS

As organizações de segmentos da sociedade civil na cidade de Florianópolis surgem das chamadas áreas da periferia urbana, historicamente vinculadas aos modos de vida da cultura açoriana.

Em 1977, o então governador de Santa Catarina, Antonio Carlos Konder Reis criou a Supervisão da Ação Comunitária (SAC), diretamente ligada ao gabinete do governador e responsável pela implantação dos conselhos comunitários, que se constituíam por decreto, tinham estatuto padrão e a nomeação dos diretores era feita pelo governo. O repasse de verbas só era feito às entidades inscritas na SAC e que estivessem atendendo essas regras.

Estabelecido pelo Decreto n 280. de 16.06.77 e depois revisado por decreto, em 1979, o Programa Estadual de Estímulo e Apoio à Criação e Funcionamento dos Conselhos Comunitários, concebia-os como entidades de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, cujas estruturas e funcionamento deveriam adequar-se a estatuto-padrão (FANTIN, 1997, p.166).

No governo de Jorge Konder Bornhausem, a SAC é transformada na Fundação Catarinense de Desenvolvimento de Comunidade (FUCADESC), vinculada à Secretaria de Bem Estar Social que, no governo Amim (1982-1986), ganhou um grande apoio para o desenvolvimento dos conselhos comunitários.

Os Conselhos Comunitários não passavam de estruturas criadas pelo Estado como forma de manipular a população tendo ali, cabos eleitorais fiéis. Nesse sentido, salienta, Muller (1997, p.42):

Havia um conjunto de procedimentos metodológicos necessários para a organização de um conselho comunitário em determinado bairro ou localidade e freqüentemente o interesse partia de alguns “cabos eleitorais” dos partidos governantes ou por cobrança do próprio poder público que condicionava o atendimento de reivindicações de moradores ao seu encaminhamento por uma organização local reconhecida (Conselho Comunitário).

Ainda no governo Amim começa uma redução de recursos para os conselhos que se acentua mais ainda no governo de Pedro Ivo, que extinguiu a FUCADESC e onde os poucos recursos que ainda se recebia do Governo Federal passaram a ser absorvidos pela Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Comunitário.

Com a ala progressista da Igreja Católica, entrando nesse processo é que se inicia uma oposição à prática de controle do Estado e do Município sobre os Conselhos Comunitários. Em bairros onde já existiam outros grupos como o das mães, por exemplo, estes acabam por se tornar associações com o objetivo de tomarem para si os problemas da comunidade que os Conselhos acabam por passar por cima devido às disputas políticas.

Em 1985, assumiu a prefeitura um candidato do PMDB, que já vinha se mostrando contrários às atividades dos conselhos. O prefeito Edson Andrino recebeu apoio das entidades ditas independentes, que constituíram então as Associações de Moradores, estas mais ligadas a setores da igreja pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), setores da periferia e militantes ligados aos setores de esquerda política.

Num debate antes das eleições, as comunidades reivindicaram uma gestão participativa e Edson Andrino assumiu esse compromisso. O governo abriu espaço, semanalmente, para as organizações de bairro e bimensalmente para o conjunto de entidades populares. Constituiu vários conselhos administrativos municipais, como o da Educação,

Transporte, Saúde e Desenvolvimento, todos de caráter consultivo e que tinham representantes das entidades da sociedade civil.

No ano seguinte, formaram-se duas comissões pela articulação das entidades de bairro: uma para discutir o orçamento municipal e outra para formalizar uma Federação municipal de entidades comunitárias.

Nesse momento surgem muitas associações, pois os conselhos sem verbas, já não tinham mais prestígio junto às comunidades, já que no novo contexto, expunham abertamente suas vinculações eleitoreiras.

Também cresce o número de entidades ligadas às CEBs, pois na periferia onde elas se encontravam haviam sérios problemas de legalização de posses de terra.

Nessa época o Brasil sofre com uma urbanização crescente, o que agrava as questões urbanas consideravelmente e, Florianópolis não ficou alheia a isso. A cidade não estava preparada para o crescente número de pessoas que se mudavam para Florianópolis, e as favelas foram se formando. Não havia, como não há ainda hoje, infraestrutura urbana para essas pessoas. O intenso crescimento do turismo nessa década, agravou a situação nas temporadas de verão.

Além de tudo isso, com a exploração imobiliária crescente, as populações nativas das praias acabam vendendo os seus terrenos e conseqüentemente se deslocando para bairros mais pobres da cidade.

O governo Sarney, com seu programa do Leite para crianças carentes, também incentivou a criação de entidades comunitárias, pois somente entidades legalmente constituídas poderiam fazer a distribuição dos tickets de leite.

Em 1986, também é criada a Federação de Associações de Moradores do Estado de Santa Catarina (FAMESC), mais ligado à representação do PMDB.

Com todo esse envolvimento de partidos, o setor da periferia se afasta da articulação, alegando a não participação e amadurecimento político do processo e propriamente o atrelamento político partidário que estava acontecendo.

No início de 87, foi fundada a União Florianopolitana de Entidades Comunitárias (UFECO) com a participação de 33 entidades, sendo elas associações e conselhos comunitários, a diretoria foi relativamente paritária (LUCHMANN, 1991, p 17).

Groh (1998, p 254) coloca que a relação entre movimento popular e a esfera municipal, nos anos de 1980 até 1996, era uma relação tensa. Em Florianópolis, porém temos dois momentos em que foram criados espaços de participação: o primeiro deles na gestão de Edson Andrino (PMDB), propõe o orçamento participativo, que só foi instituído na próxima Gestão. E no governo Grando, de 1989 e 1993, o processo do Orçamento Participativo foi novamente de envolvimento do movimento sócio comunitário.

Groh (1998, p.164) afirma “o orçamento participativo foi sendo utilizado como instrumento na relação com as experiências organizativas do movimento popular, através das quais os delegados e conselheiros começaram a reinventar as relações com o executivo”.

Por sua vez, Colaço (1999) em entrevistas com alguns atores que participaram do processo de implantação do orçamento participativo, dentre elas o então secretário do GAPLAN (Gabinete de Planejamento da Prefeitura de Florianópolis), diz que, no primeiro momento, o grau de conhecimento dos integrantes do governo (colegiado) e dos partidos da Frente Popular sobre o que seria uma democratização do orçamento público, “era baixíssimo, quase ninguém tinha muito claro como ele funcionava [...] o orçamento participativo só foi ganhando importância no decorrer da gestão”.

Ainda de acordo com Colaço, os debates em torno de como concretizar o Orçamento Participativo se deu mais no âmbito do Diretório do PT do que no Colegiado da Frente Popular. Até mesmo o ex-prefeito concorda com isso quando diz: “quem carregava a proposta

do Orçamento Participativo era o PT. O que tínhamos eram partidos cada um com sua secretária achando que aquilo ali era uma prefeitura e então não havia ação em conjunto; não havia boicote, mas também existia colaboração”. Assim, como diz Colaço foi uma “gestão de desencontros”, e por isso foi uma experiência válida, mas, foi totalmente abandonada quando assume o poder a Prefeita Ângela Amim.

Uma medida de destaque do início do governo Ângela foi o processo de implementação da Agenda 21 de Florianópolis, que se transformou num ponto de encontro e discussão do movimento sócio-comunitário.

Nesse ponto é conveniente dar um entendimento maior sobre a compreensão do que é a Agenda 21, para depois entrarmos especificamente no caso de Florianópolis.

A Agenda 21 é um programa de ação, que busca tratar de ações concretas, com metas, recursos e responsabilidades definidas; é um programa estratégico, universal, para alcançar o desenvolvimento sustentável no século XXI. A Agenda 21 serve de guia para as ações do governo e de todas as comunidades que procuram desenvolvimento sem, com isso, destruir o meio ambiente. O processo da Agenda 21 surge como resolução da ECO 92.

A Agenda 21 deve ser implementada em vários níveis e ela pode ser feita por governos federais, estaduais e municipais, assim como em comunidades específicas.

Esse processo chega em Florianópolis e teve seus primeiros passos dados em fevereiro de 1997, quando foi realizado o primeiro seminário da Agenda 21 catarinense. Em julho do mesmo ano, ocorreu o primeiro seminário da Agenda 21 local da Grande Florianópolis. Nessa ocasião, foram divulgadas informações sobre o tema e os municípios, desta microrregião foram estimulados a elaborarem as suas respectivas agendas 21 locais. Durante esse evento, foi solicitada a decretação oficial da criação do Fórum da Agenda 21 Local do Município de Florianópolis. Isso foi feito através do Decreto Municipal n 249/97 de 06.06.1997, posteriormente alterado pelos decretos 176/98 e 342/00. A primeira versão da Agenda 21

Local de Florianópolis foi lançada no dia 09 de julho de 2000. Nesse momento muitas entidades contestavam a forma autoritária como foi concebido o processo da Agenda 21 Local, já que não houve a discussão necessária. As entidades se organizaram mas, no dia da aprovação do documento final da Agenda 21 um "rolo compressor" simplesmente não deixou prosperar qualquer discussão sobre o assunto, e a agenda foi aprovada.

Sobre a Agenda 21, Lino Peres, professor de Arquitetura e Urbanismo da UFSC, afirma:

O discurso do mundo, e aqui também, está sendo colocado como agenda 21; é o reconhecimento das comunidades, e a partir daí se dane a reurbanização. Não vamos expulsar, vamos reconhecer as pessoas no seu lugar, veja bem que discurso interessante, [...] verificamos que projeto é uma falácia (PERES, 2001).

Isso porque, novamente as coisas foram feitas sem participação suficiente e adequada da comunidade. Depois de aprovada a Agenda 21 local muitas entidades entraram com pedido de que retirassem o seu nome como participantes na elaboração do documento final porque não concordavam com tudo que estava acontecendo.

Outro momento relevante da mobilização sócio-comunitária foi a discussão do Plano Diretor de nossa cidade. O Plano Diretor, elaborado pelo IPUF, não contemplava a opinião da comunidade em várias regiões da cidade. Como diz uma participante do movimento Campeche Qualidade de Vida, “o IPUF, inviabilizou o processo [...] Tentamos através de uma mediação, mas não adiantava, o IPUF não colocava as nossas idéias dentro do seu plano” (TIRELLI, 2001).

Assim sendo vemos surgir dois movimentos que foram além e elaboraram, eles mesmos em conjunto com a Universidade, seus planos diretores. Foram eles o Movimento Campeche Qualidade de Vida e o Movimento Ilhativa.

O Movimento Qualidade de Vida do Campeche, elaborou o Plano Diretor Comunitário, em contraposição ao do IPUF.

O novo cenário está explicitado, aqui na fala, de Tereza C Barbosa:

Consideramos as potencialidades, as vocações da região, principalmente as necessidades de emprego e qualificação de mão de obra, problemas de inundações, deficiências de áreas de lazer para idosos e crianças. Consideramos outra coisa muito importante, a legislação ambiental [...] No plano consideramos uma série de estudos da Universidade, de professores que haviam feito mestrado, doutorado para embasar o fundamento mas, principalmente, a comunidade trouxe as suas necessidades. Fizemos o planejamento estabelecendo as áreas possíveis para urbanizar em função dos problemas que poderiam acontecer. A nossa proposta é exatamente aquilo que a sociedade deseja e que por outro lado pode trazer desenvolvimento para a região. A especulação imobiliária está fazendo com que haja um crescimento desordenado. Elaboramos diversas propostas dentro do plano, fundamentalmente criticamos o sistema viário do IPUF [...] A partir daí saíram diretrizes que foram enviadas para o IPUF, mas não foram consideradas. Contudo, como tínhamos as diretrizes e o potencial técnico começamos a elaborar o plano. Nele participaram todas as profissões. Pensamos nossa região para muitos anos a frente [...] Fizemos tudo isso levando em conta a legislação (BARBOSA, 2001).

Ressalta-se que o plano diretor do norte da ilha, proposto pelo IPUF, não foi algo construído com calma, pois o movimento ficou sabendo que o plano pretendia a construção de quatro pistas e dois túneis costeando as dunas, com um custo altíssimo, para atender um empreendimento privado. Então, a Universidade assessorou a comunidade na construção de um plano contrário ao plano do IPUF. Houve o cuidado para que a população participasse ativamente. O IPUF foi questionado sobre a Lei Orgânica e a Constituição Federal e Estadual, uma vez que o plano diretor deveria adequar-se ao plano de gerenciamento costeiro. O IPUF deu apenas quarenta e cinco dias para a elaboração desse novo plano diretor e com a pressão do movimento prorrogou-se por mais quinze dias, até que foi concluído. Vejamos as bases programáticas do plano comunitário na fala do técnico responsável:

O IPUF propõe avançar a área residencial em direção ao mar, que na verdade são empreendimentos hoteleiros e residências de luxo. Mantém a área residencial exclusiva como prevê a construção de uma via que rasga na direção das restingas, paralelamente outra pista que cortará por dentro a comunidade desapropriando quatrocentas casas. Nós eliminamos a construção da pista nova, mantivemos a estrutura atual, assim chegamos à desapropriação de uma só casa e em terrenos um metro e meio de recuo, tudo isso com um custo muito baixo. Preservamos a Lagoa do Jacaré (por baixo dela temos uma bolha gigantesca de água um fantástico reservatório que esta sendo contaminado na superfície porque o esgoto caiu em cima da

lagoa). A síntese é a proposta de saneamento básico, o respeito e a proteção às áreas ambientais e soluções de baixo custo. Vamos nos preparar, se perdermos a proposta não nos desiludamos, porque este país está cansado de perder, mas é diferente perder sonhando lutando, do que perder omitindo (PERES, 2001).

Essas propostas ainda estão paradas na Câmara de Vereadores e continuam sem discussão com a comunidade.

Nesses períodos, tivemos outros movimentos que também foram importantes, na década de noventa, vemos o Movimento dos Sem Terra, Campesinos e o Movimento dos Sem Teto, com muita força não só na capital mas em todo o estado que vieram para a capital buscar diálogo com os governantes. Mais tarde, temos o Movimento do Parque da Luz, o Movimento Contra o Pedágio da SC 401, o Movimento para a Construção do Parque da Lama, Movimento 18 andares, dentre outros importantes que aqui não aprofundaremos, somente registramos que existiram outros movimentos também nesse período.

Vemos o movimento da sociedade composto por contingentes diversos, que se organizam a fim de construir a cidadania. Todas essas organizações buscam a sua legitimidade na prática reivindicativa elaborando documentos onde expunham seus principais problemas e as enviavam a órgãos públicos responsáveis pela busca de soluções.

O movimento Popular vem se organizando agregando parceiros na busca de uma cidade melhor.

2.2. *O ESTATUTO DA CIDADE EM FLORIANÓPOLIS, O CONHECIMENTO PELO MOVIMENTO COMUNITÁRIO E O SURGIMENTO DO FÓRUM DA CIDADE*

Para situar melhor como surgiu o Fórum da Cidade, tentaremos voltar um pouco na história, reportando-nos ao ano de 1992, quando o Departamento de Serviço Social criou o Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular (NESSOP), com o intuito de concentrar projetos relacionados com a questão comunitária, e também outros núcleos de

estudo para que, a partir da prática de estágio vivenciadas pudessem discutir melhor as questões pertinentes. O Núcleo foi chamado, inicialmente de Serviço Social e o Trabalho Social com a população.

Em 2000, o Núcleo passou por uma reestruturação, pois havia uma demanda muito grande de trabalho. Nesse ano foi criado o projeto “Experiências em Cena” cujo objetivo geral era a realização de ação/intervenção profissional, que contribuísse para a criação de espaços de construção de relações democráticas participativas, de produção de conhecimento e capacitação metodológica para o trabalho social.

Em 02 de julho de 2001, no Evento Experiências em Cena, intitulado *A cidade que queremos: um olhar dos sujeitos das organizações sócio-comunitárias de Florianópolis*, o debate levou os representantes populares à criação de um espaço onde pudessem articular suas demandas e questões urbanas locais como as do planejamento urbano da cidade de Florianópolis e como uma unidade maior já que a UFECO (União Florianopolitana de Entidades Comunitárias) não vinha cumprindo o seu papel, não estando presente e deixando a dever para a comunidade.

Criou-se, ali, um grupo de articulação chamado Fórum da Cidade que busca o diálogo entre as comunidades, legitimando e fortalecendo as diferentes vozes locais da cidade para uma intervenção no processo de planejamento urbano. Esse Fórum reúne diversas entidades comunitárias de toda a ilha e continente, assim como outros participantes.

Esse grupo, a partir daquele momento, passou a organizar um encontro na perspectiva de estimular o envolvimento da cidadania com as questões sócio-ambientais e urbanas na grande Florianópolis.

Em outubro de 2001, aconteceu o I Fórum da Cidade: Um olhar do movimento sócio-comunitário, tendo como referência a recente sanção da Lei 10.257, de julho de 2001, o Estatuto da Cidade. O objetivo era realizar um encontro de abrangência municipal, para a

compreensão e formulação de uma política urbana metropolitana, com participação e gestão descentralizada e democrática. E ainda, conhecer o Estatuto da Cidade, discutindo seu mérito, enquanto instrumento do movimento social popular comunitário; potencializar a participação popular nos municípios da Grande Florianópolis à luz do Estatuto da Cidade; fortalecer o direito de participação popular de forma decisiva, no planejamento da cidade que queremos; construir e aprovar uma agenda de lutas, de modo a unificar os movimentos da Grande Florianópolis; construir uma rede organizacional e metropolitana dos movimentos sociais e comunitários. Esse evento contou com a presença de 81 entidades comunitárias e 220 participantes.(ver anexo 1)

Nesse evento foram feitos grupos de trabalho divididos por temas(ver anexo 2). Dentre eles, um grupo para discutir como fortalecer o movimento sócio-comunitário da Grande Florianópolis e outro para buscar a garantia da regulamentação do Estatuto da Cidade.

Na discussão desses grupos, foram apresentadas para a plenária algumas diretrizes de ação acabando por ser consolidada e aprovada na plenária final, que aconteceu no dia 27 de outubro de 2001. Algumas das diretrizes de ação foram:

- Assegurar a participação popular nos projetos e planos urbanos;
- Criar ou aprimorar a rede de associações de moradores, oferecendo a todas as comunidades os elementos técnicos necessários pra os estudos e conseqüentes propostas urbanísticas de cada região da cidade;
- Trabalhar pela concretização de um Plano Diretor, como previsto pelo Estatuto da Cidade, com participação popular.

Com um levantamento feito pelas comunidades, foram observados os seguintes problemas para o desenvolvimento do movimento: falta de participação, clientelismo, individualismo, autoritarismo, custo do transporte, postura centralizadora das lideranças, imediatismo diante dos problemas e reivindicações. Para uma maior discussão sobre esses

assuntos, ainda como diretrizes de ação, viu-se a necessidade de realizar fóruns regionais nos bairros, para diagnosticar e formular soluções e agendas de lutas, assim como também discutir o papel da União Florianopolitana de Entidades Comunitárias- UFECO e, por fim, realizar um segundo encontro Fórum da Cidade.(ver anexo 3). Também foi redigida uma carta encaminhada à Câmara Municipal de Florianópolis, na qual o Fórum da Cidade reivindica a criação de uma comissão para discussão, com a devida participação da população sobre a regulamentação do Estatuto da Cidade no município de Florianópolis (ver anexo 4).

Por um longo tempo, a UFECO ficou atrelada ao governo, não se manteve como entidade autônoma que deveria ser. Isso, ao longo dos anos, foi gerando um descontentamento por parte daqueles que viam o papel da entidade totalmente desvirtuado. Assim em 2001, aconteceu uma organização de entidades que, com uma visão contrária a que vinha assumindo a gestão atual formou uma chapa contrária e nas eleições de 2001 ganhou a direção da entidade, assumindo com o compromisso de reestruturar-la assim como conquistar credibilidade junto às comunidades. No processo da realização dos seminários regionais tirados como diretriz de ação do I Fórum da Cidade, ficou decidido que a UFECO iria coordenar os seminários regionais colocando sempre representantes da mesma em todas as seis regiões organizadas para que houvesse o seminário e pudesse cumprir com seus objetivos.

2.3. OS SEMINÁRIOS REGIONAIS

Em princípio, foram definidas seis regiões: Norte da Ilha, Bacia da Lagoa, Sul da Ilha, Maciço Central, Continente I e Continente II. A referência para a organização seria sempre o líder da UFECO, que iria discutir conjuntamente com a sua comunidade e a assessoria do NESSOP, as estratégias a serem tomadas para a realização dos seminários; cada região com suas respectivas características.

Nas regiões muitas particularidades surgem e esse processo de participação, mobilização e até mesmo de construção de pauta para o dia de seminário regional teve diferenças.

Cada região, a seu modo, foi definindo a melhor maneira de mobilizar a população, convidá-la à participação e moldando assim como seriam estes seminários. O processo de aprendizado foi intenso, a participação de novas pessoas motivou líderes, que se encontravam cansados e desestimulados a verem um novo fazer, uma nova força. As reuniões que antecederam os seminários serviram para troca de experiências, para que chegasse ao objetivo primário, que era a construção de um conhecimento sobre a Lei do Estatuto da Cidade e das necessidades de cada região, visando um II Fórum da Cidade.

O seminário da região da Lagoa da Conceição se realizou no dia 20 de agosto de 2002, na Sociedade Amigos da Lagoa (SAL) e contou com a participação de mais ou menos 350 pessoas, dentre as quais líderes comunitários, representantes do executivo municipal e estadual, comerciantes, professores acadêmicos, enfim, a população representada por várias pessoas de meios diferentes. No seminário, falou-se sobre o Estatuto da Cidade, Transporte Público, Violência, Saneamento básico, Educação Ambiental, com ênfase na reciclagem de óleo feita na Lagoa. Também a Sociedade de Proteção aos Animais expôs seu trabalho de castração de animais na lagoa, dentre vários outros trabalhos. Alguns trabalhos foram expostos em murais e cartazes.

Esse processo foi bastante rico, pois houve uma maior coesão da comunidade na construção do seminário; foi um processo de aprendizagem diferente dos demais seminários, considerando-se que no caso da Lagoa, a dinâmica mais intensa foi antes do seminário em si e nos demais seminários a atividade principal foi realizada no dia do seminário.

O segundo seminário a se realizar foi o da região de Coqueiros no centro da Universidade do Estado de Santa Catarina, o CEFID (Centro de Educação Física e Desportos

da UDESC). Na construção do seminário algumas lideranças que haviam assumido o compromisso com a realização do evento, abandonaram-no por questões partidárias enfraquecendo um pouco o processo, mas outros líderes assumiram esse papel e o seminário aconteceu no dia 21 de agosto de 2002. Nesse seminário a participação ficou mais restrita aos líderes comunitários, que vieram participar representando suas entidades e algumas autoridades da região. O seminário contou com a presença de quarenta e oito pessoas. No seminário cada líder, após ouvir a palestra sobre o Estatuto da Cidade, levou para os demais presentes suas questões e suas angústias, os temas levantados foram: a regularização de terras, pois existem muitas famílias sendo ameaçadas de despejo; a questão do saneamento; a crescente violência, principalmente nos morros; a falta de policiamento e a falta de áreas de lazer. Nesse seminário assim como o da Lagoa, não houve só reclamações, mas referência também a algumas iniciativas que deram certo como, por exemplo, os cursos profissionalizantes que existem dentro do condomínio ARGUS em Coqueiros com parceria da Prefeitura e às vezes até com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

O terceiro seminário foi o da região do Norte da Ilha, no Centro de Tecnologia em Automação e Informática (CETAI) no dia 23 de agosto de 2002. Este seminário contou com a presença de setenta e seis pessoas dentre as quais líderes comunitários, moradores da região, acadêmicos, professores e entidades representativas. Esse evento foi o primeiro deles que teve grupos de trabalho. No início aconteceu a palestra sobre o Estatuto da Cidade, assim como nos outros, e após essa palestra os grupos foram divididos de acordo com as sub-regiões para que pudessem discutir, à luz do Estatuto da Cidade, as questões das suas regiões e trazer para o grande grupo os encaminhamentos de cada subgrupo. Esse momento foi importante para que as pessoas pudessem trocar experiências e até mesmo se conhecer, pois, às vezes, lutam por algo comum mas, não se conhecem. No final, todos os grupos tiraram encaminhamentos a serem levados ao II Fórum da Cidade para unificar, com os encaminhamentos de todos os

outros seminários uma agenda de lutas para toda a cidade. Alguns itens tirados nessa plenária final foram além de itens já citados nos demais seminários como saneamento e regulamentação de terras, a necessidade de assessoria jurídica para o movimento e a criação de um jornal unificando toda a cidade. Este seminário apresentou encaminhamentos que foram: à busca da regulamentação do Estatuto da Cidade, assim como o seu cumprimento; a criação de um símbolo que expresse a luta do movimento comunitário e do Fórum da Cidade; a criação de um dossiê após todos os seminários sobre as situações que acontecem em nosso município que contrariam a Lei do Estatuto da Cidade; que se editasse um jornal, a fim de tornar cada vez mais público esse assunto.

O quarto seminário foi o do Sul da Ilha no dia 24 de agosto de 2002, no Conselho Comunitário da Fazenda do Rio Tavares e contou com a presença de cento e sete pessoas dentre as quais líderes comunitários, moradores dos bairros do sul da ilha, associações e visitantes. Esse seminário também teve particularidades, pois seu processo de construção foi pensado em quatro eixos centrais na região. Isso foi fechado em algumas reuniões anteriores ao seminário, com os líderes comunitários que decidiram aprofundar mais essas questões foram: o Plano Diretor, a questão da Segurança o problema do Esgoto e a questão do Transporte. Estes temas foram discutidos em grupos depois da palestra sobre o Estatuto da Cidade.

Ao final, os grupos apresentaram conclusões, e as principais questões levantadas foram necessidade de saneamento, falta de policiamento, o que gera um acesso fácil da juventude às drogas, outro problema que vem crescendo. Faltam postos de saúde e os que existem não atendem a demanda existente. Também há muitos terrenos sem regulamentação, onde as famílias estão sem água e sem luz; não existem áreas de lazer. Com todos esses problemas, a prefeitura não se abre ao diálogo com a comunidade, deixando-os cada vez mais

críticos. Esse evento terminou com a promessa de novas reuniões, onde todo o sul da ilha estivesse junto, discutindo seus problemas e aglutinando forças.

O quinto e último seminário, da região Centro Itacorubi, foi realizado no dia 31 de agosto de 2002, no Fórum do Norte da Ilha, e contou com a presença de noventa e três pessoas, dentre elas, líderes comunitários, vereadores, deputados, professores da UFSC e acadêmicos assim como representantes de outras entidades. Nesse seminário, foi um tanto complicado o diálogo entre as sub-regiões ali representadas porque é uma região de grandes contrastes: morros onde o problema da violência é muito grande; e, por outro lado, bairros com uma estrutura boa onde as casas são mansões. Contudo, o seminário se realizou e foram feitas palestras sobre a ocupação do solo, a segurança o transporte público integrado além do Estatuto da Cidade. Os grupos de discussão foram constituídos, para que à luz das palestras realizadas, pudessem discutir as prioridades de cada região.

As principais questões levantadas foram: a falta de infraestrutura urbana; terrenos sem regulamentação; casas em áreas de risco; degradação do meio ambiente; falta de áreas de lazer comunitárias; falta de programas para a qualificação profissional, para adultos e jovens; a falta de creches municipais incentivo às cooperativas para a reciclagem do lixo e parceria com a Prefeitura para incentivar a produção de alimentos sem agrotóxico, a fim de que as escolas pudessem ter merenda sem agrotóxico, incentivar a comercialização de mudas de árvores nativas. Esses grupos apresentaram uma solicitação para que o Fórum da Cidade elaborasse uma proposta de regulamentação do Estatuto da Cidade e também, para que a UFSC apresentasse um projeto para mapear as áreas de lazer comunitárias, para posteriormente apresentar para à Prefeitura.

Esses foram os seminários realizados, cada um com suas particularidades, embora seus questionamentos sejam, em sua maioria, os mesmos. Somando todas as pessoas que estiveram presentes e envolvidas no processo, temos mais ou menos 800 pessoas na cidade de

Florianópolis. Foi um momento de aprendizado sobre o Estatuto da Cidade e também, de unificação das lutas de cada região.

CAPÍTULO 3. AS FALAS DOS DIVERSOS ATORES ENVOLVIDOS NO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO ESTATUTO DA CIDADE

Em nossa cidade houve muitos movimentos reivindicatórios e libertários, em prol da luta pela vida digna para o ser humano. Os movimentos populares vêm se modificando conforme as circunstâncias sócio-políticas se alteram, e sempre buscando resgatar a dignidade das pessoas, assim como sua cultura que, por ser muitas vezes esquecida, chegou ao desencanto.

Na cidade de Florianópolis, assim como em tantas outras no nosso país e no mundo vemos situações contrastantes em que se sobressaem a miséria, a falta de moradias adequadas, pessoas sem saúde, sem educação, sem comida, o que acabou gerando um quadro em que se banaliza a vida humana; muitos morrem por falta de condições humanas de sobrevivência. Os jovens, na cidade assim como mostram os jornais todos os dias não quiseram mais ficar sem comer, sem estudar, sem ter trabalho, vendo seus pais sem ter o que colocar na mesa. Assim entraram num caminho perverso, que é sem volta, na maioria das vezes, mas que lhes possibilita trazer para dentro de sua casa o pão, o feijão e o arroz. Este jovem hoje está no crime organizado, traficando drogas, usando drogas e arriscando sua vida, pois do jeito que estava já considerava perdido. Como diz Viviane Forrester, no livro *O Horror Econômico* (1995, p. 37), “Não há pior horror que o fim de si próprio quando ocorre bem antes da morte e se deve arrastar enquanto vivo”.

Os movimentos sociais tentam mudar essa realidade imposta onde pessoas sofridas extraem comida do lixo, jovens carregam armamentos inexistentes no próprio Exército, gananciosos que conseguem rir da miséria e de toda essa situação, e somente, beneficiam o seu egoísmo e seus próprios interesses.

Não é estranho ver, portanto, muitas vezes, o desânimo dos líderes comunitários; um desencanto e um cansaço em dar murro em ponta de faca. Mas vemos também muitos para os quais isso não é mais do que um estímulo para lutar por igualdade por vida digna e por sonhar com uma cidade e um Brasil para todos e não para alguns.

A implementação do Estatuto da Cidade em Florianópolis, depende de vários atores, não só do movimento comunitário em si. Frente a isso e visando um levantamento dos principais empecilhos na sua implementação, entrevistamos alguns desses atores da sociedade civil e do Estado.

Para saber o grau de conhecimento do Estatuto da Cidade, os entrevistados responderam à pergunta: *quanto tempo acompanham a tramitação da lei do Estatuto da Cidade?* Dentre todos os entrevistados apenas Modesto Azevedo (2003), disse ter acompanhado o Estatuto da Cidade desde muito antes da lei ser sancionada; inclusive precisou sair de São Paulo justamente por fazer parte do movimento de moradia e Movimento de Reforma urbana.

Isto denota que a lei não foi acompanhada por muitas pessoas que, hoje vêem nela um instrumento de muito valor, assim como vemos também, que o envolvimento na luta pela sanção da lei, no decorrer de mais de uma década de tramitação, não foi fácil para as pessoas que participaram.

3.1. AS EXPECTATIVAS QUANTO À LEI DO ESTATUTO DA CIDADE

Nas expectativas com relação à Lei do Estatuto da Cidade, em se tratando de saber se há confiança de que a lei irá atender aos objetivos propostos, todos os entrevistados demonstraram expectativas positivas. Porém, três depoimentos foram de bastante relevância no que tange às expectativas. No primeiro, a Assistente Social do Maciço do Morro da Cruz, Kelly Cabral, afirma que é uma faca de dois gumes:

Se a lei for implementada com todas as suas diretrizes, eu acredito que sim. Mas também ela pode ficar no papel como tantas outras, porque esses direitos que o estatuto prevê já temos todos garantidos pela Constituição Brasileira, que não é cumprida: temos a garantia de saneamento, água, de habitação num ambiente digno que respeite a saúde das pessoas; temos a garantia de saúde dentre tantos outros, que não saem do papel. Então, o E C veio apenas para regulamentar esses direitos, é claro, de maneira bem mais sistemática. Então não passa de vontade política, a lei é linda como a LOAS, o Estatuto da Criança e do Adolescente, como o SUS e tantas outras, mas colocá-la em prática é bem diferente (CABRAL, 2003).

Kelly nos coloca a difícil questão das leis. Leis inadequadas, que emperram o processo demonstrando o descaso com a população. As leis se embaralham e tornam a justiça lenta e quando a justiça entra em contato com uma situação, ela já se tornou dez vezes pior do que se encontrava. Isso sem entrarmos no imenso problema, que são as interferências políticas, as quais muitas vezes, fazem esquecer os processos na gaveta.

O segundo depoimento marcante é feito por Sérgio Murad militante comunitário da região da Lagoa da Conceição. Falando de suas expectativas, ele diz:

Eu sinto com um certo problema, pois a comunidade participa muito pouco. Como participante do Fórum, você vê que são sempre as mesmas figurinhas, correndo atrás, puxando e lutando. E ainda há uma resposta muito pequena, eu acho que a conscientização do povo brasileiro ainda é muito pequena, esse é o problema que eu vejo. E, por outro lado, eu não quero ser pessimista a respeito, eu vejo que pouco a pouco a coisa está melhorando e eu espero que, com o tempo o povo acabe se interessando mais. Nós precisamos tomar consciência do nosso poder e exercê-lo porque o Estatuto da Cidade é uma transferência de poder que antes só era exercido pelo poder público, pelos governantes. Então, eu acho que isso é uma coisa muito boa, muito positiva (MURAD, 2002).

Quanto à questão levantada por Sérgio, acreditamos ser uma questão bastante pertinente, pois, na participação, vemos vários pontos a serem analisados. O primeiro deles, a motivação: nessa sociedade capitalista que, a cada dia faz os seus cidadãos trabalharem mais para colocar o pão de cada dia na mesa, que motivação pode ter um cidadão depois de um dia inteiro de trabalho pesado, deixar sua família para discutir problemas na maioria das vezes, maiores que os seus? Outra questão é a transferência da responsabilidade do coletivo para o ombro de uns poucos indivíduos. Isso acaba reforçando o autoritarismo e incentivando a

cooptação desses cidadãos, pois onde lhe estenderem a mão ele se sentirá apoiado, sendo atraído para projetos conservadores.

O terceiro depoimento, foi da arquiteta e funcionária do IPUF, Silvia Lenzi, que entende como o Estatuto da Cidade como um divisor de águas:

Eu acho que o Estatuto é um divisor de águas, em torno da legislação urbana; é um marco na questão urbana e é uma mudança paradigmática; a partir dele, assume-se oficialmente o compromisso das instituições do poder executivo de toda a parte formal do governo, com a “cidade ilegal” que chamavam. Agora, eu não acho que isso seja feito num passe de mágica; é todo um processo para mudar. Quer dizer, se as coisas continuarem assim, não vai ser tão fácil a mudança. Para que efetivamente ocorra mudança é necessário que isso ocorra dentro dos objetivos em que a lei foi criada e é fundamental a organização da informação: de informar os diversos atores que participam, de monitorar todo esse processo. Eu vejo isso como uma condição inicial básica para o processo (LENZI, 2003).

Nessa fala, resume-se um pouco o que significa o Estatuto da Cidade e a luta que será para colocá-lo em prática.

3.2. *O FIO DA MEADA: QUAL O ITEM DE MAIOR NECESSIDADE DE IMPLEMENTAÇÃO DO ESTATUTO, SEGUNDO OS ENTREVISTADOS?*

No questionamento sobre qual é o item do Estatuto da Cidade com maior necessidade de implementação imediata, na cidade de Florianópolis, as respostas foram bastante diversas: Vejamos as principais respostas:

Segundo o vereador Nildomar Freire, deve-se partir do conceito geral de que o poder público tem uma relação promiscua com o privado:

Para um governo que, quando assumiu, achava que o município era dele, e ele mandava, essa lei foi um tapa com luva, pois agora é obrigatória a participação popular. Tanto é verdade que até em programas da CEF, por exemplo, exigem que se cumpra o Estatuto da Cidade (FREIRE, 2003).

O mencionado Sergio Murad, afirma que se deve criar instrumentos que permitam o exercício da soberania popular:

Nós não temos esses instrumentos e, quando governantes, como é o nosso caso aqui, são governantes que não querem saber da opinião pública, então, sem esses instrumentos, nós ficamos aqui gritando, reclamando e sempre correndo atrás do prejuízo (MURAD, 2003).

Na opinião de Modesto Azevedo: “é justamente a Prefeita que não se abre ao diálogo com o movimento comunitário. O que queremos é que exista participação e não que as coisas em nossa cidade sejam feita à revelia”.

Para Tereza Cristina Barbosa, do Movimento Campeche Qualidade de Vida: “Sem dúvida, é o Plano Diretor, pois é ele que rege todas as diretrizes de se construir uma cidade”.

Segundo Joel Ivo Balconi militante comunitário da região do norte da ilha:

Para se colocar em prática esse tipo de legislação, a gente precisa ver a história da questão fundiária urbana. A nossa história, desde os anos 1923 e 1927, dá o caráter da propriedade urbana como um caráter privatista. E a questão fundiária urbana, hoje, deve ser observada por uma outra ótica, uma ótica da função social da terra. Esse é um dos artigos que deveríamos nos aprofundar no estudo de como aplicarmos esse artigo do estatuto na questão fundiária urbana (BALCONI, 2002).

Na opinião da mencionada Kelly Cabral:

São os três primeiro itens do Estatuto, pois eles, estão especificando o que se deve fazer, como deveria acontecer, quais as garantias que devemos ter. Hoje, não podemos mais tirar as casas e querer reflorestar o lugar então pelo menos vamos torná-lo um lugar habitável onde as pessoas possam viver com saúde, e que seja sustentável. Temos ainda que preservar o que ainda temos pra preservar, delimitar essas áreas e fiscalizar para que não haja mais invasões (CABRAL, 2003).

Segundo a percepção de Tito Martinhago Schlichting, funcionário da Caixa Econômica Federal, na área de desenvolvimento urbano, a criação dessas áreas especiais de interesse social (ZEIS) é um ponto forte. “Eu acho que, se levarmos a fundo esse enfoque, tornaremos a cidade melhor do que é”, afirma (SCHLICHTING, 2003).

Por sua vez, Alexandre Herculano Abreu, procurador na área do meio ambiente, do Estado de Santa Catarina:

Eu diria que a “operação urbana consorciada” é um dos instrumentos, que busca incluir justamente aquele que hoje está marginalizado, viabiliza a

inclusão das pessoas. Você pode imaginar ali, o maciço do morro da cruz tendo ali uma operação urbana consorciada, onde no cocuruto do morro, teríamos uma área de lazer para caminhadas, uma área para as pessoas poderem visualizar a cidade, e sem se preocupar com assaltos e tiros, em baixo, ali onde estão aquelas casas poderíamos incentivar o artesanato e aquelas pessoas estariam ganhando o seu dinheiro com isso; as casas seriam regularizadas, as pessoas se interessariam melhor em cuidar de suas casas, essas casas iriam ser valorizadas, trabalharíamos a questão do saneamento. E quem iria pagar a conta? Aqueles que seriam beneficiados e que têm dinheiro. Pelo próprio sentido da operação urbana consorciada deveriam aplicar medidas compensatórias. Então em contrapartida dariam dinheiro para poder aplicar também com seus vizinhos que não têm condições de pagar obras, como saneamento, que é para o bem coletivo. Esse foi só um exemplo que poderíamos usar, mas tem muitas áreas aqui, em Santa Catarina que poderíamos citar (ABREU, 2003).

Cada um dos entrevistados falou de um foco. Três deram depoimentos parecidos, o vereador Nildomar, o senhor Sérgio e o senhor Modesto, destacando que nossos governantes, depois que assumem o governo, fazem disso seu patrimônio pessoal, e começam a dizer “eu fiz”, “eu mudei isso”, “eu construí aquilo”. Eles deixam de ser representantes do povo, para tratar do município como propriedade deles e não do povo que os elegeu.

Tereza, Joel e Kelly se detiveram em questões específicas do Estatuto propriamente dito. Tito já nos fala mais em uma questão de gerar mudanças, não só na vida dos moradores dos bolsões de pobreza, mas também, da possibilidade da Caixa gerar programas de transformação dessa realidade.

Já o Alexandre, além de aspectos já citados, aponta, também para questão do turismo, que é um elemento muito importante para uma cidade, onde uma grande parte da população praticamente depende disso pra sobreviver.

3.3. *CONHECIMENTO E PARTICIPAÇÃO: AS RESPOSTAS DOS ENTREVISTADOS À PERGUNTA: QUAL É A IMPORTÂNCIA DE AS PESSOAS TEREM CONHECIMENTO SOBRE A LEI DO ESTATUTO DA CIDADE?*

Sobre a importância no conhecimento, pela população da lei como meio de acelerar o processo de implementação da mesma, todos colocaram a relevância desse ponto. Tereza C Barbosa, embora destaque a importância de toda a população ter conhecimento:

Mas não acho que é o ponto principal, pois, além da população ter conhecimento da lei e saber reivindicá-la, assim também temos que ter governantes com vontade política de mudar essa cidade e isso não temos (BARBOSA, 2003).

Para Nildomar Freire, é necessário ampliar a difusão do Estatuto a Cidade com certeza, porque hoje, esse conhecimento é resumido à vanguarda dos movimentos sociais:

E esses movimentos que, como o Fórum da Cidade, que está tentando levar esse conhecimento para a população, estão sendo bastante representativos. Mesmo assim, não foi capaz de criar nenhuma relação com o mundo informal da cidade. A própria câmara dos vereadores já falou bastante vezes no assunto, mas não avançou em nada; a Prefeitura então nem se fala, porque essa prefeitura não marca audiência com os setores organizados. Mas eu acho que a linha é essa: é tentar levar esse conhecimento para a população, para que, sabendo da lei possa reivindicá-la. Agora tem um fato novo, o Governo Lula, a própria derrota das oligarquias no governo estadual e isso vai possibilitar que venham ações que, de cima pra baixo, obrigue ter uma postura diferente (FREIRE, 2003).

Na opinião de Tito M Schlichting a difusão e conhecimento do Estatuto da Cidade é fundamental considerando-se que o Estatuto da Cidade tem aspectos, e são importantes, de fácil entendimento:

Por exemplo, quando você faz um trabalho de regularização fundiária, que você vai titular aquela terra e dar aquela terra para a pessoa para que ela passe a ser dona de direito. Quando você leva isso para a população de baixa renda a receptividade é muito grande. Todo mundo quer ser dono do seu chão. Então é bem gratificante você levar o conhecimento do estatuto, claro que não sobre todos os aspectos, são aspectos muito técnicos e você não vai conseguir levar para às pessoas de baixa renda. Mas eu acho que é importante e a Caixa na verdade está tentando fazer um trabalho pra atingir os poderes públicos constituídos, prefeituras, órgãos, de uma forma mais institucional (SCHLICHTING, 2003).

Segundo Joel Ivo Balconi, deve-se tentar atingir não só o conhecimento, mas, também, a sensibilidade da pessoa:

A pessoa não precisa conhecer a fundo a questão fundiária para ser sensível. Ela faz com que se preocupe e se preocupando isso faz com que busquem as soluções e isso não acontece ainda. Algumas pessoas podem até conhecer esse processo, mas não são sensíveis a ele; e essa estratificação, ou esse apartait social é o resultado dessa falta de sensibilidade sobre a questão fundiária, principalmente. Aí, aquele capítulo do estatuto onde ele fala da cidade formal e a cidade informal, é da moldura desse conceito (BALCONI, 2002).

Para Kelly Cabral, na mesma direção que Tereza Barbosa, o conhecimento não adianta, se não houver um interesse político:

Não é só uma questão de conhecimento da lei, sim de que ela seja praticada, parte do dia a dia, praticada na relação com o órgão público, com a sua comunidade, com os vereadores. É preciso todo um trabalho de articulação para que possamos colocar em prática o Estatuto da Cidade (CABRAL, 2003).

No entendimento de Sergio Murad é claro que o movimento tem que saber, mas considera que deve ser revista a forma como estamos fazendo estes ensinamentos, pois as pessoas estão participando muito pouco:

Temos que tocar em assuntos dentro do Estatuto da Cidade por exemplo, a regulamentação de terras que daí teremos maior participação. Falando de Estatuto da Cidade não conhecem e não se interessam, mas regularizar essas terras para eles é muito importante e toca em seus problemas diretamente (MURAD, 2002).

Segundo Modesto Azevedo que seria bom, mas é muito complicado trabalhar com o movimento comunitário:

Hoje, pra você ter uma idéia, se eu fosse lá na Tapera onde moro convidar a população de lá pra discutir o Estatuto da Cidade, eu iria acabar sozinho, mas se eu chamasse a população a discutir a legalização de terrenos que estão, por exemplo em APP, aí tenho certeza que muitos iriam aparecer. Então, se não conseguimos tocar as pessoas a ponto de fazê-las conhecer seus direitos com seus próprios problemas e em cima disso colocar o que o estatuto prevê, senão teremos um trabalho inválido (AZEVEDO, 2003).

Na opinião de Silvia Lenzi deve-se tomar cuidado com a forma como é difundido o conhecimento do Estatuto da Cidade:

Eu diria que não é sentando a população em cima do estatuto e decorando que isso irá acelerar, a oficialização do Estatuto. Ele é muito complicado. Se você pega pessoas que trabalham com planejamento urbano, que trabalham com isso todo dia, para elas o Estatuto é complicado. Então, o importante é passar a essência, a alma da legislação para todo mundo. A população tem que saber muito mais qual é a intenção da lei do que como funciona o usucapião, ou a transferência do direito de construir, por que é isso que vai dar referência para eles discutirem qualquer questão. Isso aqui está sendo aplicado? Tem a participação da população? Fizeram previsão de recursos no orçamento? Isso é que é importante saber. A gente vive numa democracia, que vem avançando, mas isso não significa que a gente tenha que saber de tudo, até porque não conseguimos isso. Esses dias, conversando com um líder comunitário, ele vinha me colocando a dificuldade de mobilizar a população para discutir o E C, e se você for ver, isso acontece também entre os arquitetos, eles tem dificuldade em discutir o E C, é muito técnico. E aí até falei para esse líder comunitário que eu acharia interessante que o movimento comunitário elegeisse um investimento em vez de querer pegar e abraçar tudo. Por exemplo, Impacto de Vizinhança: Levanta essa bandeira, ou usucapião urbano. Elegendo prioridades, fica mais fácil explicar a lei. Após ter algum avanço nisso, peguem outro item. Agora, não adianta você pegar um bando de gente, não importa se é líder comunitário, se é estudante, vereador, se é secretário de prefeitura, e querer passar pra eles tudo: ninguém se interessa, as pessoas ficam muito cansadas. Eu acho que caberia a quem está assessorando esses movimentos fazer uma releitura em cima do EC visualizando questões que de imediato pudessem mobilizar e motivar mais as pessoas a participarem. Então, o que se precisa é buscar essa sensibilização eu acho que é isso que as pessoas devem buscar (LENZI, 2003).

Para Alexandre Herculano Abreu, quanto mais atenta e participativa a sociedade estiver, melhor:

Eu sempre digo também não existem Santos e nem Demônios em lugar nenhum, um exemplo para ser mais claro, a questão do Campeche: lá temos a população contra o plano diretor da prefeitura para o Campeche e do outro lado a prefeitura que não quer saber do plano diretor, que foi elaborado pelos moradores. Ao meu ver, e isso é um problema que acontece inúmeras vezes, as pessoas compram um terreno na praia, destroem o meio ambiente construindo a sua casinha, depois enchem de mato em volta e fazem uma ONG para preservar o meio ambiente. Quer dizer, depois do meu pronto, não quero mais ter vizinho, somente mato; não pensam que essa área tem proprietários e que esses proprietários têm os mesmos direitos que eles de construir e de usufruir os seus terrenos. Então, eu entendo que há uma necessidade de se planejar o Campeche e que o Campeche tem que crescer, desde que esse crescimento não seja problemático. Isso só não está sendo feito porque ambas as partes não se abrem ao diálogo, a discussão para isso; e daí o que acontece hoje: um crescimento desorganizado, invasões de áreas de preservação e até de dunas, o que gera um caos maior do que se a gente já

tivesse tido uma discussão sobre a questão. As pessoas devem parar de pensar no seu problema exclusivo e pensar a cidade como um todo. Vou te dar um exemplo: quando fomos implementar o programa do lixo que prevê aterros sanitários, todos achavam ótimo, mas ninguém queria que tivesse um aterro sanitário no seu bairro. É essa discussão da cidade como um todo que vamos tentar colocar nesse projeto de planos diretores pra todos os municípios do estado (ABREU, 2003).

Nestes depoimentos, pudemos perceber que todos acham que o conhecimento da lei é um fator importante, porém todos colocam adendos, sendo eles bastante diversos também. Podemos ver que a questão da participação, da forma como é colocada e da forma que as pessoas são chamadas a participar, influi bastante, pois vemos depoimentos diversos, colocando que as pessoas, muitas vezes, não participam, pois não são tocadas em seu íntimo, não são sensibilizadas ao que se refere ao seu interesse, por exemplo, a regularização de seu terreno.

É muito interessante o que Nildomar nos coloca, quando diz que, hoje o conhecimento se resume à vanguarda, pois com toda essa luta diária de trabalhadores, a maioria já se sente desanimado e, nas primeiras dificuldades, abandonam movimento ficando novamente os mesmos participantes.

3.4. OS OBSTÁCULOS PARA A APLICAÇÃO DO ESTATUTO DA CIDADE: AS RESPOSTAS DOS ENTREVISTADOS À QUESTÃO: QUAIS OS PRINCIPAIS EMPECILHOS ENCONTRADOS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO ESTATUTO DA CIDADE?

Passamos, agora, para a questão cerne de nossa pesquisa: quais os principais empecilhos vistos pelos entrevistados na implementação do Estatuto da Cidade em Florianópolis?

Para Silvia Lenzi, é necessário enfatizar a questão da informação:

Eu diria como empecilhos, que não é da tradição da cultura das prefeituras ter dados esquematizados e estruturados, de ter esse monitoramento das ações da cidade, pelo menos da maioria das cidades. E eu diria que até essa estrutura de participação da sociedade também é um dado muito novo. Então, como empecilhos, eu diria que essa parte de informação,

monitoramento e participação social; tendo isso, acho que teremos dado um passo considerável (LENZI, 2003).

Segundo Nildomar Freire, o ponto principal se encontra numa correlação de forças na câmara muito desarticulada, com a gestão do poder público:

Muitas vezes a idéia que se traz é trazer que chamar a população à participação é uma concessão e um benefício, e não um princípio da democracia representativa. Não há nada que se faça sem que não seja concessão, ou uma benevolência da autoridade que foi eleita que, num gesto de magnitude, abre essa exceção para com a comunidade. Os vereadores e a prefeita esquecem que foram eleitos para nos representar; pensam que se derem abertura para audiências ou qualquer tipo de participação estão fazendo um favor para a população e isso faz anestesiá-lo o processo e agora isso tem que mudar, pois a lei do Estatuto prevê a participação da sociedade cível (FREIRE, 2003).

Já, Alexandre Herculano Abreu vê ponto central na inoperabilidade generalizada do estatuto, embora:

O grande problema hoje é um dado estarrecedor, a maior parte das ocupações, hoje, ocorrem de formas inadequadas, aqui em Florianópolis; tem muitos prédios e casas sem habits, irregulares às vezes por coisas simples e outras casos complicados. Quem tem que pensar a cidade não é apenas a câmara de vereadores, a prefeitura ou a comunidade sozinhos; é a cidade mesmo como um todo, através de suas audiências públicas, com planos voltados ao que nós queremos de Florianópolis pra daqui a cinquenta anos. E, mais que tudo, retirar a questão partidária, pensar a cidade e não os partidos políticos, no máximo cinquenta anos vão ter prefeitos de vários partidos que irão administrar o município e ter uma linha mestra para seguir, que é esse plano diretor, que não pode ser mudado da noite pro dia, como acontece hoje (ABREU, 2003).

Tito M Schlichting aponta para dois tipos de problemas: a vontade política e as condições estruturais do município:

Porque a gente também imagina que a prefeitura simplesmente não faz por vontade política, mas percebemos falta de estrutura, corpo técnico. Nós Estamos fazendo um trabalho agora, com oito municípios do programa Habitar Brasil do BID, em que a gente está tendo um trabalho paralelo de execução de obras em favelas, em assentamentos subnormais, de desenvolvimento institucional desses municípios, porque efetivamente eles é que estão em contato mais direto com o problema. Os problemas estão nas cidades, então eu acho que o empecilho maior pra implementação do Estatuto, está numa estruturação melhor dos profissionais que vão ter que conduzir este processo. Eu acho que tem uma carência de profissionais, tanto da área de engenharia, de assistência social, de direito, que tenha esse conhecimento (SCHLICHTING, 2003).

Para Tereza C Barbosa, a falta de diálogo, a falta de vontade política e um movimento que ainda não tem o conhecimento que precisa. “As pessoas às vezes até têm conhecimento dos seus direitos, mas não cumprem seus deveres. Há muito que se aprender ainda” (BARBOSA, 2003).

Joel Ivo Balconi volta a previsão já colocada, vinculada à necessidade e à vontade política.

Isso faz com que não se trabalhe e não se socialize a informação. Nessa falta de abertura, essa falta de comunicação, essa falta de espalhar um pouco mais o conhecimento, a necessidade atual é levar o conhecimento para as pessoas (BALCONI, 2002).

Segundo Kelly Cabral, devem ser elencados três itens específicos, sendo o maior deles a questão político partidária e os interesses político partidários:

Existem interesses por traz de tudo isso; existe toda uma necessidade de que o município se mantenha por conta de uma especulação imobiliária. Uma, segunda questão é a implementação legal da lei. A câmara de vereadores tem que fazer o possível para implementar a lei, que de nada adianta ter uma lei federal se o município não regulamentar e a outra é a organização popular, que há muitos entraves. Critico até o próprio Fórum da Cidade, que ficou numa discussão a nível muito técnico; poderíamos aproveitar isso para formar mais os líderes, mas, não é o que acontece. A universidade também é um nível muito acadêmico, as pessoas não têm uma relação com a comunidade apenas para usufruírem da comunidade para retirar dados e nem retorno de seus trabalhos dão (CABRAL, 2003).

Modesto Azevedo aponta mais uma vez a falta de vontade política é a participação da população:

A prefeita aqui não recebe o movimento, pelo menos eu nunca tive o prazer de ser atendido, embora tenhamos tentado várias, inúmeras vezes. Nós do movimento ainda não tomamos consciência de que as pessoas só correm atrás quando a água já está no pescoço; não conseguimos exercer nossa cidadania, enquanto der pra levar, vamos empurrando com a barriga. Então acho que essa questão da participação é uma questão muito forte como empecilho; temos que aprender a nos organizar e até motivar as pessoas a exercerem seus direitos como cidadãos, mas tendo consciência sempre dos direitos e deveres também. Outra coisa é a própria falta de conhecimento da lei, ela é uma lei complicada não é simples e as pessoas não têm conhecimento de que ela existe e do poder que ela tem (AZEVEDO, 2003).

Segundo o depoimento de Sergio Murad, na nossa cidade, é a personalidade da Prefeita.

Ela não aceita e tem dificuldade realmente de tratar as representações populares e a gente sabe até de deputados e vereadores que ela expulsa de seu gabinete. Essa é realmente a nossa grande dificuldade. Nós temos uma câmara de vereadores dócil demais da prefeita, eles não tem pulso para exercer o poder como devem, um poder legislativo e fiscalizador do executivo. Mas vamos mudar isso daqui a dois anos (MURAD, 2002)

Diante disso tudo, percebemos que a questão da vontade política foi a que ganhou mais destaque. Kelly, em sua fala, nos coloca fortemente a questão-político partidária como fator que dificulta a participação e a união das pessoas em torno do bem comum. Também questiona bastante a universidade em si porque, em sua forma de ensino, na maioria das vezes, deixa seu acadêmico viver numa ilha da fantasia e, quando sai dali, se depara com um mundo muito diferente do que a academia lhe mostrou. Outra questão que Kelly coloca é a de a universidade “usufruir” da comunidade como objeto de pesquisa e não dar retorno do resultado das mesmas. É uma cobrança que sentimos em nosso estágio, pois, a comunidade dificilmente fica sabendo do resultado desses trabalhos científicos. Em questão levantada para Tereza Barbosa, professora da UFSC, em torno da criação de uma secretaria na UFSC, que englobasse todos os trabalhos realizados nas comunidades, para se ter uma maior efetividade e, principalmente, para que fosse possível e obrigatório um retorno a essas comunidades, a sua resposta foi:

A UFSC realmente falha bastante em alguns aspectos com a comunidade e o retorno dos trabalhos é um deles, inclusive eu, como professora, tive que fazer um levantamento desses trabalhos e tenho eles comigo, mas acho que essa idéia deveria ser amadurecida apesar de sabermos que as coisas na universidade não são assim tão fáceis, mas seria uma alternativa para o fórum pensar e fazer um projeto nessa direção (BARBOSA, 2003).

Em seguida após escutarmos as dificuldades da implementação, buscamos saber a nota que os entrevistados davam ao diálogo entre os movimentos sócio-comunitários e a Prefeitura.

Das respostas, pudemos depreender que diálogo é uma palavra que não existe, pelo menos no vocabulário do governo municipal.

3.5. *ZERO EM DIÁLOGO COM A COMUNIDADE; AS RESPOSTAS DOS ENTREVISTADOS À PERGUNTA: QUAL A NOTA QUE VOCÊ DARIA AO PROCESSO DE DIÁLOGO HOJE ENTRE A PREFEITURA DE FLORIANÓPOLIS E O MOVIMENTO?*

Vejamos o que obtivemos de resposta nessa questão. Segundo a avaliação de Tereza C Barbosa, a nota seria dois:

Não dou zero, pois, a prefeitura até nos concede audiências. O único problema é que não temos voz e nem vez nessas reuniões, colocam tudo que querem goela abaixo e quando não aceitamos terminam as audiências. Então acho que dão abertura mas, é uma abertura enrustida (BARBOSA, 2003).

Já, Joel Ivo Balconi pergunta será que existe nota pra isso ? Acho que no máximo 0,1.

Segundo Modesto Azevedo a nota é zero. Eu nunca fui recebido pela Prefeita nas suas gestões, inclusive o secretariado, num momento, até chegou a nos receber, mas a prefeita como autoridade máxima, até hoje nunca nos recebeu.

Na avaliação de Kelly Cabral, zero negativo:

Como já falei não tem interlocução, não tem conversa. Nós estamos tentando à sete anos audiência com a Prefeita e nunca, mas, nunca, fomos atendidos. Secretários atendem, IPUF atende até o governador atende, mas, a figura da prefeita, nunca (CABRAL, 2003).

Na avaliação do militante comunitário Sergio Murad, a comunicação está próximo de zero, não há comunicação, não há essa abertura; a não ser entre aquelas entidades que se aliam e se apóiam sem discutir com a Prefeita

Nildomar Freire nos fala que nem mesmo as pessoas que buscam as associações só para promover o seu nome, nem esses, têm relação de diálogo com a Prefeitura; pois com eles, há uma relação de mando, não existe diálogo nenhum, então a nota é zero.

Segundo o parecer de Tito M Schlichting:

É complicado para um funcionário de uma empresa, como a Caixa, sendo pública, fazer uma avaliação da prefeitura de Florianópolis. O que eu percebo é que dentro do programa Habitar Brasil, que é o que a gente está trabalhando hoje, que envolve o Estatuto e a revisão do plano diretor dentro do estatuto, existe interesse da prefeitura. A arquiteta do IPUF, Silvia Lenzi está muito interessada nisto, mas a gente sabe que existem dificuldades. Mas é um terreno um pouco arenoso pra gente discorrer (SCHLICHTING, 2003).

Na avaliação da arquiteta Silvia Lenzi:

A prefeitura avançou em vários pontos. Assim a prefeitura como um todo acho que tem algumas áreas, área da saúde, a área do idoso, a área da criança e do adolescente, nessas áreas eu acho que aí ela avançou, mas na parte que é mais social que é a parte das organizações sociais, que não avançou muito não, principalmente na participação da comunidade. Nesta questão eu acho que tem municípios que já avançaram mais. Eu tenho procurado me informar sobre outros municípios que declaradamente tem assumido isso como uma postura, como Porto Alegre, por exemplo, mas não é um processo fácil é bastante complicado. Às vezes a população tem aquela visão de que a prefeitura é autoritária que decide se quer ou não quer, ela é poderosa, então quem está do lado de fora tem essa visão. Eu vejo que estamos avançando nessa consciência política de ser cidadão, é um desafio muito grande pra quem está querendo ver essa coisa acontecer efetivamente. A gente precisa ainda saber trabalhar em rede, existe uma coisa de se pensar monoliticamente, a prefeitura está do lado de lá e nós do lado de cá e daí se torna uma dicotomia isso aí é discurso pra deixar as coisas como estão, precisamos romper com essa dicotomia da Prefeitura, da Universidade, do Movimento comunitário eu estou aqui enclausurado não vou conseguir avançar. Não temos que pensar em ser os donos da verdade sempre, se aquele órgão vai mal vamos investigar, pois, certamente lá dentro existe alguém comprometido que está trabalhando pela mudança (LENZI, 2003).

Na opinião de Alexandre H Abreu, o fundamental é a pressão da sociedade o movimento tem que questionar a prefeitura e ela tem que saber ouvir:

Se não sabe ouvir eu entendo que a sociedade não deve votar naquele administrador. O administrador tem que saber escutar às pessoas, porque se você sabe ouvir o que a população deseja, você tem mais chance de não errar. Quero dizer uma frase aqui que resume isso "o povo tem o governo que merece" (ABREU, 2003).

Nos discursos mais ligados à esfera do poder público, vemos que não é tão exacerbada a questão da falta de diálogo, e colocam nos movimentos, em si, um pouco da responsabilidade por isso acontecer.

3.6. O MOVIMENTO DE REFORMA URBANA NA MEMÓRIA DOS ATORES

Na nossa pesquisa, procuramos saber, também, o conhecimento das pessoas entrevistadas sobre o movimento que levou à concretização da lei do Estatuto da Cidade, sobre a relevância do diálogo entre os atores, principalmente, entre os movimentos sociais e o poder público.

Segundo Nildomar, Freire alguns desses movimentos, alguns líderes desses movimentos participaram até com projeções de idéias, e outros ajudaram a aflorar a questão programática, principalmente nas grandes cidades, colocando em evidências a questão da moradia urbana.

Tito M Schlichting diz ser um somatório de coisas: eu acompanhei mais recentemente, mas a gente sabe do histórico, e a gente na verdade, buscou todos os passos até para ter um conhecimento de como foi a evolução disso:

Na opinião de Joel Ivo Balconi, esse movimento fez com que fosse criado, construído todo o processo toda a informação dentro da questão urbana.

Isso fez com que ao longo dos anos se formatasse o que é chamado hoje de Estatuto da Cidade. Mas não dá pra esquecer que esse movimento é só um segmento de toda a nossa realidade da sociedade. Tem até um provérbio chinês que diz “O todo é muito maior que o somatório das partes”. Então o movimento nesse caso é uma parte desse todo, nunca vai chegar a ser maior, que o todo (BALCONI, 2002).

Para Kelly Cabral, esse movimento foi fundamental:

Agora, o movimento urbano está muito voltado à questão urbana e deveria pensar também no rural. Se não houver uma política e uma devida associação entre o urbano e o rural, vai cada vez mais aumentar essa conurbação urbana, aumentando cada vez mais os bolsões de pobreza. Eu acho que teve um diálogo, mas foi entre o movimento e o poder Público Federal que elaborou a lei, mas não com os municípios que é o principal envolvido. Até pela questão imobiliária que conta muito para o município (CABRAL, 2003).

Sergio Murad diz que não tem dúvida de que foi importante, justamente esses movimentos populares é que acabaram tornando necessária essa legislação nova, que veio

atender esses reclames. Esses movimentos criaram uma situação que está levando e vai levar a uma participação mais efetiva

Para Modesto Azevedo, ajudou, sem dúvida:

O Estatuto da Cidade para o movimento de moradia não é nenhuma novidade, pois o movimento já vinha lutando por isso tudo muito antes da lei ser sancionada, não tem nada de novo pra nós que viemos acompanhando, então foi só regulamentar uma coisa que a gente já vinha fazendo. Mas agora acionamos juridicamente, e aí temos outro problema temos um judiciário centralizador, burocrático e que na maioria das vezes retarda todos os acontecimentos (AZEVEDO, 2003).

Segundo Silvia Lenzi, esses movimentos tiveram um papel fundamental.

Eu já vi muitas pessoas muito bem intencionadas fazerem projetos que não têm nada a ver com a comunidade, então essa participação da população deu esse caráter mais real para o Estatuto da Cidade. A cidade é uma coisa tão complexa que se essa proposta saísse só do legislativo não seria uma proposta bem feita. E essa participação, esse movimento, acabou gerando algo maior. Um exemplo disso é o Fórum Social Mundial. As pessoas que acompanharam esse processo estão hoje lá acompanhando algo mais amplo ainda. Então é um movimento que vai crescendo e que possivelmente a gente não consiga perceber a dimensão. À distância, a perspectiva histórica acaba por fazer as pessoas perceberem o poder que têm, e isso é muito bom porque acaba juntando as diversidades, porque eu acho que enquanto estavam todos muito encastelados dentro de suas visões técnicas, distante da visão comunitária, as coisas não avançaram. As coisas começaram a avançar quando não sedimentou e quando admitiu a diversidade (LENZI, 2003).

Seja por vivência dentro do movimento, seja acompanhando por leituras, as pessoas reconhecem o movimento e lhe atribuem importância na construção da lei. Kelly Cabral coloca ainda a questão de se organizar em áreas rurais, que foram até um certo ponto excluídas. A questão urbana é gerada não só pela falta de planejamento, como também de falta de incentivo aos pequenos produtores que, na maioria das vezes, não conseguem sobreviver e partem para as cidades em busca de condições melhores de vida. No planejamento da cidade, deve-se pensar a cidade como um todo; o plano diretor não deve esquecer das áreas rurais. Não deve só prever, como também planejar, essas áreas rurais, pois se de um lado, as pessoas tem problemas nos centros urbanos, de outro, o que gera esses problemas é a falta de incentivo a continuar no campo.

3.7. *SOBRE A REGULARIZAÇÃO MUNICIPAL DO ESTATUTO DA CIDADE*

Em torno da questão da regulamentação municipal do Estatuto da Cidade, buscamos saber junto aos entrevistados mais ligados à prefeitura sobre a existência de uma comissão da câmara de vereadores, que estaria estudando o Estatuto da Cidade e que em breve chamaria a população a participar de audiência pública sobre assunto, segundo matéria publicadas no Correio Catarinense, na primeira quinzena de julho de 2002, p 4, assinado pelo vereador João Batista Nunes. Questionamos, também, sobre a adaptação do Plano Diretor aos temas do Estatuto da Cidade. Vejamos as respostas dos entrevistados:

Segundo Silvia Lenzi:

Eu te confesso que eu não sei, eu não participo dessa comissão formal. Eu tenho esse trabalho junto aos projetos que a Caixa desenvolve junto à Prefeitura, aqui que tem todo esse compromisso de trabalhar de acordo com o Estatuto. Lá no IPUF tem uma comissão só estudando o Estatuto da Cidade, eu não sei se estavam se referindo a essa comissão, também não sei se é articulada com a câmara. Quanto a questão do plano diretor, apesar de eu ser do IPUF, mas eu sei que eles têm ciência do prazo (LENZI, 2003).

Nildomar Freire diz que, formalmente, não há nenhuma comissão ligada a câmara pra discutir esse assunto

Não tem nada, nenhum documento, que diga que elegeram uma comissão para discutir o assunto. Inclusive na câmara há uma cobrança registrada em ata pelos vereadores mais ligados a esses movimentos sociais para que a câmara nomeasse uma comissão para estudar o Estatuto e regularizar a sua implementação. E também, até agora, não houve nada, pra esse ano está prevista uma alteração de postura quanto a isso, onde possa ser criada essa comissão, mas hoje formalmente ela não existe (FREIRE, 2003).

Segundo Alexandre H Abreu:

Pelo que eu sei, a prefeitura está montando um trabalho dentro da própria prefeitura de discussão do plano diretor. Alguns podem reclamar que não há a participação da comunidade, mas isso é normal. Deve-se pensar antes e depois chamar a população para agilizar o processo. Não é levar o prato feito, mas levar algo delineado para conseguir avançar as discussões (ABREU, 2003).

Segundo o promotor Alexandre, sua equipe está planejando um programa de implantação de planos diretores em todos os municípios catarinenses, e prevê a devida participação, tanto do estado quanto das comunidades:

A idéia inicial é levar a idéia do Estatuto da Cidade para todos os municípios e mostrar para a população os instrumentos que ela tem em mãos para fazer a cidade como ela deseja. A idéia principal é a de que os 293 municípios possam ter seus planos diretores. O Estatuto da Cidade é muito bom porque tira aquela coisa do prefeito ser “o iluminado” e chama a população à participação e isso é muito bom (ABREU, 2003).

3.8. *O NOVO CENÁRIO BRASILEIRO: EXPECTATIVAS*

A partir do novo cenário, que se formou depois das eleições de 2002, nosso questionamento dirigiu-se a conhecer as opiniões dos entrevistados, sobre os próximos passos do movimento comunitário nesse novo cenário.

Segundo Alexandre H Abreu, o que é necessário é a participação da comunidade, é o diálogo.

Não que a gente possa chegar pro governador e dizer você tem que fazer isso. A sociedade tem que encontrar mecanismos de participação, e deve ter vontade de participar. Mas, por exemplo, em Canavieiras, nós temos um projeto de esgoto que já está pronto é só fazer a ligação, mas 80% da população não fez, e nas audiências públicas não apareceu quase ninguém. Então a gente comunicou novamente a imprensa e deu um prazo para ligação e depois desse prazo vamos entrar com uma ação contra esse cidadão (ABREU, 2003).

Nildomar Freire: nos fala:

Eu vou lhe dizer, com toda a sinceridade, que eu achei que essa derrota no governo do Estado pudesse colocar um pouco mais de humildade nessa relação de arrogância que tem a prefeita, e foi um ledor engano. Parece que a petulância e o autoritarismo permanecem iguais. Agora, na Câmara, que é um ambiente mais diversificado, onde as contradições são mais afloradas, o comportamento me parece que parte para uma relação com esses ventos de mudança. Não estou querendo dizer que quem levava a coisa sob uma ótica mudou totalmente de idéia, mas até a nova mesa que foi feita mostrou isso. A própria criação da TV Câmara, que é algo de extrema importância para a população e também seções itinerantes nos bairros e audiências públicas são avanços. O próprio presidente da Câmara colocou que existe uma necessidade muito grande de se rever o plano diretor, e tudo isso creio que seja ventos de mudança (FREIRE, 2003).

Joel Ivo Balconi diz que, primeiramente, é necessário fazer uma análise da situação:

A diferença entre o Município e a União é muito grande, é uma distância enorme e nesse enorme caminho existem varias estâncias a percorrer. Há que se construir um mecanismo de aproximação. Não seria possível dizer qual seria esse caminho, mas há que se ter um canal muito mais rápido, muito mais concreto, bem pavimentado para haver essa comunicação do município e a União. O Olívio Dutra, como Ministro das Cidades, tem uma personalidade exposta pela mídia muitas vezes de ter um viés bastante popular, no sentido de participação. Como ele vai criar esse canal de comunicação? Creio que ele não vai conseguir isso sozinho, sem nós, o movimento, cutucarmos (BALCONI, 2003).

Sérgio Murad diz que devemos esperar, ver quais os canais de abertura necessariamente, eles vão criar para que efetivamente se cumpra o Estatuto da Cidade e para que o Movimento Comunitário tenha a legítima participação:

O governador Luis Henrique já começou a falar em descentralização, e está tentando explicar direito o que será isso. Temos que esperar e torcer para que nos erros, acertos e tropeços possamos trilhar um caminho novo para as nossas cidades (MURAD, 2002).

Segundo Modesto Azevedo as Entidades tem que conseguir uma unidade de ação para avançar e romper barreiras:

Eu não vejo outro caminho que não seja a mobilização popular e fazer com que a pressão exercida possa fazer com que, tanto o poder executivo e o legislativo nos ouçam. Isso, na minha opinião é um desafio colocado pelos líderes comunitários, como para o próprio movimento. Temos que nos organizar e superar, algumas diferenças, pois graças a Deus, ninguém é igual a ninguém; temos que superar diferenças partidárias, e conseguir trabalhar para o bem comum, caso contrário, estamos fadados a chorar pelo leite derramado (AZEVEDO, 2003).

Para Tereza C Barbosa, agora, mais do que nunca, os movimentos sociais devem manter suas relações de independência, enquanto movimento, enquanto entidades organizadas:

Hoje, temos um governo que abre as portas para um diálogo, principalmente o federal, com a nomeação do Olívio e com uma assessoria que participou ativamente no processo de construção da lei do Estatuto da Cidade. Eu acho que poderemos avançar, embora saibamos que teremos momentos difíceis pela frente. Em relação ao governo do estado a uma posição de se moldar aos ventos de mudança, porém acredito que agora é

cobrar as nossas reivindicações e manter sempre a relação de independência do movimento (BARBOSA, 2003).

Para Kelly Cabral, tudo isso foi um grande avanço: Agora, o que eu acho é que devemos trabalhar a questão da base:

Temos que ter uma relação em cadeia, uma articulação em rede, para que o movimento tenha mais força. Podemos ter certeza de que se não houver a união, não vai ser o Ministério da Cidade que vai conseguir fazer e também não o movimento comunitário.

Quanto ao Estado eu acho que nós, enquanto Fórum da Cidade, temos que criar uma situação para envolver o Estado, porque se há todo esse processo de descentralização administrativa, isso tudo é bom, apesar da gente saber que isso tem seu lado complexo (CABRAL, 2003).

Percebemos que os discursos são diferentes, com avaliações mais positivas e outras mais negativas, mas todos com expectativas, importante para o movimento. Isso demonstra que, por mais que esse trabalho, e tudo isso deixe os líderes cansados, sempre há esperanças e força para continuar.

Finalmente, é importante observar que, mais do que simplesmente descrever todas essas entrevistas, foi nosso interesse mostrar a voz e as ações dos participantes dessa luta pela implementação do Estatuto da Cidade. Tanto de atores do plano institucional, como do movimento. Procuramos destacar os pontos que podem contribuir para a superação dos empecilhos na implementação do Estatuto da Cidade, em Florianópolis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho procurou demonstrar que, ao longo dos anos, os movimentos comunitários passam por várias mudanças, avançam em suas lutas e também no município de Florianópolis, produziram-se importantes modificações, pois a população vai compreendendo que são seres políticos de direitos e deveres e buscam, assim sua cidadania.

A análise recaiu sobre as possibilidades, limites e ambigüidades de uma prática política democrática, centrada na busca de implementação do Estatuto da Cidade, em Florianópolis, tendo como objeto de estudo os movimentos comunitários e a relação com a Prefeitura.

Com a aprovação da lei do Estatuto da Cidade, vemos os atores envolvidos no processo democratizante da questão urbana, tentando levar o conhecimento da lei, como forma de acelerar o processo de implementação. Porém muitos empecilhos são encontrados até a implementação que ainda não foi alcançada. Nosso objetivo principal foi clarear esses óbices para que com um quadro mais delineado, possamos propor alternativas para o movimento comunitário como forma de acelerar esse processo que aqui, na cidade de Florianópolis não se iniciou ainda pelo menos na forma, um intercâmbio de informações entre a prefeitura de Florianópolis e o movimento comunitário. Não por falta de iniciativa do movimento comunitário, que vem buscando isso, mas, fundamentalmente por falta de abertura para discussão, tanto na câmara de vereadores, quanto na prefeitura, como demonstram os diversos entrevistados.

Com um quadro novo, na esfera federal e no governo estadual, muitas expectativas surgem, pois agora não só temos uma lei que traz diretrizes claras, como forma de transformar a realidade de muitas cidades brasileiras, e tendo como obrigação a participação da comunidade, mas também, o compromisso do governo com essa participação. No novo

governo federal também foi criado o Ministério das Cidades, que vai trabalhar especificamente essas questões urbanas. No caso de Florianópolis temos uma realidade particular onde se governa apenas para alguns, mostrando um clientelismo exacerbado e uma soberba que acaba, muitas vezes por desestimular os líderes comunitários para lutarem contra.

O Fórum da Cidade, e o curso de Serviço Social, que se insere neste processo de abrir mais a Universidade para a população através do NESSOP, muito tem contribuído para o processo de conhecimento do Estatuto da Cidade. Tem feito seminários nas comunidades e em suas plenárias tem buscado constantemente deixar claro para a prefeitura que estão preparados para o diálogo. Porém a prefeitura está totalmente ausente deste processo, não se abre a debates, audiências, etc.

Com base na pesquisa bibliográfica, na observação in loco e nas entrevistas com atores desse processo, pudemos concluir que os processos não avançam, quando não há vontade política, vontade essa que não deve partir só do Município, mas também do movimento. Deve ser uma questão a ser construída com a participação de todos não somente de algumas pessoas, não um processo feito de cima pra baixo, como acontece, muitas vezes, à revelia da população tendo assim ações ineficazes, e analgésicas, causando somente gastos públicos desnecessários, pois em pouco tempo, não terá mais valor.

Então a vontade política é um dos maiores óbices encontrados aqui na cidade de Florianópolis, porém como não se resumiu só a isso a nossa pesquisa, pois abordou várias questões dentro do contexto da luta pela implementação do Estatuto da Cidade podemos, aqui elencar alguns itens de dificuldades nesse processo:

A lei é muito recente: nem a comunidade, nem mesmo o poder público, conhecem adequadamente a lei; espera-se que o Ministério das Cidades faça, de alguma forma divulgação da Lei do Estatuto da Cidade e que dê incentivos para que ela seja efetivamente regulamentada.

As pessoas, em geral, têm anseios de que a Lei possa cumprir seu papel de fazer das cidades brasileiras, lugares bons para todos morarem bem e não apenas alguns; porém sempre carregam nos seus olhares aquela insatisfação que ocorre com a maioria das leis no nosso país, elas não saem do papel;

O movimento comunitário de Florianópolis ainda não juntou todos numa só força nessa questão. Deveria se fazer da regulamentação do Estatuto da Cidade o objetivo principal e entrar com todos os recursos cabíveis para que as pessoas possam conhecer e se aglutinar em torno desse movimento. O que falta, ainda, é conscientizar as pessoas de que temos nas mãos um meio de fazer mudança.

Se realmente não se atinge avanços com a prefeitura de Florianópolis, a população deve ser convidada a ver que a cidade precisa de muito mais que viadutos, passarelas, etc. É necessária a humanidade, nossos governantes precisam enxergar que jovens, inúmeros jovens morrem na cidade porque não têm oportunidade de se ocupar em ações dignas e só o tráfico de drogas que oferecem para eles. A população deve perguntar em voz alta se a qualidade de vida, tão falada da cidade só foi medida na Beira Mar Norte e em bairros nobres da cidade pois, num olhar um pouquinho mais além da beira mar veriam que é impossível ter qualidade de vida onde, em apenas um ano, mais de 150 pessoas morreram assassinadas.

Depois de elencar esses pontos, gostaríamos de dar algumas sugestões. A primeira seria a proposição, por professores da Universidade que trabalham com a comunidade, para a criação de uma secretaria ou departamento que agregue todos os trabalhos feitos com a comunidade, para que se possa efetivamente, dar um retorno a essas comunidades, assim como construir uma maior interdisciplinaridade na execução de projetos junto às comunidades.

A segunda é que os movimentos possam trabalhar mais, pensando em redes, que possam conhecer experiências que já deram certo por ter essa troca de vivências entre as comunidades.

A terceira seria para que o Fórum da Cidade possa ter um espaço para formar os líderes comunitários nos aspectos técnicos da Lei do Estatuto da Cidade. As reuniões são muito demoradas e, por isso, não temos muita participação, temos que tornar essas reuniões mais dinâmicas.

Por último, como está previsto um II Fórum da Cidade, com muitas coisas a se debater. O Fórum da Cidade pode elaborar um texto a ser enviado à Presidência da República, propondo leis que incentivem os líderes comunitários a continuar em no movimento, assim como temos nos sindicatos, de modo que os líderes realizem suas funções, com mais tempo e mais ânimo, principalmente.

Para finalizar, acreditamos certamente que nosso trabalho não esgotou de forma alguma esse assunto e que há muito que se aprender no movimento, muito que se ganhar e muito que se lamentar, mas deixamos aqui nossa contribuição.

Queremos muito continuar a aprender nesse movimento e não esquecer nunca de que uma longa caminhada se inicia com o primeiro passo. Vamos continuar lutando por uma cidade mais justa no rumo de uma superação dessa ordem urbanística excludente, patrimonialista e predatória que esta colocada para nós.

A aprovação do Estatuto da Cidade é só o primeiro passo, a caminhada ainda é muito grande, mas vamos acreditar, pois, somente assim, conseguiremos transformar o nosso país, acreditando que um outro mundo é possível.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

ABREU, A H. Alexandre Herculano Abreu: depoimento (jan. 2003).Entrevistadora I A B Holtz, Florianópolis: UFSC, 2003, 1 fita cassete (60 min), ½ pps, estéreo. Entrevista concedida a confecção de TCC.

AZEVEDO, M Modesto Azevedo: depoimento (jan. 2003).Entrevistadora I A B Holtz, Florianópolis: UFSC, 2003, 1 fita cassete (60 min), ½ pps, estéreo. Entrevista concedida a confecção de TCC.

BALCONI, J I. Joel Ivo Balconi: depoimento (dez. 2002).Entrevistadora I A B Holtz, Florianópolis: UFSC, 2002, 1 fita cassete (60 min), ½ pps, estéreo. Entrevista concedida a confecção de TCC.

BARBOSA, T C Tereza Cristina Barbosa: depoimento (jan. 2003).Entrevistadora I A B Holtz, Florianópolis: UFSC, 2003, 1 fita cassete (60 min), ½ pps, estéreo. Entrevista concedida a confecção de TCC.

BARBOSA, T C. Tereza Cristina Barbosa: depoimento (jun. 2001).Evento Experiências em Cena III, Florianópolis: UFSC, 2001, 6 fitas cassetes (60 min), ½ pps, estéreo.

CABRAL, K Kelly Cabral: depoimento (jan. 2003).Entrevistadora I A B Holtz, Florianópolis: UFSC, 2003, 1 fita cassete (60 min), ½ pps, estéreo. Entrevista concedida a confecção de TCC.

CAMARGO, Cândido Procópio Ferreira de; SINGER, Paul; BRANT, Vinicius Caldeira. São Paulo : o **povo em movimento**. 2. ed. Petrópolis: Vozes; São Paulo: CEBRAP, 1981.

CASTELLS, **Manuel**. A questão urbana. Ed. rev., acompanhada de um posfácio (1975). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

COLAÇO, Roberto Luiz; SEIBEL, Erni Jose. Inovações institucionais em gestões participativas: limites e possibilidades do orçamento participativo de Florianópolis (1993/96) para romper com formas tradicionais de gestão e impulsionar a formação Florianópolis, 1999. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina

DAGNINO, Evelina. Os anos 90: política e sociedade no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1994.

DALLARI, Adilson Abreu; Estatuto da Cidade (Comentários à Lei Federal 10,257/2001); São Paulo, Malheiros; 2002.

FANTIN, Maristela. Construindo cidadania e dignidade: experiências populares de educação e organização no Morro do Horacio. Florianópolis: Insular, 1997.

FORRESTER, V, Viviane Forrester, Horror Econômico, tradução Álvaro Lorencini. Fundação Editora da UNESP, 4 reimpressão, 1995.

FREIRE, N Nildomar Freire: depoimento (jan. 2003). Entrevistadora I A B Holtz, Florianópolis: UFSC, 2003, 1 fita cassete (60 min), ½ pps, estéreo. Entrevista concedida a confecção de TCC.

GOHN, M. G. Maria da Gloria Gohn, Movimentos Sociais e Luta pela Moradia, Edições Loyola, São Paulo, Brasil, (1991).

GROH, V Vilson Groh: Labirintos de esperanças: O significado pedagógico de vidas de lideranças populares na trajetória comunidade, CEDEP, orçamento participativo e na cidade de Florianópolis, Vol. I, 1998. Monografia (Ciências da Educação) Universidade Federal de Santa Catarina, 1998.

I FÓRUM DA CIDADE. Documento Final. NESSOP/DSS/UFSC, out. 2001.

IAMAMOTO M V Marilda Vilela Iamamoto: Algumas das particularidades históricas que redimensionam a produção/reprodução da questão social na atualidade; palestra ministrada; abril de 2002.

LENZI, S Silva Lenzi: depoimento (jan. 2003). Entrevistadora I A B Holtz, Florianópolis: UFSC, 2003, 1 fita cassete (60 min), ½ pps, estéreo. Entrevista concedida a confecção de TCC.

LUCKMANN, Ligia Helena H; KRISCHKE, Paulo Jose. Cotidiano e democracia na organização da UFECO (União Florianopolitana de Entidades Comunitárias). 1991. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências Humanas.

MACHADO, Simone Matos; KRISCHKE, Paulo Durval da Silva. O processo de formalização jurídica-institucional dos conselhos comunitários em Florianópolis (1977-1983): um caso de oposição sistemática. 1990. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências Humanas.

MULLER, Kathia Terezinha; KRISCHKE, Paulo Jose. Organização de moradores em Florianópolis numa perspectiva de necessidades radicais. 1992. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências Humanas.

MURAD, S Sérgio Murad: depoimento (dez. 2002).Entrevistadora I A B Holtz, Florianópolis: UFSC, 2002, 1 fita cassete (60 min), ½ pps, estéreo. Entrevista concedida a confecção de TCC.

PERES, L F B, Lino Fernando de Bragança Peres: depoimento (jun. 2001).Evento Experiências em Cena III, Florianópolis: UFSC, 2001, 6 fitas cassetes (60 min), ½ pps, estéreo.

SADER, E, Emir Sader; O Anjo Torto: esquerda (e direita) no Brasil – São Paulo: Brasiliense, 1995.

SCHLICHTING, T. M Tito Martinhago Schlichting: depoimento (jan. 2003).Entrevistadora I A B Holtz, Florianópolis: UFSC, 2003, 1 fita cassete (60 min), ½ pps, estéreo. Entrevista concedida a confecção de TCC.

SINGER, Paul; BRANT, Vinicius Caldeira. São Paulo: o **povo em movimento**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1983.

TIRELLI, J. Janice Tirelle: depoimento (jun. 2001).Evento Experiências em Cena III, Florianópolis: UFSC, 2001, 6 fitas cassetes (60 min), ½ pps, estéreo.

ANEXO 1 – LISTA DE ENTIDADES PARTICIPANTES DO I FÓRUM DA CIDADE

I FÓRUM DA CIDADE

"A GRANDE FLORIANÓPOLIS À LUZ DO ESTATUTO DA CIDADE"

A. M. Bairro São João David Fernando Rodrigues Rua: Elio Donate de Menezes Itajaí- SC CEP: 88305-130 Telefone: 99679568	A. M. Loteamento Bandeirantes Maria Rita Carvalho Tomethi Rua: João Agostinho Vieira, 472 Auto Ribeirão Florianópolis - SC CEP: 88064-250 Telefone: 3374294
A. M. Itacorubi Maria Estela da Conceição Rua: Amaro Antônio Vieira, 2008 Itacorubi Florianópolis - SC CEP: 88340-100 Telefone: 3342847/99656447	A.S. PROSANEAR Andreá Bento Rua: Pedro Joaquim da Silva, 90 Agronômica Florianópolis - SC CEP: 88025-570 Telefone: 3330667
A. M. Itacorubi Adelina Benetto Flores Rua: Amaro Antônio Vieira, 317, Ap. 102 Itacorubi Florianópolis - SC CEP: 88034-101 Telefone: 3345905	ACOLJOGOC Teodoro José da Silva Rua: da Apicultura, 127 Saco Grande Florianópolis - SC CEP: 88032-020 Telefone: 2380265/2380262
A. M. Jardim Flor di Napoli Carlos Morales Rua: Santa Bárbara, 980 Jardim di Napoli São José - SC CEP: 88106-490 Telefone: 2571708	Advogada Tarcila de Mello Cardoso Rua: Esteves Junior, 605, Ap. 721 Centro Florianópolis - SC CEP: 88015-130 Telefone: 2235601

I FÓRUM DA CIDADE

"A GRANDE FLORIANÓPOLIS À LUZ DO ESTATUTO DA CIDADE"

Afrânio/Deputado Gilmar Luiz Magnatti Rua: João Januário da Silva, 2182 Ratones Florianópolis – SC CEP: 88052-100 Telefone: 2668044	AMOCAM Lázaro Bregue Damião Travessa Iracema Pires, 106 Campeche Florianópolis – SC CEP: 88063-170 Telefone: 2374105
AMAPA Luiz Leopoldo B. de Souza Canto da Lagoa Florianópolis – SC Telefone: 232 6775	AMOCAM Jacó Florêncio da Rocha Servidão: Florência Rocha, 73 Campeche Florianópolis – SC CEP: 88060-390 Telefone: 2374564
AMOCAM Maria Conceição de Oliveira Servidão: Harmonia Campeche Florianópolis – SC CEP: 88063-100 Telefone: 2374471	AMOCAM Ana Vanderlita Servidão: Oliveira, 14 Campeche Florianópolis – SC CEP: 88066-000 Telefone: 3384885
AMOCAM Patrícia Chagas Rua: Alexandrino Pedro Daniel Campeche Florianópolis – SC CEP: 88.063-535 Telefone: 3383317	AMSAL Paulo Urlini Rua: Nilta Franzoni Viegas, 240 Santo Antônio de Lisboa Florianópolis – SC CEP: 88050-040 Telefone: 2352144

I FÓRUM DA CIDADE

"A GRANDE FLORIANÓPOLIS À LUZ DO ESTATUTO DA CIDADE"

<p>AMSOL Vanderlei Alves Senes Rua: José Cândido Amorim, 44B Saco Grande II Florianópolis – SC CEP: 88032-000 Telefone: 2382315</p>	<p>Ass. de Moradores da Lagoa do Peri Roseane Coimbra de Nonohay, SC 406, 3545 Lagoa do Peri Florianópolis – SC CEP: 88066-000 Telefone: 99696242</p>
<p>AMUBS Alaercio Martinho Peixoto Rua: Isid Dutra, 1536 Barra do Sambaqui Florianópolis – SC CEP: 88051-010 Telefone: 2351415</p>	<p>Ass. de Moradores da Lagoa do Peri Leonardo Gianotti de Nonohay SC 406,3545 Lagoa do Peri Florianópolis – SC CEP: 88066-000 Telefone: 2375382</p>
<p>APUFSC Oscar de Paula Florianópolis – SC Telefone:3319425</p>	<p>Ass. de Moradores do Morro do Céu Elci Manoel Rua: Cruz e Souza, 287 Centro Florianópolis – SC CEP: 88020-710 Telefone: 2283129</p>
<p>Ass. de Mor. dos Cantos dos Araças Luiz Roberto Durigon Servidão: Valação Cantos dos Araças Florianópolis – SC CEP: 88062-300 Telefone: 2328919</p>	<p>Ass. de Moradores do Pântano do Sul Murilo Mariano Rua: Abelardo Otacilio Gomes, 70 Costa do Sul Florianópolis – SC CEP: 88066-100 Telefone: 3892062</p>

I FÓRUM DA CIDADE

"A GRANDE FLORIANÓPOLIS À LUZ DO ESTATUTO DA CIDADE"

Ass. de Moradores do Rio Bonito Tânia Maria da Silva João Américo Watzko nº 44 Km 12 Bairro São Vicente Itajaí - SC CEP: 88300-000 Telefone: 2412166	Ass. Mor. do Bairro Cordeiros Rosângela Darugna Rua: Ato Agostinho, 175 Itajaí Florianópolis – SC CEP: 88310-200 Telefone: 3411029
Ass. de Moradores Monte Serrat Luiz Carlos Chaves Rua: Nestor Passos, 174 Centro Florianópolis – SC CEP: 88020-460 Telefone: 2241673	Ass. Mor. do Morro do Horácio Cirilo Pereira da Silva Rua: Claudinei Pires de Moraes, 697 Bairro Agrônômica Florianópolis – SC CEP: 88025-221 Telefone: 3333121
Ass. Mor. Canto dos Araças Werner Kraus Júnior Rua: João Henrique Gonçalves, 1585/187 Lagoa da Conceição Florianópolis – SC CEP: 88062-300 Telefone: 2321767	Ass. Mor. José Mendes Raquel Silva Rua: Desembargador Vitor Lima, 700 Bairro Carvoeira Florianópolis – SC CEP: 88040-400 Telefone: 2340156
Ass. Mor. da Vila Operária Cristina Martins Rua: José Eugênio Muller, 637 Bairro Vila Operária Itajaí – SC CEP: 88303-170 Telefone: 3445138	Assembléia Legislativa - ALESC A/C Ideli Salvatti Rua: Jorge Luiz Fonte nº 310, Gabinete 206 Centro Florianópolis – SC CEP: 88020-900 Telefone: 2212680

I FÓRUM DA CIDADE

"A GRANDE FLORIANÓPOLIS À LUZ DO ESTATUTO DA CIDADE"

<p>Assoc. Com. Nilson L. dos Santos Itajaí Amauri Gavriel Soemer Rua: Erval do Oeste, 23 São Vicente Itajaí – SC CEP: 88309-040 Telefone: 2413142</p>	
<p>Assoc. Mor. do Morro da Penitenciária Argeu Antunes Goulart Rua: Dr. Álvaro Ramos, 602 Trindade Florianópolis – SC CEP: 88015-490 Telefone: 3334061</p>	<p>Associação de Moradores Itajaí Mirim Olinda Ildebrando de Oliveira Rua: Valério Cadora, 73 Bairro Nova Cidade Itajaí – SC CEP: incompleto Telefone: 3465349</p>
<p>Associação A. PANAI Jair Juir Rua: Cesar Augusto, 73 Bairro Carianos Florianópolis – SC CEP: 88400-000 Telefone: 91028733</p>	<p>Associação de Moradores José Mendes Eduardo de Sousa Rua: José Maria da Luz, 573 José Mendes Florianópolis – SC CEP: 88045-000 Telefone: 2257098</p>
<p>Associação A. PANAI Emília Mendes Rua: Cesar Augusto, 73 Bairro Carianos Florianópolis – SC CEP: 88400-000 Telefone: 91028733</p>	

I FÓRUM DA CIDADE

"A GRANDE FLORIANÓPOLIS À LUZ DO ESTATUTO DA CIDADE"

<p>Associação Amigos do Parque da Luz Maria Rosa Ce Rua: Professor Paulo Roberto Martins, 217 Santa Mônica Florianópolis – SC CEP: 88035-240 Telefone: 2342715</p>	<p>Associação Moradores Cordeiros Idalina M. Mello Rua: Mário Reis, 219 Cordeiros Itajaí – SC CEP: 88310-170 Telefone: 2462254</p>
	<p>Associação Moradores Fazendinha Carlito Lauro Pereira Rua: Venezuela, 377 Bairro Fazendinha Itajaí – SC CEP: 88300-000 Telefone: 3445731</p>
<p>Associação de Moradores José Mendes Eduardo de Sousa Rua: José Maria da Luz, 573 José Mendes Florianópolis – SC CEP: 88045-000 Telefone: 2257098</p>	<p>Associação Moradores Promorar II Morgana E. N. da Silva Rua: Acir Cunha, 382 Dom Bosco Itajaí – SC CEP: 88304-070 Telefone: 3444010</p>
<p>Associação de Moradores Rio Bonito Sueli Farias da Costa Rua: Ibirama nº 136 São Vicente Itajaí – SC CEP: 88309-510 Telefone: 2416368</p>	<p>Associação Morro das Pedras Fernando Gardenal de Moraes Rua: Sagrado Coração de Jesus, 444 Morro das Pedras Florianópolis – SC CEP: 88066-010 Telefone: 99696242</p>

I FÓRUM DA CIDADE

"A GRANDE FLORIANÓPOLIS À LUZ DO ESTATUTO DA CIDADE"

<p>Associação Pedagógica ANABÁ João da Silva Mattos Rua: Luiz Pinheiro de Ilma, 76 Saco dos Limões Florianópolis – SC CEP: 88045-620 Telefone: 99835839</p>	<p>C. C. da Fazenda Davi J. Teixeira Rua: João Fernandes Vieira, 96 Bairro Fazenda Itajaí – SC CEP: 88302-600 Telefone: 3484216</p>
<p>C. de Atenção a Criança e Adolescente Paulo Roberto Campos Felipe Reiser nº181, apto 104B Bairro São João Itajaí – SC CEP: Telefone: 348 0026</p>	<p>C. C. Forquilha Izoni Fátima da Silva Rua: Princesa Isabel, 413 Forquilha São José – SC CEP: 88106-760 Telefone: 3571965</p>
<p>C. C. da Barra do Sambaqui Gilson Amaral Rua: Isabel João Jacinto, 217 Florianópolis – SC CEP: 88051-000 Telefone: 91115189</p>	<p>C. C. ILHATIVA Vanisa Pilla Widholzer Rua: do Spaniol, 152 Praia do Santinho Florianópolis – SC CEP: 88058-765 Telefone: 3692198</p>
<p>C. C. da Fazenda Alice Teixeira Rua: João Fernandes Vieira, 96 Itajaí – SC CEP: 88302-600 Telefone: 3484216</p>	<p>C. C. Parque São Jorge Henrique de Melo Lisboa Rua: Itavina, 335 Parque São Jorge Florianópolis – SC CEP: 88034-460 Telefone: 559112/3343707</p>

I FÓRUM DA CIDADE

"A GRANDE FLORIANÓPOLIS À LUZ DO ESTATUTO DA CIDADE"

C. M. PANAIÁ Juliana Mendes Pereira Servidão: João Gonçalves - Panaia Bairro Carianos Florianópolis – SC CEP: 88000-000 Telefone: 91028733	CCCG Eduardo Antônio Florindo Travessa: Florindo Coelho, 26 Córrego Grande Florianópolis – SC CEP: 88037-500 Telefone: 2348209
Câmara de Vereador Marcílio Guilherme Ávila Rua: Rui Barbosa ,65, Ap. 1001 Bairro Agrônômica Florianópolis – SC CEP: 88160-000 Telefone: 2240835	CCT Modesto Azevedo Servidão Sol Poente, 493 Tapera Florianópolis – SC CEP: 88064-330 Telefone: 99716078
Câmara de Vereadores de Florianópolis Hélio Ricardo Lange Rua: Durval Milquides de Souza, 755, Ap. 304 Centro Florianópolis – SC CEP: 88015-070 Telefone: 99831040	C. de Estudos da Cultura e Cidadania Tereza Mara Franzoni Servidão: Crispim 253 Campeche Florianópolis – SC CEP: 88063-590 Telefone: 2372904
CCCB/ILHATIVA Marcos Antônio da Rocha Servidão Alzira Medeiros Sagas, 165 Santinho Florianópolis – SC CEP: 88058-770 Telefone: 3692220	CFH/UFSC Ana Júlia Souza Freitas Rodovia Baldicero Filomeno, 3891 Ribeirão da Ilha Florianópolis – SC CEP: 88064-001 Telefone: 3371033

I FÓRUM DA CIDADE

"A GRANDE FLORIANÓPOLIS À LUZ DO ESTATUTO DA CIDADE"

<p>CFH/UFSC Osvaldo Filardo Avenida: das Rendeiras Lagoa da Conceição Florianópolis – SC CEP: 88062-400 Telefone: 2329183 – não confere</p>	<p>Cons. Com. Fazenda do Rio Tavares Andréia Paulo Inácio Rodovia SC 405, 1580 Rio Tavares Florianópolis – SC CEP: 88048-300 Telefone: 99527846</p>
<p>Com. Exec. do Maciço do Morro da Cruz Rui Antônio Puris Alves Rua: Lauro Caminha Meira, 94 Centro Florianópolis – SC Telefone: 2245127 – não confere</p>	<p>Cons. Popular Gina Couto Rua: Amaro A. Vieira, 2008, Bl. 15, Ap. 104 Bairro Itacorubi Florianópolis – SC CEP: 88034-101 Telefone: 3341716</p>
<p>Comissão da Panaia Lorival Paulo Reitz Rua: Nossa Senhora do Desterro, 33 Bairro Carianos Florianópolis – SC CEP: 88047-420 Telefone: 2362022</p>	<p>Conselho Comunitário da Cidade Ariana Zanella Rua: das Araucarias, 12 Jardim Universitário Florianópolis – SC Telefone: 2342267 – não confere</p>
<p>Cons. Com. Fazenda do Rio Tavares José Carlos Bento Rodovia SC 405, 2616 Rio Tavares Florianópolis – SC CEP: 88048-300 Telefone: 99828201</p>	<p>Conselho Comunitário da Costeira José Agrício Gonçalves Avenida: Jorge Lacerda, 126 Costeira Florianópolis – SC CEP: 88047-400 Telefone: 2261513</p>

I FÓRUM DA CIDADE

"A GRANDE FLORIANÓPOLIS À LUZ DO ESTATUTO DA CIDADE"

CSE/UFSC Evelyn Alves F. dos Santos Servidão: Cerca Viva, 12 Santinho Florianópolis – SC CEP: 88058-000 Telefone: 3690537	CSE/UFSC Josiane Cristine de Souza Rua: Luiz O. de Carvalho, 207 Trindade Florianópolis – SC CEP: 88036-400 Telefone: 2348106
CSE/UFSC Fernanda Tomasi Rua: General Bittencourt, 478 Centro Florianópolis – SC CEP: 88020-100 Telefone: 2248907	CSE/UFSC Dalva Maria Kaiser Avenida: Josué Di Bernardi, 239, Ap. 211 Campinas São José – SC CEP: 88101-200 Telefone: 2413293
CSE/UFSC Kelly A. dos Santos Bernardo Rua: Valdemar Ouriques Capoeiras Florianópolis – SC Telefone: 3486974	CSE/UFSC Teresa Kleba Lisboa Marcos Cardoso Filho nº286 Bairro Córrego Grande Florianópolis – SC CEP: 88037-040 Telefone: 2334296
CSE/UFSC Elisandra Almeida Bastos Telefone: 2237131- local de trabalho	CSO/UFSC Leonardo Alves da Cunha Rua: Carlos Corrêa, 240 Agronômica Florianópolis – SC CEP: 88025-250 Telefone: 3331060

I FÓRUM DA CIDADE

"A GRANDE FLORIANÓPOLIS À LUZ DO ESTATUTO DA CIDADE"

<p>EJESAM Guilherme Pena Rua: Pau de Canela, Cx. Postal: 5227 Florianópolis – SC CEP: 88040-970 Telefone: 2326765/ 91135952/2322119</p>	<p>Entidade Tânia Bruggemam Rua: Princesa Isabel, 274, Ap. 102 Florianópolis – SC CEP: 88130-635 Telefone: 2422936</p>
<p>Entidade Paulo Denis Simas Pereira Rua: Raulino Schmidt, 186, B – 3, Ap. 4 CEP: 88100-880 Telefone: 2817739</p>	<p>Entidade Joaquim Aurino Aguiar Rodovia: Baldicero Filomeno, 2362 Florianópolis – SC CEP: 88064-000 Telefone: 3376118</p>
<p>Entidade Rafael Illenseer Rua: Laurindo Januário da Silveira, 3196 Canto da Lagoa Florianópolis – SC CEP: 88062-200 Telefone: 2335360</p>	<p>Entidade Aroldo Straubel Mota Servidão: Manoel Libânio da Costa, 375 Florianópolis – SC CEP: 88030-040 Telefone: 2347507</p>
<p>Entidade André Boclin Rua: Eduardo Luz, 360 Jardim Anchieta Florianópolis – SC CEP: 88037210 Telefone: 2341526</p>	<p>Entidade Eunice Hoegen Servidão: das Oliveiras nº 13 Lagoa da Chica Florianópolis – SC CEP: 88063-197 Telefone: 3381081</p>

I FÓRUM DA CIDADE

"A GRANDE FLORIANÓPOLIS À LUZ DO ESTATUTO DA CIDADE"

<p>Entidade</p> <p>Hélida Helena Pégas</p> <p>Rua: das Cerejeiras, 186, casa 1</p> <p>Bairro Carvoeira</p> <p>Florianópolis – SC</p> <p>CEP: 88040-510</p> <p>Telefone: 2343408</p>	<p>FAMESC</p> <p>Albertina da S. Souza</p> <p>Servidão: Barriga Verde, 102</p> <p>Bairro Pantanal</p> <p>Florianópolis – SC</p> <p>CEP: 88040-145</p> <p>Telefone: 2343685</p>
<p>Entidade</p> <p>Carlos Teani</p> <p>Rua: Presidente Coutinho, 533, Ap. 1103</p> <p>Centro</p> <p>Florianópolis – SC</p> <p>CEP: 88015-231</p> <p>Telefone: 3240874</p>	<p>FAMESC</p> <p>Paulo Guilherme Ruver</p> <p>Rua: Clemente Rovere, 194, casa 105</p> <p>Centro</p> <p>Florianópolis – SC</p> <p>CEP: 88020-340</p> <p>Telefone:</p>
<p>Entidade</p> <p>Ricardo Levi</p> <p>Rua: Natalino Machado, 118</p> <p>Cacupé</p> <p>Florianópolis – SC</p> <p>CEP: 88050-002</p> <p>Telefone: 3356010</p>	<p>Farol da Lagoa</p> <p>Jeffry Hoff</p> <p>Caixa Postal 10192</p> <p>Lagoa da Conceição</p> <p>Florianópolis – SC</p> <p>CEP: 88062-970</p> <p>Telefone: 2320515</p>
<p>Escola SUL</p> <p>Nelson Brum Motta</p> <p>Rua: do Engenho Novo, 166</p> <p>Inglese</p> <p>Florianópolis – SC</p> <p>CEP: 88058-417</p> <p>Telefone: 2692245</p>	<p>Fórum do Maciço</p> <p>Leopoldina Santana Feijó</p> <p>Rua: General Vieira da Rosa, 862</p> <p>Centro</p> <p>Florianópolis – SC</p> <p>CEP: 88020-420</p> <p>Telefone: 2221644</p>

I FÓRUM DA CIDADE

"A GRANDE FLORIANÓPOLIS À LUZ DO ESTATUTO DA CIDADE"

<p>Fórum do Maciço Central do Morro da Cruz Padre Wilson Grohn Centro Florianópolis – SC</p>	<p>IAB Erika Hatano Servidão Parcelo, 96 fundos Lagoa da Conceição Florianópolis – SC CEP: 88062-000 Telefone: 2268182</p>
<p>FURB – Comitê Itajaí Sandra I. Momm Schult Cx. Postal 684 Blumenau – SC CEP:89010-970 Telefone: 3210467</p>	<p>IBAPE (AVALIAÇÕES e PERICIAS) Maria da Glória Milanese Avenida: Rubens de Arruda Ramos, 1540 Centro Florianópolis – SC CEP: 88015-700 Telefone: 2250311</p>
<p>Gabinete do Vereador - Márcio de Souza Valdete Maria Milanese Avenida: Rubens de A. Ramos, 1540, Ap.402 Centro Florianópolis – SC CEP: 88015-700 Telefone: 2250247</p>	<p>IBRADD Osvaldo Agipino Rua: Almirante Lamego, 747, Ap. 508 Centro Florianópolis – SC CEP: 88015-060 Telefone: 2250522</p>
<p>Grupo Teatral Rúbia Nara de Souza Rod.: Ad. Gonzaga, 1547, Bl. A2, Ap. 322 Itacotubi Florianópolis – SC CEP: 88034-000 Telefone: 3341941</p>	

I FÓRUM DA CIDADE

"A GRANDE FLORIANÓPOLIS À LUZ DO ESTATUTO DA CIDADE"

<p>ILHATIVA</p> <p>Rita Lenira de Freitas Bittencurt</p> <p>Rua: Espanhola, 216</p> <p>Praia do Santinho</p> <p>Florianópolis – SC</p> <p>CEP: 88058-765</p> <p>Telefone: 3692388</p>	<p>Instituto Ambiente Sul</p> <p>Ir. Nair Hammes</p> <p>Rua: Álvaro Ramos, Servidão Casa da Criança, 98</p> <p>Córrego Grande</p> <p>Florianópolis – SC</p> <p>CEP: 88036-032</p> <p>Telefone: 3332258</p>
<p>ILHATIVA</p> <p>Glecy Maria Fedrizzi</p> <p>Rua: Paulino Coelho, 312/320</p> <p>Santinho</p> <p>Florianópolis – SC</p> <p>CEP: 88058-600</p> <p>Telefone: 3691404</p>	<p>ITAJAÍ</p> <p>Sandra Regina Batista Ávila</p> <p>Rua: Pedro Joaquim Vieira, 363</p> <p>Bairro São João / Itajaí – SC</p> <p>CEP: 88303-460</p> <p>Telefone: 3486849</p>
<p>ILHATIVA</p> <p>Sabrina Franzoni</p> <p>Rua: Spanhol, 216</p> <p>Santinho</p> <p>Florianópolis – SC</p> <p>CEP: 88058-765</p> <p>Telefone: 3692388</p>	<p>Luci/Deputada</p> <p>Luci Choinacki</p> <p>Rua: Conselheiro Mafra, 220 ed. A. F. A.</p> <p>Centro</p> <p>Florianópolis – SC</p> <p>CEP: 88010-100</p> <p>Telefone: 2227558</p>
<p>Imobiliária Campeche Sul</p> <p>Sérgio R. C. de Souza</p> <p>Avenida: Pequeno Príncipe, 1559</p> <p>Campeche</p> <p>Florianópolis – SC</p> <p>CEP: 88063-200</p> <p>Telefone: 2374092</p>	<p>Luci/Deputada</p> <p>Angelita de Toledo</p> <p>Rua: Conselheiro Mafra, 220 ed. A. F. A.</p> <p>Centro</p> <p>Florianópolis – SC</p> <p>CEP: 88010-100</p> <p>Telefone: 2227558</p>

I FÓRUM DA CIDADE

"A GRANDE FLORIANÓPOLIS À LUZ DO ESTATUTO DA CIDADE"

<p>Luci/Deputada Domingos Bergamin Rua: Sizenando Teixeira, 269 Capoeiras Florianópolis – SC CEP: 88090-010 Telefone: 3482519</p>	<p>Morador do Pantanal Hélio Carvalho Filho Rua: Rosa, 0432 Pantanal Florianópolis – SC CEP: 88040-270 Telefone: 2332668</p>
<p>Maciço Central Morro da Cruz Alexandre Francisco Bock Rua: Camping Fortaleza Barra da Lagoa Florianópolis – SC Telefone: 2326246</p>	<p>Moradora do Rio Vermelho Joana D'Ávila Rua: Maurilio Nunes, 17 Rio Vermelho Florianópolis – SC CEP: 88060-000 Telefone: 2698789</p>
<p>Mest. em Engenharia de Produção/UFSC Ledenice M. B. Queiroz Rua: Sotero Farias, 558 Rio Tavares Florianópolis – SC CEP: 88064-000 Telefone: 2374532</p>	<p>Mov. Campeche Qualidade de Vida Delson Santos Rua: Antônio A. Netto, 489 Campeche Florianópolis – SC CEP: 88066-030 Telefone: 2379395</p>
<p>Monte Serrat João Ferreira de Souza Rua: General Vieira da Rosa Centro Florianópolis – SC CEP: 88820-420 Telefone: 2235911</p>	<p>Mov. Campeche Qualidade de Vida Janice Tireli Rua: Revoar das Gaivotas, 1090 Campeche Florianópolis – SC CEP: 88063-020 Telefone: 2374682</p>

I FÓRUM DA CIDADE

"A GRANDE FLORIANÓPOLIS À LUZ DO ESTATUTO DA CIDADE"

<p>Movimento Campeche Tereza Cristina Pereira Barbosa Cx. Postal: 5227 Campeche Florianópolis – SC CEP: 88040-970 Telefone: 2374376</p>	<p>Movimento Rio Vermelho Belo e Limpo Élio Santin Rua: Cipriano Nunes, 305 Rio Vermelho Florianópolis – SC CEP: 88060-340 Telefone: 2698729</p>
<p>Movimento Campeche Paulo Riso Rodovia Admear Gonzaga, 1447, Ap. 104 Itacorubi Florianópolis – SC CEP: 88034-000 Telefone: 3345111</p>	<p>Movimento Rio Vermelho Belo e Limpo Luciana M. Kurath Servidão: Apriano Nunes, 305 Rio Vermelho Florianópolis – SC CEP: 88060-340 Telefone: 2698729</p>
<p>Movimento Ilha Ativa Cristina Nunes Servidão: Mares do Norte, 54 Inglese Florianópolis – SC CEP: 88058-252 Telefone: 2691853/99715042</p>	<p>PMF Anadir Scheneider Rua: José Palmeira Neto, 19 Itajaí - SC CEP: 88301-201 Telefone: 3444762</p>
<p>Movimento Rio Vermelho Belo e Limpo Jorge Kunrath Santim Servidão Apriano Nunes, 415 Rio Vermelho Florianópolis – SC CEP: 88060-340 Telefone: 2698729</p>	<p>Pró Morar II - Itajaí Félix Antônio de Freitas Avenida: Ministro Luiz Galote, 1776 Itajaí – SC CEP: 88308-300 Telefone: 3483313 – Ramal: 203</p>

I FÓRUM DA CIDADE

"A GRANDE FLORIANÓPOLIS À LUZ DO ESTATUTO DA CIDADE"

Pró Sanear Ivonete Pitta Rua: Eduardo Horn, 274 Jardim Atlântico Florianópolis – SC CEP: 88095-580 Telefone: 2484913	Rádio Comunitária Paulo Maurício de Souza Rua: Marco Antônio da Silva, 226 Jardim Zanelatto Florianópolis – SC CEP: 88015-490 Telefone: 2221392/2581634
Projeto Moradia Chico Mendes Antônio Joel de Paula Rua: Joaquim Nabuco Chico Mendes Florianópolis – SC CEP: 88090-060 Telefone: 2408560	Rede Sol Domingos Fortuna Rua: Marco Antônio da Silva, 226 Jardim Zanelatto Florianópolis – SC CEP: 88015-490 Telefone: 2581634
Projeto Sapé Breno José Loebens Rua: Marieta B. Ribeiro, 172 Jardim Atlântico Florianópolis – SC CEP: 88095-690 Telefone: 240-6760	S. S. UNISUL Maurício Majalosco Rua: Conselheiro Mafra, 810 Centro Florianópolis – SC CEP: 88010-120 Telefone: 2255874
Projeto Sapé Adão Pedro de Souza Rua: Marieta Barbosa Ribeiro, 87 Jardim Atlântico Florianópolis – SC CEP: 8809-690 Telefone: 91030368	SINASEFE Marcos Aurélio Neves Servidão Santiago, 63 Saco Grande Florianópolis – SC CEP: 88030-330 Telefone: 3348036

I FÓRUM DA CIDADE

"A GRANDE FLORIANÓPOLIS À LUZ DO ESTATUTO DA CIDADE"

<p>SINASEFE</p> <p>João Pacheco de Souza</p> <p>Rua: Campolino Alves, 1021/221</p> <p>Abrão</p> <p>Florianópolis – SC</p> <p>CEP: 88085-110</p> <p>Telefone: 2497317</p>	<p>SPO/UFSC</p> <p>Lígia Luckmann</p> <p>Rua Liberato Cariano 578</p> <p>Lagoa da Conceição</p> <p>Florianópolis – SC</p> <p>CEP: 88062-205</p> <p>Telefone: 2321429</p>
<p>Sindicato Móveis-SC/CRECI</p> <p>Antônio Moser</p> <p>Rua: João Pinto, 06, sl. 307-208</p> <p>Centro</p> <p>Florianópolis – SC</p> <p>CEP: 88010-420</p> <p>Telefone: 2223580</p>	<p>Teatro Artesão Dionísio</p> <p>Luiz Alberto Corrêa</p> <p>Servidão: Alta Silveira Lucas, 571</p> <p>Rio Vermelho</p> <p>Florianópolis – SC</p> <p>CEP: 88045-000</p> <p>Telefone: 2698344</p>
<p>SINVAC</p> <p>Luiz Carlos da Silva</p> <p>Rua: Valdomiro Cunha, 426</p> <p>Forquilha</p> <p>São José – SC</p> <p>CEP: 88106-520</p> <p>Telefone: 2234636</p>	<p>UDESC</p> <p>Kleber Humberto da Silva</p> <p>Rua: do Pedro, 103</p> <p>Monte Verde</p> <p>Florianópolis – SC</p> <p>CEP: 88032-430</p> <p>Telefone: 2386221</p>
<p>Sociedade Amigos de Coqueiros</p> <p>Hamilton N. R. Schaefer</p> <p>Rua: Marques de Carvalho, 193</p> <p>Coqueiros</p> <p>Florianópolis – SC</p> <p>CEP: 88080-200</p> <p>Telefone: 2440749</p>	<p>UFSC</p> <p>Juaci do Amaral</p> <p>Rua: Osvaldo da Rocha Pires, 64</p> <p>Sambaqui</p> <p>Florianópolis – SC</p> <p>CEP: 88051-145</p> <p>Telefone: 2212695</p>

I FÓRUM DA CIDADE

"A GRANDE FLORIANÓPOLIS À LUZ DO ESTATUTO DA CIDADE"

<p>UFSC</p> <p>Carlos Magno Nunes</p> <p>Rua: Laurindo Januário da Silveira, 2350</p> <p>Canto da Lagoa</p> <p>Florianópolis – SC</p> <p>CEP: 88062-200</p> <p>Telefone: 91141162</p>	<p>UFSC</p> <p>Maira Elisabete dos Santos</p> <p>Rua: Rafael Bandeira, 162 D, Ap. 303</p> <p>Centro</p> <p>Florianópolis – SC</p> <p>CEP: 88015-450</p> <p>Telefone: 2230882</p>
<p>UFSC</p> <p>Dideane Alves Nunes</p> <p>Rua: Protenor Vidal, 170</p> <p>Pantanal</p> <p>Florianópolis – SC</p> <p>CEP: 88000-000</p> <p>Telefone: 99689301</p>	<p>UFSC</p> <p>Carlos André dos Santos</p> <p>Rua: Júlio José Gonçalves, 58</p> <p>Barra da Lagoa</p> <p>Florianópolis – SC</p> <p>CEP: 88550-062</p> <p>Telefone: 2323092</p>
<p>UFSC</p> <p>Lino Fernando B. Peres</p> <p>Rua: Lauro Linhares, 1785, Ap. 301 oeste</p> <p>Trindade</p> <p>Florianópolis – SC</p> <p>CEP: 88032-420</p> <p>Telefone: 2348830/91017780</p>	<p>UFSC</p> <p>Sirlei Aparecida Fernandes</p> <p>Rua: João da Cruz Meira, 431</p> <p>Trindade</p> <p>Florianópolis – SC</p> <p>CEP: 88036-040</p> <p>Telefone: 3332632</p>
<p>UFSC</p> <p>Cláudia Bristot</p> <p>Rua: Nossa Senhora do Rosário, 348</p> <p>Florianópolis – SC</p> <p>CEP: 88095-250</p> <p>Telefone: 2484019</p>	<p>UFSC</p> <p>Priscila Martins Last</p> <p>Rua: Itapecrica, 15</p> <p>Itacorubi</p> <p>Florianópolis – SC</p> <p>CEP: 88032-420</p> <p>Telefone: 3342392</p>

I FÓRUM DA CIDADE

"A GRANDE FLORIANÓPOLIS À LUZ DO ESTATUTO DA CIDADE"

<p>UFSC</p> <p>Jean Minglason Monteiro Neves</p> <p>Rua: Desembargador Vitor Lima, 25</p> <p>Trindade</p> <p>Florianópolis – SC</p> <p>CEP: 88040-400</p> <p>Telefone: 3316557</p>	<p>UFSC</p> <p>Adriana S. R. Siqueira</p> <p>Rua: Edgar Corrêa dos Santos, 244</p> <p>Florianópolis – SC</p> <p>CEP: 88130-000</p> <p>Telefone: 2426621</p>
<p>UFSC</p> <p>Marlene Zulian</p> <p>Rua: Delamar José da Silva, 154</p> <p>Kobrasol</p> <p>Florianópolis – SC</p> <p>CEP: 88102-100</p> <p>Telefone: 2594265</p>	<p>UFSC</p> <p>Eliana Maria de Almeida</p> <p>Rua: João Pio Duarte Silva, 964, Ap. 22</p> <p>Córrego Grande</p> <p>Florianópolis – SC</p> <p>CEP: 88037-001</p> <p>Telefone: 2340808</p>
<p>UFSC</p> <p>Fabiana Marisa Martins</p> <p>Rua: Gercino Belarmino Silva, s/nº</p> <p>Pântano do Sul</p> <p>Florianópolis – SC</p> <p>CEP: 88066-000</p> <p>Telefone: 99019269</p>	<p>UFSC</p> <p>Julia Lins Bittencourt</p> <p>Rua: Capitão Américo, 29, Ap. 31</p> <p>Córrego Grande</p> <p>Florianópolis – SC</p> <p>CEP: 88037-060</p> <p>Telefone: 2335360</p>
<p>UFSC</p> <p>Fernanda Scalzavara</p> <p>Rua: Lauro Linhares, 1775</p> <p>Trindade</p> <p>Florianópolis – SC</p> <p>CEP: 88036-002</p> <p>Telefone: 2334553</p>	<p>UFSC</p> <p>Eduardo Patounas</p> <p>Avenida: Desembargador Pedro Silva</p> <p>Coqueiros</p> <p>Florianópolis – SC</p> <p>CEP: 88080-700</p> <p>Telefone: 99580202</p>

I FÓRUM DA CIDADE

"A GRANDE FLORIANÓPOLIS À LUZ DO ESTATUTO DA CIDADE"

UFSC Maria Darci Motta Besk Rua: Hipolito do Vale Pereira, 528 Lagoa da Conceição Florianópolis – SC CEP: 88062-210 Telefone: 2320170	UFSC Ana Paula Paza Rua: Luis Oscar de Carvalho, 207 Trindade Florianópolis – SC CEP: 88036-400 Telefone: 2348106
UFSC Fernanda Werner da Silva Servidão: João Carlos Werner, 105 Trindade Florianópolis – SC CEP: 88036-235 Telefone: 99020395	UFSC Maria Lúcia Gaudério da Silva Rua: Rui Barbosa, 14, Ap. 802 Agronômica Florianópolis – SC CEP: 88025-300 Telefone: 2280481
UFSC Everton Vieira Machado LABEUR/GCN, CFH/UFSC Trindade Florianópolis – SC CEP: 88049-900 Telefone: 2343192/3319286	UFSC Vera Lícia Vaz de Arruda Rua: Lagoa da Chica, 60 Campeche Florianópolis – SC CEP: 88063-100 Telefone: 3384260
UFSC Luiz Fernando Scheibe Rua: Simão José Hess, 191, Ap. 705 Trindade Florianópolis – SC CEP: 88036-580 Telefone: 1331228	UFSC Armando Lisboa Rua: Marcos Cardoso, 286 Córrego Grande Florianópolis – SC CEP: 88037-040 Telefone: 2334296

I FÓRUM DA CIDADE

"A GRANDE FLORIANÓPOLIS À LUZ DO ESTATUTO DA CIDADE"

<p>UFSC</p> <p>Cristiano Lopes Kusunoki</p> <p>Rua: Três, 47</p> <p>Morro das Pedras</p> <p>Florianópolis – SC</p> <p>CEP: 88048-575</p> <p>Telefone: 3389127</p>	<p>UFSC</p> <p>Gisele Victor Batista</p> <p>Rua: Anita Garibaldi, 30, Ap. 1005</p> <p>Centro</p> <p>Florianópolis – SC</p> <p>CEP: 88010-500</p> <p>Telefone: 3240543</p>
<p>UFSC</p> <p>Julio Rafael Cançado Cocogo</p> <p>Rodovia Baldiceiro Filomeno, 10477</p> <p>Centro</p> <p>Florianópolis – SC</p>	<p>UFSC</p> <p>Geraldo José Vieira</p> <p>Rua: José Maycote, 32</p> <p>Estreito</p> <p>Florianópolis – SC</p> <p>CEP: 88090-410</p> <p>Telefone: 91014766</p>
<p>UFSC</p> <p>Cristiane Marques Moreira</p> <p>Rua: Cassimiro de Abreu</p> <p>Balneário</p> <p>Florianópolis – SC</p> <p>CEP: 88075-230</p> <p>Telefone: 99690567</p>	<p>UFSC</p> <p>Edson de Jesus da Silva Cunha</p> <p>Rua: Rui Barbosa, 14, Ap. 802</p> <p>Agronômica</p> <p>Florianópolis – SC</p> <p>CEP: 88025-300</p> <p>Telefone: 2280481 = não confere</p>
<p>UFSC</p> <p>Eveline Tancredo Mussi</p> <p>Rua: Bocaiúva, 2245</p> <p>Centro</p> <p>Florianópolis – SC</p> <p>CEP: 88015-530</p> <p>Telefone: 2225748</p>	<p>UFSC</p> <p>Daniela Maria Silva de Oliveira</p> <p>Rua: José Cândido da Silva, 621</p> <p>Balneário Estreito</p> <p>Florianópolis – SC</p> <p>CEP: 88075-250</p> <p>Telefone: 2447376</p>

I FÓRUM DA CIDADE

"A GRANDE FLORIANÓPOLIS À LUZ DO ESTATUTO DA CIDADE"

<p>UFSC</p> <p>Mônica Moraes</p> <p>Rua: Eurico José Anchieta, 145</p> <p>Florianópolis – SC</p> <p>CEP: 88095-110</p> <p>Telefone: 2443723 – se mudou</p>	<p>UFSC/NESSOP</p> <p>Emiliana Vargas</p> <p>Rua: Maestro Aldo Kruguer, 74, ed. Spazzio</p> <p>Donatelo, Ap. 02</p> <p>Córrego Grande</p> <p>Florianópolis – SC</p> <p>CEP: 88037-000</p> <p>Telefone: 2347485</p>
<p>UFSC</p> <p>Josiane Bortoluzzi</p> <p>Rua: Jornalista Tito Carvalho, 102/205</p> <p>Trindade</p> <p>Florianópolis – SC</p> <p>CEP: 88480-040</p> <p>Telefone: 2344861</p>	<p>UFSC/NESSOP</p> <p>Luciane dos Santos Shimidt</p> <p>Rua: Europa, 8f2</p> <p>Trindade</p> <p>Florianópolis – SC</p> <p>CEP: 88063-135</p> <p>Telefone: 3332824</p>
<p>UFSC/DSS</p> <p>Franciele Lopes Alves</p> <p>Rua: Sardim, 33</p> <p>Monte Verde</p> <p>Florianópolis – SC</p> <p>CEP: 88032-350</p> <p>Telefone: 99516295</p>	<p>UFSC/NESSOP</p> <p>Ronise Carla Gafski</p> <p>Rua: Lauro Linhares, 1775</p> <p>Trindade</p> <p>Florianópolis – SC</p> <p>CEP: 88036-002</p> <p>Telefone: 2346224</p>
<p>UFSC/NESSOP</p> <p>Carla Janaina Abrão Ehlers</p> <p>Rua: Vento Sul, 164</p> <p>Campeche</p> <p>Florianópolis – SC</p> <p>CEP: 88063-070</p> <p>Telefone: 2373131</p>	<p>UFSC/NESSOP</p> <p>Giselli Dandolini Bonassa</p> <p>Avenida: Osni João Vieira, 800, Ap. 704</p> <p>Florianópolis – SC</p> <p>CEP: 88101-270</p> <p>Telefone: 2412229</p>

I FÓRUM DA CIDADE

"A GRANDE FLORIANÓPOLIS À LUZ DO ESTATUTO DA CIDADE"

UFSC/NESSOP Priscila Venturin Fraga Rua: São José, 100, Ap. 402 Bairro Centro Biguaçu – SC CEP: 88160-000 Telefone: 285 1078	UFSC/TEATRO Joana Lentz Marques Rua: Alvis de Brito, 37 Centro Florianópolis – SC CEP: 88015-440 Telefone: 2227497
UFSC/TEATRO Marlei Albrecht Rua: Santa Fé, 387 Ingleses Florianópolis – SC CEP: 88058-345 Telefone: 99613137	UNISUL Priscilla S. Kratz Rua: Presidente Coutinho, 179, Ap 601 Centro Florianópolis – SC CEP: 88015-230 Telefone: 2243963
UFSC/TEATRO Anderson Luis Tambosi Rua: Julio Dcia Barreto, 145 Carvoeira Florianópolis – SC Telefone: 2340653 – se mudou	UNISUL Clarice Machado Gouveia Rua: das Garças, 313 Campeche Florianópolis – SC CEP: 88063-085 Telefone: 3383006
UFSC/TEATRO Felipe Prux Rua: Julio Barreto, 145 Carvoeira Florianópolis – SC	UNISUL Rosilene Maria Campos Rua: João Ganzo Fernandes, 306 Campeche Florianópolis – SC CEP: 88045-210 Telefone: 3336567

I FÓRUM DA CIDADE

"A GRANDE FLORIANÓPOLIS À LUZ DO ESTATUTO DA CIDADE"

<p>UNISUL</p> <p>Sandra Silveira Cardoso</p> <p>Rua: Brigadeiro Silva Paez</p> <p>Centro</p> <p>Florianópolis – SC</p> <p>Telefone: 2222049</p>	<p>UNISUL/SERVIÇO SOCIAL</p> <p>Gilmara Ap. de Souza</p> <p>Rua: Bonifácio Francisco Vieira, 111, apto 06</p> <p>Lagoa da Conceição</p> <p>Florianópolis – SC</p> <p>CEP: 88062-105</p>
<p>UNISUL</p> <p>Silas Matias Azevedo</p> <p>Rua: Tolentino de Carvalho, 292</p> <p>Florianópolis – SC</p> <p>CEP: 88075-530</p> <p>Telefone: 2481214</p>	<p>UNISUL/SERVIÇO SOCIAL</p> <p>Telma Codale</p> <p>Rua: Eurico Gaspar Dutra, 226</p> <p>Estreito</p> <p>Florianópolis – SC</p> <p>CEP: 88075-100</p> <p>Telefone: 99580202</p>
<p>UNISUL</p> <p>Roberta Gonçalves</p> <p>Avenida: Rio Branco, 380, 6º andar</p> <p>Centro</p> <p>Florianópolis – SC</p> <p>CEP: 88015-200</p> <p>Telefone: 2229000</p>	<p>Verde Mar Vida</p> <p>Renata A. Invi</p> <p>Rua: Baldicero Filomeno, 18.165</p> <p>Ribeirão da Ilha</p> <p>Florianópolis – SC</p> <p>CEP: 88064-002</p> <p>Telefone: 2378260</p>
<p>UNISUL/S.S.</p> <p>Isolde Pedri Vieira</p> <p>Rua: Visconde de Cairu, 341, Ap.401</p> <p>Estreito</p> <p>Florianópolis – SC</p> <p>CEP: 88075-020</p> <p>Telefone: 2441119</p>	<p>VEREADOR</p> <p>Xande Fontes</p> <p>Rua: Laurindo Januário da Silveira, 967</p> <p>Canto da Lagoa</p> <p>Florianópolis – SC</p> <p>CEP: 88062-200</p> <p>Telefone: 2241071</p>

I FÓRUM DA CIDADE

"A GRANDE FLORIANÓPOLIS À LUZ DO ESTATUTO DA CIDADE"

Vereador do PT

Mauro Passos

Praça: Getúlio Vargas, 138, 2º andar. Ed.

Dona Angelina

Centro

Florianópolis – SC

CEP: 88020-030

Telefone: 2249174

**ANEXO 2 – PROPOSTA INICIAL DE GRUPOS DE TRABALHO DO I FÓRUM DA
CIDADE.**

GRUPO 1: MORADIA, REGULARIZAÇÃO E URBANIZAÇÃO

Método e dinâmica de discussão do grupo

A dinâmica de grupo baseou-se na identificação, apresentação e discussão dos problemas vividos pelas componentes do grupo em suas comunidades, particularmente a comunidade de Apanaia, Carianos – Florianópolis, onde as famílias vivem em área pública há mais de 35 anos, o que configura uma situação jurídico-fundiária de direito à concessão de uso especial (Medida Provisória 2220/2001), referida anteriormente. Em seguida e em articulação com esta situação em particular, discutiu-se o Estatuto da Cidade dentro do contexto social e urbano em que ele surge hoje e como garantia do direito à habitação. Aproveitou-se o momento de discussão da situação da comunidade daquela região, para orientá-la com relação à melhor medida jurídica de assegurar-lhe a permanência definitiva na região.

Neste sentido, a experiência desta discussão em grupo foi de aproveitar o momento para conhecer os direitos a que as comunidades têm direito estabelecidos no Estatuto da Cidade e também de discutir os meios jurídicos para assegurá-los, considerando a presença do advogado Leonardo G. N., da comunidade da Lagoa do Peri, que vem estudando o E.C.

Considerações gerais

- Para implementarem-se todos os dispositivos relacionados à regularização fundiária e programas de urbanização e melhoria de habitações localizadas em áreas irregulares, é necessário que se entenda que a problemática urbana e habitacional é parte de um processo de reprodução da desigualdade econômica e social, resultado de uma política econômica e social injusta. Toda política urbana e habitacional deve apoiar-se em um processo de desenvolvimento econômico, social e cultural sustentável que ataque as raízes da desigualdade, e incorporar uma profunda reforma agrária e agrícola, em uma política efetiva de geração de renda e emprego. Portanto, a implementação do Estatuto da Cidade não é uma medida isolada, mas articulada com outras políticas públicas, conforme estabelecem as diretrizes gerais do Estatuto da Cidade e, em particular, o inciso X do art. 2 do Estatuto da Cidade que refere à adequação da *"... política econômica, tributária e financeira e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano e implementação de programas habitacionais da política de geração de renda e emprego ..."*. Sendo assim, a luta pela implementação do Estatuto da Cidade insere-se na luta por uma efetiva reforma urbana articulada com um processo de distribuição não dos recursos e melhorias urbanas, mas fundamentalmente de renda, que integra a reforma agrícola e agrária e a geração de emprego e renda.
- O conceito de moradia é parte do entendimento amplo da habitação que implica a realização das condições de vida particularmente na cidade quanto ao direito ao acesso aos serviços, ao saneamento, às condições físico-sociais da habitabilidade entendida como casa e como sua inserção urbana na cidade.
- Toda ação que venha a garantir os direitos à habitação deve partir simultaneamente da garantia da regularização fundiária como base para a melhoria habitacional, e da

garantia do processo de urbanização (construção, melhoria e urbanização habitacional).

- O Estatuto da Cidade finalmente veio a reconhecer e regulamentar os direitos legítimos dos assentamentos das famílias de baixos recursos em áreas irregulares, dando corpo jurídico à legitimidade social desta "cidade ilegal" que se construiu ao longo dos anos, como solução à não-solução por parte principalmente do Estado da grave e histórica problemática habitacional e urbana das populações pobres e excluídas.

Diretrizes de ação

1. Para que se possam implementar ações judiciais relacionadas ao processo de regularização como a adoção do usucapião em áreas privadas (art. 9 ao 14) e concessão especial de uso em terras públicas (Medida Provisória 2220/2001), é necessário que as Prefeituras realizem, em tempo determinado e discutido em acordo com as comunidades e sociedade em geral, de um levantamento cadastral e geo-processado de:

- Áreas onde existam moradias com ameaça concreta e imediata de demolição ou banimento;
- Áreas de risco;
- Áreas de proteção ambiental ocupadas;
- Áreas públicas e privadas com ocupação irregular e sujeitas a usucapião e concessão especial de uso.

No entanto, é necessário que os moradores diretamente implicados acompanhem e fiscalizem este levantamento, garantindo-se o direito das comunidades ter acesso às informações obtidas e/ou a assessorias técnicas gratuitas, para contrapor aos estudos técnicos oficiais.

2. Ingressar com medidas administrativas ou judiciais para, em primeiro momento, regularizar todos os casos de moradias que preencham os requisitos do Estatuto da Cidade (mínimos cinco anos de posse) e assegurem a segurança daquelas famílias situadas em áreas de risco.
3. Criar ou aprimorar a rede de associações de moradores, oferecendo a todas as comunidades os elementos técnicos necessários para os estudos e conseqüentes propostas urbanísticas de cada região da cidade.
4. Realização de estudos locais para apresentação de propostas gerais que aglutinem as demandas habitacionais e urbanísticas de cada comunidade.
5. Formular e acompanhar propostas populares do Plano Diretor da cidade que queremos.
6. Trabalhar pela concretização de um Plano Diretor que respeite o direito dos moradores, conforme os mecanismo de proteção e melhoria habitacional, advindos deste novo Estatuto.

Integrantes: Lorival Paulo Reitz – Comunidade Apanaia, Carianos – Florianópolis, Emília Mendes - Comunidade Apanaia, Carianos – Florianópolis, Leonardo G. de N. – Comunidade da Lagoa do Peri, Hélio Santin - Movimento Rio Vermelho Belo e Limpo
Kleber Humberto – UDESC, Lino F. B. Peres – Depto. Arquitetura e Urbanismo – UFSC / Organização do I Fórum da Cidade

Grupo 3: Ocupação das Encostas

1. Encaminhar um Plano Diretor adequado à realidade da encosta da comunidade;
2. Caso do Maciço Central: entender a dinâmica social dos morros e seu histórico, fazendo diagnóstico sócio-ambiental. Para isto, é necessário: a) Fazer um levantamento teórico adaptado à cultura e realidade de cada local e não à burocracia. b) Fortalecer o Fórum Permanente do Maciço Central e a participação das pessoas – comunidades no processo.

Integrantes: Marilini Maria Bruti, Mt. Serrat, Jacó Ferreira de Souza, Monte Serrat, Elci Manoel, Assoc. Moradores do Morro do Céu, Cesar C. Goulart, Morro da Penitenciária, Luis Roberto Marques da Silveira, UFSC, Arq/CTC, Carlos Alberto Caetano dos Anjos, Cons. C. Tapera, Paulo Maurício De Souza Lima, Radio Comunitária, Ruy Antonio, Com. Edc. Morro de Cruz, Vilson Groh, Mont Serrat, Luiz Fernando Scheibe, UFSC, Adriana de S R Siqueira NESSOP – UFSC, Eduardo de Souza Ass. Mor. Bairro José Mendes, Aroldo Staubel Mota, Julia Lins Bittencourt, Arq. UFSC, Rafael Illenseen, Teobio José da Silva, Ariana Zanella, Com. Jardim, Geraldo S. Vieira Geo. UFSC.

Grupo 4: A Relação entre urbanização e a natureza na Grande Florianópolis

Considerando que todo e qualquer nível de planejamento necessita envolver e levar em conta a relação entre sociedade e natureza, propomos:

- 1 - Programas de Educação Ambiental "autênticos", que passem pelos níveis de percepção, conhecimento e/ou reconhecimento, com autonomia comunitária;
- 2 - Unidades espaciais de planejamento que reflitam realidades sócio-ambientais através de "bacias urbanas" sustentáveis;
- 3 - Fórum Permanente para discutir e acompanhar os processos gerados pelo estatuto da cidade

- Que no dia 23 de março de 2002, o aniversário da cidade, um evento seja organizado para festejar com enfoque na qualidade de vida
- II Fórum da Cidade? *Anual. Fórum permanente.*
- Projeto de Lei de origem popular que solicite a consulta à comunidade toda vez que for alterado ou proposto o zoneamento.
- Institucionalização do "Dia do Planejamento Sócio-ambiental Comunitário" *Chien vice-
mismo de conselho popular*
- Gestão Democrática em processos participativos através dos comitês de "bacias urbanas".

- Uma ou mais comunidades integradas a partir de um elemento ecológico identificador

Integrantes: Edson Luis Cattoni, UFSC, Alecio dos Passos Santos, F. Lagoa, Maria Lucia G da Silva, UFSC, Hélio Carvalho Filho, M Pantanal, Tereza C. P. Barbosa, Mov. Campeche Qualidade da Vida, Ewerton Vieira Machado, Labeur/Gen-CFH-UFSC, Priscila Martins Last, UFSC, Renata Invi, Mov. Verde Mov. Vida, André Geraldo Soares, IEP, Inst. De Ecologia Política.

Grupo 6: O Direito de Participação: Os Instrumentos do Estatuto – Audiências Públicas, Estudos de Impacto Ambiental, Estudos de Impacto de Vizinhança.

- 1 - Que saia desta plenária um grupo para propor estudo jurídico que viabilize um projeto de lei de iniciativa popular de um substitutivo global da Lei Complementar Municipal 28/98 para melhor qualificar as decisões da participação popular;
- 2 - Mecanismos de qualificação para que os movimentos populares, comunitários e sociais possam ter suas decisões cumpridas frente ao art. 36 do Estatuto da Cidade (EIV);
- 3 - Popularizar o Estatuto da Cidade;

Grupo 7: Projetos e Planos Urbanos

O Fórum da Cidade tem a responsabilidade de qualificar o processo de participação popular, de formular políticas democráticas e criar mecanismos de interlocução no processo decisório da cidade acima dos poderes constituídos.

Proposta:

- 1 - A partir do debate do art. 40 e 43 e seus incisos, procuramos ampliar a conquista do EC na sua regulamentação para a consolidação do trabalho comunitário;
- 2 - Encaminhar junto à Câmara de Vereadores a criação de mecanismos que garantam que nenhum Projeto de Lei seja aprovado se não for submetido a referendo popular;
- 3 - Papel do Fórum: Papel de assegurar a participação popular
- 4 - Propor criação de um fórum permanente: hoje foi o primeiro passo e uma tentativa de assegurar pela lei com Grupos de execução de trabalho dessas propostas;
- 5 - Plenárias periódicas que apresentem relatório dos trabalhos feitos;
- 6 - Desencadear um debate/estudo popular sobre o Estatuto da Cidade como forma de incentivar a construção da democracia participativa na cidade;

- 7 - Recomendação à Câmara para efetuar o referendo popular

Integrantes: Cristina Nunes, Mov. Ilhativa. Delson Sauter, Mov. Nosso Bairro, Joaquim A. Aguiar, Cesar Pompêo, UFSC, Janice Tirelli, M.C. Q. Vida, Valdete, M. Milanese, Trindade Norte, Gilecy Maria Fedrizzi,

Ilhativa-CCCBI, Afrânio Boppré, Dep. PT, Iséa Maria B. C. Martins, Bairro Itacorubi, Ariana Zanella Conjardin.

Grupo 8 - Cultura e Lazer: Espaços e Equipamentos Públicos

Diagnóstico.

A Cidade que temos tem:

- Ausência de espaços públicos de lazer e cultura;
- Ausência de Registro de história e cultura local
- Ausência de estímulo e reconhecimento de arte e cultura local de cada região da cidade;
- (Inexistência de gestão democrática de cultura e lazer, ^{por exemplo} de uso dos espaços públicos como o CIC, e ausência de discussão das prioridades de cultura e lazer com as comunidades locais.

A cidade que queremos terá:

1. Espaços públicos para lazer, praças, trilhas, ^{parque}
 2. Registro de memória e museus regionais para valorizar a história dos bairros;
 3. Reconhecimento das artistas e agentes de cultura locais;
 4. Espaços de encontro, ciclovias, calçadas, bibliotecas locais, cinemas ^{teatro} e espaços para apresentação;
 5. Transporte público para atividades de cultura e lazer. (Passé livre);
 6. Mapeamento das áreas livres para cultura e lazer;
 7. Transparência no uso de verba pública para cultura e lazer, e participação das associações comunitárias na elaboração das políticas e planos da prefeitura sobre cultura e lazer
 8. Discussão e implantação de meia entrada para estudantes em ^{para atividades culturais} cinema, teatro; e outros;
 9. Museu Interativo da Ciência, e projetos integrados nos bairros com UFSC, a Escola Técnica; ^{parceria} UDESC
 10. Promoção de oficinas de arte nas comunidades locais.
 11. Estimulo à criação de arte e cultura da comunidade;
 12. Diagnóstico de áreas e prédios públicos e particulares que são sub-utilizados, como possíveis espaços de lazer e cultura.
 13. Criação de alternativas de comunicação com as comunidades além das órgãos de imprensa, jornais, boletins, comunitários, murais comunitários, programas de rádio e TV comunitários.
-
- 1- Ocupação "sinalizada", criando símbolos (marcas) da ocupação de espaços públicos e que sejam reconhecidos;
 - 2- Divulgação das atividades, fortalecendo a legitimidade aos espaços culturais;
 - 3- Mapear estes espaços;
 - 4- Proposta: "vamos conhecer as trilhas, escrever sobre elas e mapeá-las."
 - 5- Resgate da história original do "Boi-de-Mamão", dando ênfase à relação entre esta manifestação e o "Boi Bumba";
 - 6- Valorização das histórias de vida (depoimentos) e participação dos idosos;
 - 7- Criação de espaços alternativos de informação e comunicação;
 - 8- Fortalecimento de redes de comunicação entre nós;
 - 9- Tema para discussão: "O que é gestão democrática da cultura?";

→ Agenda cultural → quinzenal ou mensal

10- Formular junto aos órgãos governamentais debates sobre políticas públicas da cultura e lazer, garantindo o espaço e registro de nossa história;

11- Número e área destinados a praças públicas proporcionais ao número de habitantes;

12- Apoio e estímulo às escolas e comunidades, com a utilização dos espaços públicos.
Ex.: o CIC;

13- Preservação das trilhas naturais;

14- Maior número de bibliotecas;

15- Criação de grupos de trabalho

GRUPO 9: Como Fortalecer o Movimento Sócio-Comunitário da Grande Florianópolis

Foi discutida:

- Porque a falta de participação?
- Custos (como transporte, tempo), Desinformação, clientelismo, individualismo, autoritarismo;
- Postura centralizadora das lideranças
- Tradição de intendentes/imposições de poder;
- Especificidades/contradições - violência do tráfego,
- Tensões tipo "manezinho x estrangeiros";
- Estratificação econômica e social;
- Influência/subordinação aos interesses partidários
- Imediatismo diante dos problemas e reivindicações;
- Falta de habilidade da esquerda em fazer trabalho popular;
- Papel e metodologia do movimento muito problemáticos;
- Trabalhar a democracia e a representatividade;
- Problema da paralelismo/duplicidade de entidades;
- Falta de objetividade e compromisso público/comunitário das lideranças;
- Setor mais carente precisa participar mais;
- Discriminação dentro do movimento;
- Diversidade e respeito à cultura como resultado das diferentes realidades;

Propostas:

1. Elaborar texto, talvez estatuto, que ajude a viabilizar a democracia e a representatividade nas entidades;
2. Fazer levantamento das entidades comunitárias na Grande Florianópolis, para integrá-las às atividades, torná-las parte de um cenário transparente e facilitar sua autonomia;
3. Investir na formação de lideranças;
4. Ouvir as comunidades;
5. Fortalecer as comunidade para eles sejam protagonistas;
6. Criar lista de discussão (e-mails para a Redesol);
7. Realizar um Fórum: Universidades X Comunidades
8. Discutir e mudar a UFECO
9. Levar resultado para as comunidades e fazer trabalho "formiguinha";

10. Realizar nos bairros fóruns semelhantes reunindo diversas organizações diagnosticando e formulando soluções;
11. Comunicação: conhecer, contribuir e fortalecer o Jornal Cidadania (APUFSC) e outras jornais e rádios comunitários;
12. Fortalecer a V.P. da FAMESC como Coletivo e organizador do movimento na região;
13. Dar continuidade as ações desse Fórum

Grupo 10: A Comissão de Garantia e Regulamentação do Estatuto da Cidade

A Comissão de Garantia e Regulamentação do Estatuto da Cidade, composta por Denise, Tarsilla Mello Cardoso, Vanisa Pilla Wildhozer, Lazaro Bregue Daniel, Marcos Antonio da Rocha, Edson Wolff, Maira Elisabete dos Santos e Osvaldo Agripino de Castro Jr, criada no I Fórum da Cidade, propõe que

1 – Em todo projeto de legislação municipal que venha a regulamentar o Estatuto da Cidade – Lei Federal n. 10.257 – encaminhado por Vereador ou pela Prefeitura de Florianópolis, deverá ser assegurada a participação popular do I Fórum da Cidade e de outros movimentos sociais da cidade, tal como dispõe o Estatuto da Cidade, sob pena de arguição de nulidade da lei, por sua ilegalidade, no Poder Judiciário.

2 – Deve ser criada uma Comissão de Sistematização que conduzirá as discussões e o encaminhamento da proposta de regulamentação do Estatuto da Cidade à Câmara de Vereadores e Prefeitura, sendo a primeira reunião no dia 16-10-01, às 09 horas, no CECCA, na Rua Visconde de Ouro Preto, 457, Centro, tel. 2240576, próximo aos Bombeiros. A 2ª reunião será no dia 30-10-. Pede-se para pesquisarem um local para as demais reuniões. Os membros dessa comissão são voluntários da comissão de sistematização.

3 – Fica aberta a participação de qualquer interessado das demais comissões do Fórum bem como de outras entidades, nas reuniões da Comissão de Sistematização para regulamentação do Estatuto da Cidade no município de Florianópolis, especialmente das matérias dos arts. 5º, 25, parág.1º, 32, 35 e 36, da mencionada lei. Obs.: Solicita-se que os participantes das reuniões da Comissão tragam sugestões em função da suas experiências e façam pesquisas na internet, em outros municípios, em livros de Direito Urbanístico e Municipal, bem como leis já existentes que tratam do tema.

4 – O Fórum deve reivindicar da Câmara de Vereadores a criação de uma Comissão Especial de Regulamentação do Estatuto da Cidade, que venha a atuar em parceria com o Prefeitura e o Fórum, bem como outros movimentos sociais, inclusive para discussão e criação de mecanismos de participação popular que visem à consolidação da cidadania e a democratização do processo legislativo da cidade, com aplicação do princípio constitucional da participação popular, para criarmos a cidade que queremos.

5 - Serão feitas 6 reuniões em 90 dias, sendo duas reuniões por mês, e o resultado das discussões das reuniões da Comissão de Sistematização deverá ser debatido e aprovado na assembléia do Fórum da Cidade.

ANEXO 3 – DOCUMENTO FINAL DO I FÓRUM DA CIDADE

I FÓRUM DA CIDADE

Documento Final

Outubro de 2001

SUMÁRIO

I.	Introdução.....	pag 03
II.	A Metodologia do 1º Evento do Fórum da Cidade...	pag 04
	1. A organização dos trabalhos	
	2. Os procedimentos e proposições dos debates	
III.	Dossiê dos debates	pag 05
	(Considerações gerais e Diretrizes de ações para agendas de luta a curto, médio e longo prazo).	
	1. Moradia: regularização de áreas ocupadas, de áreas de risco. ..	pag 05
	e de ocupação irregular	
	2. Cultura e Lazer.....	pag 07
	3. Movimento Sócio-Comunitário.....	pag 08
	4. O direito de participação e a regulamentação do Estatuto da Cidade.....	pag 09
IV.	Organização do Fórum da Cidade/ Florianópolis.....	pag 10
	1. Princípios da Participação	pag 10
	2. Objetivos do Fórum da Cidade	pag 11
	3. Estrutura e Composição do Fórum da Cidade.....	pag 11
V.	Agenda de lutas	pag 12

I. INTRODUÇÃO

A origem do I Fórum da Cidade decorreu de proposição de uma liderança do movimento sócio-popular comunitária, no Encontro Experiências em Cena, realizado em 02 de junho de 2001, pelo NESSOP-Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular do Depto de Serviço Social da Universidade federal de Sta. Catarina.

Neste evento intitulado "*A cidade que queremos: um olhar dos sujeitos das organizações sócio-comunitárias de Florianópolis*", as lideranças e associações comunitárias realizaram uma discussão intercomunitária sobre seus projetos e planos urbanos comunitários no contexto da cidade. O debate mobilizou estes representantes populares para a criação de um espaço onde pudessem articular suas demandas e questões urbanas locais com as do planejamento urbano da cidade de Florianópolis. O documento final deste encontro propôs a criação de um fórum para que o diálogo entre as comunidades legitimasse e fortalecesse as diferentes vozes locais da cidade para uma intervenção no processo de planejamento urbano.

No mesmo encontro criou-se um grupo de trabalho composto de diversas entidades comunitárias¹, do NESSOP e de outros p/professores da Universidade Federal de Sta. Catarina que passou a organizar um novo encontro na perspectiva de estimular o envolvimento da cidadania com as questões sócio-ambientais e urbanas na grande Florianópolis.

A proposta da comissão resultou na realização do "I Fórum da Cidade: um olhar do movimento sócio-comunitário", tendo como referência a recente elaboração do Decreto Lei 10.257 de julho de 2001 que institue o Estatuto da Cidade. O objetivo era realizar um encontro de abrangência municipal, para discutir a sustentabilidade social, econômica e ambiental (ecológica) da cidade, com destaque para a compreensão e formulação de uma política urbana metropolitana, com participação e gestão descentralizada e democrática; e ainda, conhecer o Estatuto da Cidade, discutindo seu mérito enquanto instrumento do movimento social popular comunitário; potencializar a participação popular nos municípios da Grande Florianópolis à luz do Estatuto da Cidade; fortalecer o direito de participação

¹ Comissão organizadora:

Associação Comunitária de Loteamento João G. da Costa Saco Grande., Assoc. de Moradores do Campeche, Associação de Moradores de Amigos de Itacorubi, Assoc. de Moradores do Morro da Penitenciária, Assoc. de Moradores do Pântano do Sul, Conselho Comunitário da Barra do Sambaqui, Conselho Comunitário da Tapera, Conselho Comunitário das Comunidades do Balneário de Ingleses, federação das Associações dos Moradores SC, Fórum do Maciço Central do Morro da Cruz, Fundação Lagoa, Movimento Ilhativa - Ingleses, Rede Sol, Movimento Campeche Qualidade de Vida, Instituto Ambiente Sul.

popular de forma decisiva, no planejamento da cidade que queremos; construir, discutir e aprovar uma agenda de lutas, de modo a unificar os movimentos da Grande Florianópolis; construir uma rede organizacional e metropolitana dos movimentos sociais e comunitários.

Nos dias 5 e 6 de Outubro de 2001 no ginázio da Escola Técnica Federal de Santa Catarina, nos períodos da manhã e da tarde, realizou-se o encontro dos movimentos sócio-comunitários que criou o I Fórum da Cidade, com a participação de 81 entidades comunitárias e a presença de 220 pessoas incluindo professores (as) alunos (as) das Universidades da área metropolitana de Florianopolitana.

A abertura do evento no dia 5 teve como palestrante sobre "O estatuto da Cidade" o deputado Federal pelo Rio Grande do Sul, Clóvis Ilgenfritz. No dia 6 o debate se realizou com o Vereador de São Paulo, Nabil Bonduk, representante do Conselho Metropolitano da Grande Florianópolis, o CECCA - Centro de Estudos de Cultura e Cidadania, Sindicato da Indústria da Construção Civil de SC, Instituto dos Arquitetos e Movimentos Socio-Comunitários, seguindo-se de reunião dos presentes em 8 grupos de trabalho.

O resultado dos trabalhos foi apresentado na plenária final da tarde do dia 6, transferindo-se para o dia 27 de outubro, no mesmo local, a plenária de discussão dos grupos e a aprovação das proposições.

II. A METODOLOGIA DO 1º EVENTO DO FÓRUM DA CIDADE

1. A organização dos trabalhos

Dias 5, 6 de Outubro :

Foram realizadas palestras, debates e trabalhos em pequenos grupos por temas e plenárias para elaboração de pautas de lutas e encaminhamentos. Os grupos foram os seguintes:

- ♦ Como fortalecer o movimento sócio-comunitário da Grande Florianópolis;
- ♦ Comissão de garantia e regulamentação do Estatuto da Cidade
- ♦ Direito de participação: os instrumentos do Estatuto/ audiências públicas, estudos de impacto ambiental, estudos de impacto de vizinhança;
- ♦ Projetos e plano urbanos;
- ♦ Moradia, regularização e urbanização;
- ♦ Ocupação das encostas;
- ♦ Cultura e lazer: espaços e equipamentos públicos
- ♦ Transportes
- ♦ Saneamento básico e recursos hídricos

Dia 27 de Outubro:

Realizadas reuniões em pequenos grupos para ratificação das proposições e elaboração de pautas de lutas e encaminhamentos para instauração do Fórum da Cidade.

2. Os procedimentos e proposições dos debates

As discussões em grupo apresentadas na plenária final do I Fórum da Cidade tiveram o caráter de

- Diagnosticar / identificar problemas e situações das comunidades;
- esclarecimento de aspectos temáticos do Estatuto, principalmente no que dizem respeito ao controle popular sobre as decisões, e disposições pontuais do EC)
- iniciar proposições para encaminhamentos internos da pauta do Fórum, em termos de medidas jurídicas e também mais gerais, de sua atuação junto ao poder público no âmbito municipal.

As conclusões dos grupos de trabalho deram origem a um documento final provisório que foi apresentado, debatido e referendado na Plenária de Construção da Agenda de Lutas, realizada no dia 27 de outubro, e ainda acrescido de uma pauta de proposições, consolidada e aprovada na plenária final deste encontro de lideranças do movimento sócio-popular comunitário.

No presente documento, ressaltamos considerações conceituais, diretrizes de ação referentes às temáticas discutidas, subsídios para a organização do Fórum da Cidade de Florianópolis e indicações de Agenda de Lutas a curto, médio e longo prazo.

III. O DOSSIÊ DOS DEBATES

1. MORADIA. Regularização de áreas ocupadas, de áreas de risco e de ocupação irregular.

1.1) Considerações gerais

- Para implementarem-se todos os dispositivos relacionados à regularização fundiária e programas de urbanização e melhoria de habitações localizadas em áreas irregulares, é necessário que se entenda que a problemática urbana e habitacional é parte de um processo de reprodução da desigualdade econômica e social, resultado de uma política econômica e social injusta.
- Toda política urbana e habitacional deve apoiar-se em um processo de desenvolvimento econômico, social e cultural sustentável que ataque às raízes da desigualdade, e incorporar uma profunda reforma agrária e agrícola, em uma política efetiva de geração de renda e emprego. Portanto, a implementação do Estatuto da Cidade não é uma medida isolada, mas articulada com outras políticas públicas, conforme estabelecem as diretrizes gerais do Estatuto da Cidade e, em particular, o inciso X do art. dois do Estatuto da Cidade que refere à adequação da "... política econômica, tributária e

financeira e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano e implementação de programas habitacionais da política de geração de renda e emprego ...". Sendo assim, a luta pela implementação do Estatuto da Cidade insere-se na luta por uma efetiva reforma urbana articulada com um processo de distribuição não dos recursos e melhorias urbanas, mas fundamentalmente de renda, que integra a reforma agrícola e agrária e a geração de emprego e renda.

- O conceito de moradia é parte do entendimento amplo da habitação que implica a realização das condições de vida particularmente na cidade quanto ao direito ao acesso aos serviços, ao saneamento, às condições físico-sociais da habitabilidade entendida como casa e como sua inserção urbana na cidade.
- Toda ação que venha a garantir os direitos à habitação deve partir simultaneamente da garantia da regularização fundiária como base para a melhoria habitacional, e da garantia do processo de urbanização (construção, melhoria e urbanização habitacional).
- O Estatuto da Cidade finalmente veio a reconhecer e regulamentar os direitos legítimos dos assentamentos das famílias de baixos recursos em áreas irregulares, dando corpo jurídico à legitimidade social desta "cidade ilegal" que se construiu ao longo dos anos, como solução à não-solução por parte principalmente do Estado da grave e histórica problemática habitacional e urbana das populações pobres e excluídas.

1.2) Diretrizes de ação

- Assegurar a participação popular nos projetos e planos urbanos;
- Criar ou aprimorar a rede de associações de moradores, oferecendo a todas as comunidades os elementos técnicos necessários para os estudos e conseqüentes propostas urbanísticas de cada região da cidade.
- Trabalhar pela concretização de um Plano Diretor que respeite o direito dos moradores, conforme o mecanismo de proteção e melhoria habitacional, advindos deste novo Estatuto.
- Formular e acompanhar propostas populares do Plano Diretor da cidade que queremos
- Realização de estudos locais para apresentação de propostas gerais que aglutinem as demandas habitacionais e urbanísticas de cada comunidade.
- Ingressar com medidas administrativas ou judiciais para, em primeiro momento, regularizar todos os casos de moradias que preencham os requisitos do Estatuto da Cidade (mínimo cinco anos de posse) e assegurem a segurança daquelas famílias situadas em áreas de risco.
- Implementar ações judiciais relacionadas ao processo de regularização como a adoção do usucapião em áreas privadas (art. 9 ao 14) e concessão especial de uso em terras públicas (Medida Provisória 2220/2001);
- Para implementar essas ações é necessário que a Prefeitura realize, em tempo determinado e discutido em acordo com as comunidades e sociedade em geral, um levantamento cadastral e geo-processado de:

- Áreas onde existam moradias com ameaça concreta e imediata de demolição ou banimento;
- Áreas de risco;
- Áreas de proteção ambiental ocupadas;
- Áreas públicas e privadas com ocupação irregular e sujeitas a usucapião e concessão especial de uso.

- Os moradores diretamente implicados devem exigir acompanhamento, fiscalização os levantamentos dos órgãos públicos municipais e estaduais, garantindo-se o direito das comunidades ter acesso às informações obtidas e/ou a assessorias técnicas gratuitas, para contrapor aos estudos técnicos oficiais. .
- As associações e conselhos comunitários e suas lideranças devem fazer discussões e proposições de encaminhamentos das questões fundiárias em assembléias das entidades comunitárias, e, após, em Assembléia Geral do Fórum da Cidade, submetendo à análise jurídica, o processo de regulamentação fundiária de todas as reivindicações a respeito deste assunto em todos os níveis e, a seguir, encaminhar o documento final à Câmara Municipal.
- Fazer recomendação à Câmara para efetuar o referendo popular para projetos e planos urbanos;

Em relação à ocupação das encostas:

- Dar encaminhamento a um plano diretor adequado à realidade das encostas e das comunidades;
- No caso do Maciço Central do Morro da Cruz, entender a dinâmica social dos morros e seu histórico, fazendo diagnóstico sócio-ambiental. Para o que, é necessário:
 - a) Fazer levantamentos adaptados à cultura e realidade de cada local;
 - b) Fortalecer o Fórum Permanente do Maciço central do Morro da Cruz e a participação das pessoas no processo.

Considerando a relação entre urbanização e a natureza e que todo e qualquer nível de planejamento necessita envolver e levar em conta a relação entre sociedade e planejamento propõe-se: unidades espaciais de planejamento, que reflitam realidades sócio-ambientais através de "bacias urbanas" sustentáveis; gestão democrática em processos participativos através dos comitês de "bacias urbanas"; integrar uma ou mais comunidades para ações comuns a partir de um elemento identificador; programas de educação ambiental "autênticos" que passem pelos níveis de percepção, conhecimento e/ou reconhecimento com autonomia comunitária; institucionalização do Dia do Planejamento sócio-ambiental comunitário.

2. CULTURA E LAZER

A Cidade de Florianópolis apresenta ausência de espaços públicos de lazer e cultura, de registro de história e cultura, de estímulo e reconhecimento à arte e cultura de cada região e inexistência de gestão democrática de cultura e lazer, no uso dos espaços públicos como o CIC (Centro Integrado de Cultura) e, de discussão das prioridades de cultura e lazer com as comunidades.

2.1) Diretrizes de ação:

- Participação das Associações Comunitárias na elaboração das Políticas e Planos da Prefeitura sobre cultura e lazer;
- Formulação junto aos órgãos governamentais de debates sobre políticas públicas de cultura e lazer garantindo o espaço e registro de nossa história. Debater sobre a Gestão democrática da Cultura.
- Estímulo e criação de arte e cultura da comunidade; promoção de oficinas de arte nas comunidades locais; bibliotecas livres; museus regionais para registro de memórias para valorizar a história dos bairros; museu interativo da ciência e projetos integrados nos bairros, com a UFSC e a Escola Técnica Federal; cinemas e espaços para apresentações, oportunizando-se o acesso de jovens (meia entrada); apoio às escolas e comunidades em direção de atividades culturais. Valorização das histórias de vida (depoimentos) com participação de idosos, e resgate da história original do boi de mamão (e sua relação com o boi bumbá);
- Criação de áreas destinadas à praças públicas: número de áreas destinadas praças públicas proporcionais ao número de habitantes; de espaços públicos para lazer; calçadas; ciclovias; identificação, mapeamento, inscrição e preservação de trilhas naturais;
- Mapeamento de áreas livres para cultura e lazer e diagnóstico de áreas e prédios públicos e particulares, que são subtilizados, com possíveis espaços de lazer e cultura;
- Fortalecer a legitimidade dos espaços culturais públicos sinalizando (criando símbolos) a ocupação desses espaços e divulgando suas atividades;
- Estabelecer redes de criação de espaços alternativos de comunicação com comunidades, com utilização de órgãos de imprensa, jornais, boletins, murais comunitários, programas de rádio e TVs Comunitárias.

3. O MOVIMENTO SÓCIO-COMUNITÁRIO

3.1) Considerações gerais

O movimento sócio-comunitário da Grande Florianópolis levanta as seguintes questões: Falta de participação; clientelismo, individualismo, autoritarismo; custo do transporte; postura centralizadora das lideranças; tradições de intendentes/ imposição do poder local; Estratificação econômica e social; necessidade de participação do setor mais carente; tensões do tipo "manezinhos X estrangeiros"; influência/subordinação aos interesses partidários; falta de habilidade da esquerda em fazer trabalho popular; falta de objetividade e compromisso público/ comunitário das lideranças; imediatismo diante dos problemas e reivindicações. Diversidade e respeito à cultura como resultado das diferentes

realidades; problemas de paralelismo/duplicidade de entidades; trabalhar a democracia representativa; papel e metodologia do movimento problemáticos.

3.2) Diretrizes de ação

- Ampliar a rede de movimentos sócio-comunitários;
- Viabilizar a democracia e a representatividade das entidades, através da elaboração de textos, talvez estatutos;
- Fortalecer as comunidades para que sejam protagonistas;
- Realizar fóruns regionais nos bairros para diagnosticar e formular soluções e agendas de lutas;
- Instrumentalizar o movimento sócio-popular comunitário através de : levantamento das entidades da Grande Florianópolis para integrá-las às atividades, torná-las parte de um cenário transparente e facilitar sua autonomia; formação de lideranças; levantamento das necessidades locais adaptadas à realidade e à cultura de cada local;
- Discutir e mudar a União Florianopolitana de Entidades Comunitárias - UFECO e fortalecer a Vice Regional da Federação de Associações de Moradores de SC - FAMESC como coletivo e organização do movimento comunitários da região;
- Realizar um fórum- Universidade e Comunidade e dar continuidade das ações do I Fórum da Cidade.

4. O DIREITO DE PARTICIPAÇÃO E A REGULAMENTAÇÃO DO ESTATUTO DA CIDADE

4.1) Considerações Gerais

O Fórum deve criar mecanismos de legitimidade ativa para que os movimentos populares, comunitários e sociais possam Ter suas decisões cumpridas frente aos dispositivos do Estatuto da Cidade e normas municipais, que regulam especialmente o art. 36 ;

4.2) Diretrizes de Ação

- Em todo o projeto de legislação municipal que venha regulamentar o estatuto da Cidade - Lei federal, n. 10.257, encaminhado por Vereador ou pela Prefeitura de Florianópolis, deverá ser assegurada a participação popular do I Fórum da Cidade e de outros movimentos sociais da cidade, tal como dispõe o Estatuto da Cidade, sob pena de arguição de nulidade da lei, por sua ilegalidade, no Poder Judiciário.

– Elaboração de um documento com as referências de leis municipais (dividias em 3 ou 4 grupos para estudos).

- Deve ser criada uma Comissão de Sistematização que conduzirá as discussões e o encaminhamento da proposta de regulamentação do Estatuto da Cidade à Câmara de

Vereadores e Prefeitura. O documento final da Comissão de sistematização deverá ser debatido e aprovado em Assembléia do Fórum da Cidade;

- O Fórum deve reivindicar da Câmara de Vereadores a criação de uma Comissão Especial de Regulamentação do Estatuto da Cidade, que venha a atuar em parceria com o Prefeitura e o Fórum, bem como outros movimentos sociais, inclusive para discussão e criação de mecanismos de participação popular que visem à consolidação da cidadania e a democratização do processo legislativo da cidade, com aplicação do princípio constitucional da participação popular, para criarmos a cidade que queremos.
- Fica aberta a participação de qualquer interessado das demais comissões do Fórum bem como de outras entidades, nas reuniões da Comissão de Sistematização para regulamentação do Estatuto da Cidade no município de Florianópolis, especialmente das matérias dos art. 5º, 25, parág.1º, 32, 35 e 36, da mencionada lei. Obs.: Solicita-se que os participantes das reuniões da Comissão tragam sugestões em função da suas experiências e façam pesquisas na internet, em outros municípios, em livros de Direito Urbanístico e Municipal, bem como leis já existentes que tratam do tema.
- A participação popular deve estar melhor qualificada e instrumentalizada. Para isso deve haver um trabalho disciplinado com o enfoque nas Plenárias Regionais Temáticas. Propõe-se um estudo jurídico que viabilize um projeto de lei de iniciativa popular como substitutivo global da Lei Complementar Municipal 28/98 ;
- Popularizar o Estatuto da Cidade: formar grupo de trabalho que viabilize uma pedagogia de entendimento para todos, através de cartilha, vídeo, cartazes, etc. Preparar pessoas da comunidade através de um processo pedagógico-participativo de conhecimento e aprofundamento do E.C. , para que a população se aproprie e forme multiplicadores deste conhecimento.
- Realizar seminários regionais nos bairros, levando à discussão o Estatuto da Cidade e as Agendas de Lutas;
- Criar um grupo para estudos sobre a aplicação do E.C., nas áreas com problemas : - dunas, encostas...
- Fica aberta a participação de qualquer interessado das demais comissões do Fórum bem como de outras entidades, nas reuniões da Comissão de Sistematização para regulamentação do Estatuto da Cidade no município de Florianópolis, especialmente das matérias dos art. 5º, 25, parág.1º, 32, 35 e 36, da mencionada lei.
- Sistematização das propostas do Fórum da Cidade, na relação jurídica. O Estatuto da Cidade remete à uma legislação municipal; elaborar um documento sobre o E.C. para discuti-lo com as comunidades. É preciso reunir as comunidades para que façam suas propostas dentro da legalidade; cada comunidade é que conhece bem os seus problemas.
- O art. 49 do Estatuto da Cidade diz que os estatutos municipais têm o prazo de 90 dias para vigorar a partir da data da publicação desta lei; depois mais 90 dias para fixar prazos por lei. Caso isto não aconteça, a Prefeitura após 60 dias pode, por decreto, regulamentar o E.C. Diante disto, propõe-se que antes de 12 de dezembro se faça um Ato Público, na

Câmara de Vereadores, para entrega da pauta consolidada no plenário do Fórum ao presidente da Câmara, com a presença da imprensa.

- Propõe-se a criação de uma comissão de arquitetos e engenheiros para elaborar requisitos que deverão permear todas as questões referentes à impactos de vizinhança no município.

IV . A ORGANIZAÇÃO DO FÓRUM DA CIDADE

1. Princípios da Participação

- Fórum da Cidade deve articular e mobilizar os movimentos sócio-comunitários na direção de sua proposta – *a cidade que queremos*;
- Não deve perder de vista sua natureza ética – os seus vínculos com os movimentos sócio-popular comunitário;
- A participação dos sujeitos coletivos deste movimento é que dará qualificação ao Fórum da Cidade;
- Pedagogicamente é imperativo criar e realimentar vínculos aproximativos entre estes sujeitos coletivos, enquanto protagonistas do Fórum da Cidade, e destes com os movimentos sócio-popular comunitários;
- A Construção do Fórum da Cidade deve se fazer na direção de um procedimento, também, pedagógico e participativo; sua estrutura não deve ser rígida, formal, ainda que deliberativa; mais importante é tecer um processo participativo, um movimento que irá desenhando sua organização e suas ações;
- A estrutura do Fórum da Cidade deverá ser orgânica, constituindo-se em um espaço de participação e procedimentos democráticos; sua composição deverá ser dinâmica, sem os vícios de uma representatividade estabelecida;
- O Fórum da Cidade deve resguardar sua independência nas ações e autonomia política em relação ao Estado e partidos políticos.

2. Os Objetivos do Fórum

- O Fórum pretende alimentar e manter um debate permanente sobre a cidade que queremos;
- Assegurar o direito de participação popular nas decisões da Cidade, com a consolidação da cidadania e o aperfeiçoamento sócio-político desta instância de participação;
- Instrumentalizar jurídica e pedagogicamente o direito da participação popular, nas decisões da cidade e a democratização do processo legislativo da cidade;
- Articular e dar encaminhamentos às agendas de lutas, (na relação com a cidade que queremos), aos órgãos públicos, legislativo, executivo e judiciário.

- As agendas de lutas, devem ter suas raízes nas comunidades, sustentadas por seus diagnósticos (perfil sócio-econômico e pelos dispositivos legais do Estatuto da cidade e outros. Poderão ser debatidas em Plenários Comunitários sobre temáticas específicas (Xe- questão fundiária) e encaminhamentos; sistematizadas, com definição de prioridades em plenárias do Fórum da Cidade e encaminhadas aos órgãos públicos, executivo, legislativo e judiciário.

3. A estrutura e composição do Fórum

Para realizar uma gestão democrática, articular a cidade num processo participativo, viabilizar um caminho e proposições para a estruturação do Fórum da Cidade surgiram as seguintes diretrizes:

- Plenária da entidades comunitárias, com a representação das comunidades;
- Criar um *Núcleo Executivo Provisório* a ser formado a partir da comissão organizadora do I Fórum da Cidade que se constituirá na comissão executiva provisória de articulação e mobilização este Núcleo deverá ampliar-se e descentralizar-se em comissões e grupos de trabalho.
- O Núcleo terá as atribuições de articular e ampliar a rede de movimentos sócio-comunitários na relação com o Fórum da Cidade, suas plenárias, comissões e grupos de trabalho. Deverá mobilizar e articular as comunidades em *Seminários ou fóruns regionais* para estudo do Estatuto para criar suas Agendas de Lutas a curto, médio e longo prazo) e encaminha-las ou apoiar politicamente seus encaminhamentos aos órgãos públicos;
- Deverá, também, apoiar a criação de Fóruns Municipais, na região Metropolitana da Grande Florianópolis – S.José. Biguaçu e Palhoça e do Fórum Metropolitano para assuntos comuns dos Fóruns Municipais; e a criação do fórum: *Universidade e Comunidade*, através da criação da rede das universidades da grande Florianópolis-UFSC, UDESC, UNISUL, UNIVALI e outras, com objetivos de criar assessorias aos Fóruns Municipais e Metropolitano.
- Comissões/ grupos de Trabalho do Núcleo Executivo:
 - Comissão Jurídica – assessoria jurídica às ações globais do Fórum e às comunidades em suas agendas de lutas; com capacidade de implementar as ações jurídicas na justiça e viabilizar os respectivos acompanhamentos;
 - Comissão de comunicação - estabelecer um esquema de comunicação efetiva entre todas as entidades comunitárias; ampliar a lista de discussão virtual; estabelecer e alimentar o portal do Fórum da Cidade e o Banco de Dados;
 - Comissão de Educação, Saúde e Direito;

- Comissão de Cultura;
- Comissão de Infra-estrutura.
- *Comissão de estudos sobre os dispositivos do Estatuto da Cidade para instrumentalizar, na qualidade de Fórum da Cidade a regulamentação do estatuto da Cidade no âmbito municipal.*
- *Grupos de Trabalho sobre transporte e Saneamento Básico*

V. AGENDA DE LUTAS

UMA APROXIMAÇÃO A CURTO E MÉDIO PRAZO

Para a organização e funcionalidade do Fórum da Cidade de Florianópolis é preciso sistematizar uma Agenda de Lutas a médio e longo prazo de acordo com as suas diretrizes. Para tanto foi proposto:

- Formação de comissão para estudos sobre a regulamentação do EC tomando como orientação as suas disposições que asseguram a todo projeto de legislação municipal que venha a regulamentar o Estatuto da Cidade – Lei Federal n. 10.257 – encaminhado por Vereador ou pela Prefeitura de Florianópolis, a garantia da participação popular do I Fórum da Cidade e de outros movimentos sociais da cidade, sob pena de arguição de nulidade da lei, por sua ilegalidade, no Poder Judiciário.
- Reivindicar junto a Câmara de Vereadores a criação de uma Comissão Especial de Regulamentação do Estatuto da Cidade, que atue em parceria com a Prefeitura, Fórum, e movimentos sociais, para discussão e criação de mecanismos de participação popular que visem a consolidação da cidadania e a democratização do processo legislativo da cidade, com aplicação do princípio constitucional da participação popular, para criarmos a cidade que queremos. O art. 49 do Estatuto da Cidade dá um prazo de 90 dias para vigorar a partir da data da publicação desta lei; depois, mais 90 dias para fixar prazos por lei. Caso isso não aconteça a Prefeitura, após 60 dias, pode, por decreto, regulamentar o Estatuto da Cidade.
- Realização de um Ato Público na Câmara de Vereadores, antes de 12 de dezembro do corrente ano, para entrega da pauta do Fórum ao presidente.
- Criar grupo de trabalho com engenheiros e arquitetos para estudos referentes ao dispositivo do Impacto de Vizinhança para subsidiar a regulamentação do Estatuto da Cidade;
- Para implementar ações judiciais relacionadas ao processo de regularização como a adoção do usucapião em áreas privadas (art. nove ao quatorze) e concessão especial de uso em terras públicas (Medida Provisória 2220/2001) são necessárias as seguintes medidas;

- Exigir da Prefeitura levantamento cadastral e geo-processado das áreas que se enquadrem na condição de ameaça concreta e imediata de demolição ou banimento, áreas de risco; áreas de proteção ambiental ocupadas; áreas públicas e privadas com ocupação irregular e sujeitas a usucapião e concessão especial de uso.
- Mobilizar os moradores para realização de estudos locais e levantamento cadastral para subsídio das propostas gerais da comunidade;
- Medidas administrativas ou judiciais que assegurem a segurança daquelas famílias situadas em áreas de risco;
- Realização de assembléias comunitárias para as questões específicas (usucapião, regularização de áreas ocupadas...).
- Realização de Estudos sobre o Estatuto da Cidade junto mobilizando as comunidades locais através de capacitação de lideranças comunitárias, para instrumentalizar a população como multiplicadora dos seus princípios e garantia de seus direitos;
- Realizar Fóruns e ou Seminários regionais para discutir com as comunidades "A cidade que queremos à luz do E.C. e as agendas de lutas para serem encaminhadas ao poder público. A metodologia indicada para estes seminários tem como orientação o processo participativo desde a sua concepção ao seu desenvolvimento.
- Realizar evento no dia 23 de março de 2002, com enfoque na qualidade de vida em Florianópolis, priorizando a questão fundiária;
- Institucionalização do Dia do Planejamento sócio-ambiental-comunitário;

1. Propostas de Organização

- Criar ou aprimorar a rede de associações comunitárias;
- Fortalecer o movimento sócio-comunitário qualificando sua autonomia, sua representatividade e procedimentos democráticos participativos;
- Criar mecanismos de participação popular: levantamentos e cadastramento das entidades sócio-comunitárias; criação e fortalecimento de rede de associações comunitárias.
- Criar o Fórum da Cidade de Florianópolis e realizar Fóruns Regionais (no município) para estudos, diagnósticos e proposições sobre o bairro/cidade que queremos;
- Criar Fóruns nos municípios da Grande Florianópolis e Fóruns Metropolitanos para assuntos comuns dos fóruns da cidade;
- Criar o Fórum Universidade / Comunidades.
- Realizar o II Fórum da Cidade

ANEXO 4 – CARTA À CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS

Florianópolis, Santa Catarina, 12 de dezembro de 2001

À CÂMARA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
N/C

Prezado Vereador,

Nos dias 5 e 6 de outubro último, cerca de trezentos moradores de Florianópolis, representando oitenta e um grupos comunitários, reuniram-se na Escola Técnica Federal/SC para criar o **Fórum da Cidade** com objetivo de analisar o novo Estatuto da Cidade – **Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001**, e as implicações dessa lei no âmbito do município, à luz das demandas, experiências de luta e, principalmente, visão de cidade que almejam para o presente e futuro. No encontro, os grupos reconheceram que há muitos problemas urbanos, sociais e ambientais em comum nos diversos bairros da nossa cidade, e que o Estatuto da Cidade oferece novos instrumentos para a participação dos moradores no planejamento e desenvolvimento do município de Florianópolis. Reconheceram e defendem também os princípios gerais que fundamentam essa lei que é a garantia de “...normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos. Bem como do equilíbrio ambiental” (**art. 1º das Diretrizes Gerais, Capítulo I**).

Deixamos claro que o advento do Estatuto da Cidade em Florianópolis, e também para sua região metropolitana, vem a reforçar e dar legitimidade legal às lutas e demandas que diversos movimentos comunitários vem implementando desde finais dos anos 80. Este diploma legal inaugura anos de tramitação no Congresso Nacional, do movimento social e popular pela reforma urbana e pela moradia que cresceram na fase preparatória e durante a constituinte de 1988, onde se conseguiu aprovar os **artigos 182 e 183**, os quais foram e são base de princípios e diretrizes para a regulamentação do Estatuto da Cidade. A Câmara Municipal e o Executivo de Florianópolis, além de fazer cumprir o que prescreve este dispositivo, devem responder legal e democraticamente com esta nova cultura de direitos a uma cidade sustentável, “...entendido como direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações” (**inciso I, art. 1º, Capítulo I dessa lei**).

Nesse sentido, especificamente no **inciso II do art. 2**, a lei garante “*a gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;*”

Por isto, e com base em outros artigos da lei, entendemos que, a partir da vigência do Estatuto da Cidade, a população tem um instrumento importante para evitar o crescimento desordenado da cidade, a especulação imobiliária e o dano ambiental. Mas, para que isso ocorra, a sociedade civil organizada de Florianópolis deve ser muito mais ativa na aprovação de novos zoneamentos ou empreendimentos em nossos bairros, e que, em conjunto, a Câmara Municipal de Florianópolis e os grupos comunitários deverão elaborar leis municipais que regulamentem esta participação.

Como exemplo, podemos citar que a Câmara está considerando dezenas de propostas para mudança de zoneamento que podem ter grandes impactos no futuro de nossos bairros e da cidade como um todo. Todavia, infelizmente, muitas vezes essas propostas não foram divulgadas publicamente para o conhecimento e consideração dos moradores atingidos. Essa política precisa mudar, pois a participação é um direito constitucional, agora regulamentado pelo Estatuto da Cidade.

Para evitar essa prática, em seu **artigo 40**, a lei determina: “No processo de elaboração do plano diretor e na fiscalização de sua implementação, os poderes Legislativo e Executivo municipais garantirão: I - a promoção de audiências públicas e debates com a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade;”

Além disso, a nova legislação também dispõe que no processo de licenciamento de empreendimentos públicos ou privados por transporte público, impacto na ventilação e iluminação, e sobre a paisagem urbana que impliquem em adensamento populacional, valorização imobiliária, geração de tráfego e demanda ou o patrimônio natural e cultural, o município deve estabelecer critérios para a elaboração de estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV) para fornecer as licenças ou autorizações de construção, ampliação ou funcionamento.

Com base nos direitos estabelecidos por estas provisões da legislação, os grupos reunidos no Fórum da Cidade reivindicam que a Câmara trate com urgência a regulamentação do Estatuto da Cidade no âmbito municipal, para definir a operacionalidade das audiências públicas e dos Estudos de Impacto de Vizinhança, entre outras medidas previstas na **lei 10.257 de 10 de julho de 2001**. As autorizações de licença para localização já devem observar o disposto na Lei Federal, e devemos evitar que estabelecimentos comerciais perturbem a vida de moradores, tais como, por exemplo, o Habib's da Beira-Mar Norte, cuja fila de automóveis de clientes congestionava o tráfego na região.

Assim sendo, para incorporar efetivamente o espírito do Estatuto da Cidade no cotidiano do município de Florianópolis e para que a nossa cidade não morra no futuro, como muitas cidades no Brasil, o Fórum da cidade reivindica:

- 1) A criação pela Câmara Municipal de “**Comissão especial de Regulamentação do estatuto da Cidade**”, que venha a atuar em parceria com a prefeitura e o Fórum, bem como outros movimentos sociais, inclusive para discussão e criação de mecanismos de participação popular que visem à consolidação da cidadania e à democratização do processo legislativo da cidade, com aplicação do princípio constitucional da participação popular, para criarmos a cidade que queremos. Esta comissão deverá constituir-se por membros da Câmara de Vereadores, entidades e associações comunitárias, organizações não-governamentais, órgãos empresariais e universidade e outros setores sociais cuja participação seja necessária e discutida por todos.
- 2) Que em todo projeto de legislação municipal que venha a regulamentar o Estatuto da Cidade – Lei Federal n. 10.257 – encaminhado por Vereadores ou pela prefeitura de Florianópolis, seja assegurada a participação popular e de outros movimentos sociais da cidade, tal como dispõe o Estatuto da Cidade, sob pena de arguição de nulidade da lei, por sua ilegalidade, no Poder Judiciário, com base na Constituição Federal e no Estatuto.
- 3) A realização de audiências públicas, na Câmara municipal, toda vez que for proposta uma mudança de zoneamento, especialmente na região afetada.
- 4) Que a Câmara, em conjunto com a sociedade civil, elabore regulamentação específica que garanta a verdadeira participação popular nestas audiências antes de todas as alterações de zoneamento, mesmo antes da conclusão da regulamentação municipal. As atuais audiências públicas da Câmara Municipal devem ser repensadas à luz dos princípios da gestão democrática estabelecidos no Estatuto da Cidade, onde está prescrita a participação da população desde a concepção até o acompanhamento dos planos diretores e todo o processo de discussão em torno ao desenvolvimento urbano.
- 5) Que a Câmara Municipal, em conjunto com a população e associações representativas, estabeleça regulamentação sobre a elaboração de Estudos de Impactos de Vizinhança, e que essa regulamentação garanta todas considerações estabelecidas na **Lei 10.257 (art. 36, 37 e 38)**, bem como que os Estudos de Impacto de Vizinhança e Estudo Prévio de Impacto Ambiental (EIA), já devam ser exigidos antes da regulamentação municipal.

Ainda que a sociedade civil possa entrar em ação civil contra empreendimentos de comprovado efeito negativo ao meio ambiente e social e que não tenham EIV, é obrigação do Poder Público definir que empreendimentos devem estar sob a égide do EIV. Chamamos a atenção dessa Casa Legislativa que particularmente em Florianópolis, as comunidades organizadas têm se mobilizado contra empreendimentos que têm tido comprovado impacto de vizinhança e também ambiental. Devemos partir da avaliação destas experiências como âmbito de reflexão conjunta no momento em que se legisla o Estatuto da Cidade.

- 6) Que em referência ao direito de moradia e terra urbana, garantido pelo Estatuto, várias medidas precisam ser tomadas pelo município. Neste sentido, para que se possa implementar os processos de regularização fundiária necessários para a adoção do usucapião em áreas privadas (**art. 9 ao 14**) e concessão especial de uso em terras públicas (**Medida Provisória 2220/2001**), é necessário que a prefeitura realize, em tempo determinado, e que seja discutido, em acordo com as comunidades e a sociedade em geral, um levantamento cadastral e geo-processado.; de:

- ✓ Áreas onde existam moradias com ameaça concreta e imediata de demolição ou banimento;
- ✓ Áreas de risco;
- ✓ Áreas de proteção ambiental ocupadas;
- ✓ Áreas públicas e privadas com ocupação irregular e sujeitos a usucapião e concessão especial de uso;

No entanto, é necessário que fique claro que o Estatuto da Cidade garante o usucapião como instrumento de regularização fundiária, no âmbito da auto-aplicabilidade da lei. Trata-se, no entanto, de que a definição das áreas mencionadas não venham a servir de mecanismo de expulsão das comunidades carentes, ferindo-se o direito à terra urbana que é um dos princípios basilares do Estatuto. É importante lembrar que as ocupações são uma solução à não-solução basilares do Estatuto. É importante lembrar que as ocupações são uma solução à não-solução do problema urbano e habitacional que a cada ano se agrava em nosso país, onde o Estado tem se omitido de sua função de definir uma efetiva política urbana e habitacional e adotar uma postura pública de resolver definitivamente os problemas citados. Sem essa compreensão, leituras unilaterais e restritivas da lei podem tornar-se instrumentos ainda mais agravantes de segregação e exclusão sociais. A garantia à habitação e terra urbana são indissociáveis da sustentabilidade ambiental de nossas cidades. Deve-se também aplicar o princípio da equanimidade da aplicação da lei para a situação de ocupação irregular para todos os segmentos sociais, considerando que particularmente na ilha de Florianópolis quase toda sua ocupação fere terras da Marinha e da União. Temos assistido a processos de regularização fundiária que tem privilegiado setores sociais de alta renda, em detrimento de segmentos desfavorecidos da população.

Nossas solicitações partem do princípio de que a implementação do Estatuto da Cidade não é uma medida isolada, mas articulada com outras políticas públicas, conforme estabelecem as diretrizes gerais do estatuto da Cidade, em particular o seu inciso X do art. 2 que se refere à adequação da *"...política econômica tributária e financeira e dos gastos públicos aos objetivos do desenvolvimento urbano e implementação de programas habitacionais da política e da geração de renda e emprego..."*. O artigo 2 do Estatuto também determina que **todos** têm direito: "ao saneamento ambiental, à infra-estrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos".

- 7) Que ainda se regulamentem, em conjunto Executivo, Câmara Municipal e população organizada, os seguintes dispositivos:

- a) **artigo 5, Seção II**, onde se prescreve que no Plano Diretor, se deve *"...fixar as condições e os prazos para implementação da referida obrigação"*, no que diz respeito ao parcelamento, edificação ou a utilização compulsórios do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado;

- b) § 1º do art. 25, seção III, referente ao Direito à Preempção, em que estabelece que a *“Lei Municipal, baseada no Plano Diretor, delimitará as áreas em que incidirá o direito o direito de preempção e fixará prazo de vigência...”*. Cabe a definição conjunta do Poder Executivo, Câmara Municipal e população organizada a definição debatida destas áreas, cuja finalidade está prescrita no art. 26 e seu parágrafo único.
- c) Art. 28. Seção IX, que determina que o *“Plano Diretor poderá fixar áreas nas quais o direito de construir poderá ser exercido acima do coeficiente de aproveitamento básico adotado...”*. essas áreas não podem ser definidas somente pelos técnicos, como até hoje tem ocorrido, mas ser compartilhado este procedimento com o conjunto da sociedade.
- d) Art. 32, Seção X, onde prescreve que a *“Lei municipal específica, baseada no Plano Diretor, poderá delimitar área para aplicação de operações consorciadas”*. Para evitar-se que esta definição fique restrita somente ao Executivo Municipal, como tem acontecido na maioria das administrações municipais no país, deve-se contemplar, neste caso, o princípio também da gestão democrática, principalmente porque envolve geralmente empreendimentos de alto valor imobiliário e que devem ser vigiados pela sociedade, evitando-se a apropriação de resultados econômicos do processo de valorização imobiliária às custas dos investimentos públicos, ferindo-se o princípio basilar do Estatuto da cidade que é a garantia e preservação da natureza social da propriedade, conforme interesse cultural, histórico e social discutido e definido pelo conjunto da sociedade.

O Fórum da cidade deseja que a Câmara garanta e fortaleça o processo de gestão orçamentária participativa, contemplados nos instrumentos do Estatuto da Cidade, para envolver as comunidades na implantação de saneamento básico, transporte público, infra-estrutura urbana e serviços públicos, em geral, visando à consolidação do mencionado diploma legal na cultura política de Florianópolis, e reafirma o princípio da soberania popular em parceria com essa egrégia Casa Legislativa.

Atenciosamente,

Pela Comissão organizadora do Fórum da Cidade